



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

MÁRIO JOSÉ HENCHEN

**O DIÁLOGO COMO RELAÇÃO ENTRE AGRICULTORES E
PESQUISADORES: a experiência do PAET na Transamazônica**

**Belém - Pa
Jan - 2002**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

Mário José Hennen

**O DIÁLOGO COMO RELAÇÃO ENTRE AGRICULTORES E
PESQUISADORES: a experiência do PAET na Transamazônica**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Mestrado em Sociologia, sob a orientação do Prof^o Jean Hébette, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Belém - Pará
Jan - 2002**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

Mário José Henchen

**O DIÁLOGO COMO RELAÇÃO ENTRE AGRICULTORES E PESQUISADORES:
a experiência do PAET na Transamazônica**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Mestrado em Sociologia, sob a orientação do Prof^o Jean Hébette, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Banca examinadora

Prof^o. Jean Hébette
orientador

Prof^a. Dr^a. Kátia M. L. de Mendonça
examinadora

Prof^o. Dr^o. Gutemberg A. D. Guerra
examinador

**Belém - Pará
Jan – 2002**

Henchen, Mário José.

O diálogo como relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica / Mário José Henchen; orientador: Jean Hébette. - Belém, 2002.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 2002.

1. Campesinato. 2. Relações Sociais. 3. Extensão rural. I. Universidade Federal do Pará. II. Título. CDD: 333.33

DEDICATÓRIA

À

Ademir Alfeu Federicci, nosso querido Companheiro **Dema**, liderança do MPST, parceiro de tantas lutas durante a trajetória das organizações dos trabalhadores rurais da Transamazônica, assassinado em 25 de agosto de 2001.

Neste caminho, foram tantas lutas. Mas, quantas ainda se haverá de lutar, porém, agora, sem tê-lo em nossa companhia.

Porque,

... sem dúvida, era dele o discurso e a prática que anunciavam a justiça, que atribuíam a cada qual sua tarefa e sua parte; era dele o discurso e a prática que, profetizando o futuro, não somente anunciavam o que iria acontecer, mas contribuíam para a sua realização.

... compreendo melhor agora porque eu sentia tanta dificuldade em começar a falar ainda há pouco!

... sei bem, agora, qual era a voz que eu gostaria que me precedesse, me convidasse a falar e habitasse minhas próprias palavras, meu próprio discurso.

... sei o que havia de tão temível em tomar a palavra, pois eu a deveria tomar exatamente ali, neste lugar, de onde tantas vezes o ouvi falar e onde ele não mais estará para escutar-me.

“A Ordem do Discurso”; Aula Inaugural no Collège de France: pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Michel Foucault (2000, p.79).

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e as lideranças do MPST; aos técnicos e pesquisadores do LAET, cujas posições e decisões foram aqui discutidas, que não cito nominalmente por receio de esquecer alguém;

Aos coordenadores do MPST e LAET, em especial, Paulinha, Soraya e Iliana, pela gentileza de terem, incondicionalmente, permitido a consulta aos arquivos daquelas entidades;

Ao Prof^o Jean Hébette, que junto comigo construiu cada parte desta dissertação, demonstrando, através do diálogo, sua convicção de que novas formas de relações entre agricultores e pesquisadores, são possíveis;

Aos alunos da primeira turma de Mestrado em Sociologia da UFPA, com os quais dividi angústias e expectativas;

A minha companheira Alcione, pela cumplicidade, mesmo quando sobrecarregada por tarefas minhas;

Aos amigos e amigas, Beto e Teca, Lucas e Ivana;

A Raquel, por muito mais do que o trabalho de correção do texto;

A coordenação do Mestrado em Sociologia, pela ousadia de propor o primeiro Mestrado em Sociologia da Amazônia.

EPÍGRAFE

“Embora seja legítimo tratar as relações sociais, e as próprias relações de dominação, como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as relações de comunicação são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de forças entre os interlocutores e seus respectivos grupos”.

Pierre Bourdieu (1998, p.23)

SUMÁRIO

Lista de siglas	9
Resumo	10
Résumé	11
Apresentação	12
Introdução	17
Procedimentos Metodológicos	23
CAPÍTULO I. A construção social da legitimidade: a trajetória do MPST	26
1.1 - A colonização da Transamazônica surge enquanto expressão de contradições	27
1.2 - Do abandono às primeiras tentativas de organização	30
1.3 - O MPST: a emergência de um novo ator social	33
1.4 - O PGDT: o projeto político do MPST	35
1.5 - A busca de assessoria para o MPST: as bases da parceria com o LAET	39
CAPÍTULO II. A relação entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores e agricultores: extensão, comunicação ou diálogo?	47
2.1 - A extensão rural e o espírito do melhoramento agrícola	48
2.2 - Da extensão rural à comunicação: um avanço sem ruptura no modelo de intervenção	51
2.3 - Novos atores sociais entram no processo comunicativo: a possibilidade de mudança na relação entre técnicos, pesquisadores e agricultores	53

2.4 - O debate acerca da metodologia de trabalho: o diálogo como forma de relação entre agricultores e pesquisadores	57
--	----

CAPÍTULO III. A constituição do PAET: as relações sociais entre atores com trajetórias distintas	71
---	-----------

3.1 - Os Programas de parceria como referência para as relações entre agricultores e pesquisadores na Amazônia: histórico do PAET	72
---	----

3.2 - As ambigüidades do programa e as condições de constituição de um espaço de relações de diálogo	85
--	----

3.3 - A primeira fase do PAET: a percepção de algumas limitações da parceria	93
--	----

3.4 - O II Seminário Estratégico do PAET: duas questões de fundo	95
--	----

3.5 - A mudança de identidade dos parceiros e os impasses no diálogo	98
--	----

3.6 – A transição da II para a III fase do PAET: a dificuldade de diálogo entre os parceiros.....	108
---	-----

3.7 - As modificações estruturais do MPST e LAET: a redefinição da relação entre os parceiros.....	113
--	-----

Considerações Gerais	118
-----------------------------------	------------

Referências	125
--------------------------	------------

Anexos.....	130
--------------------	------------

LISTA DE SIGLAS

ASFORT - Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar da Transamazônica.
 ARCAFAR - Associação das Casas Familiares Rurais da Região Norte.
 BASA - Banco da Amazônia Sociedade Anônima.
 EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
 CA - Centro Agropecuário.
 CAI - Complexo Agro-Industrial.
 CAMPO - Centro de Apoio ao Movimento Popular e Sindical.
 CAT - Centro Agro-Ambiental do Tocantins.
 CCE - Comissão da Comunidade Econômica.
 CEE - Comunidade Econômica Européia.
 CEB - Comunidade Eclesial de Base.
 CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.
 CIMI - Conselho Indigenista Missionário.
 CIRAD - Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento.
 CPATU - Centro de Pesquisa Agronômica do Trópico Úmido (EMBRAPA Amazônia Oriental).
 CPT - Comissão Pastoral da Terra.
 CVRD - Companhia Vale do Rio Doce.
 DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
 FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.
 FATRA - Federação dos Trabalhadores Rurais do Araguaia.
 FCAP - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.
 FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
 FNO - Fundo Constitucional do Norte.
 FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar.
 GTA - Grupo de Trabalho da Amazônia.
 GRETE - Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques.
 IAA - Instituto do Alcool e Açúcar.
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.
 INRA - Institut National de la Recherche Agronomique.
 INSAR - Serviço Institucional para a Pesquisa na Agricultura.
 LAET - Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica.
 LASAT - Laboratório Sócio-agronômico do Araguaia-Tocantins.
 MAE - Ministère des Affaires Etrangères.
 MPST - Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica.
 MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.
 NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
 NEAF - Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar.
 ODI - Overseas Development Institute.
 ONG - Organização Não-Governamental.
 PAET - Programa Agro-Ecológico da Transamazônica.
 PD/A - Projeto Demonstrativo/categoria A.
 P-F-D - Pesquisa-Formação-Desenvolvimento.
 PGDT - Plano Global de Desenvolvimento da Região da Transamazônica.
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico.
 SAGRI - Secretaria de Agricultura.
 SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará.
 UAG - Université des Antilles et Guyane.
 UFPA - Universidade Federal do Pará.

RESUMO

O Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) e o Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica (LAET) decidiram, em 31 agosto de 1993, juntar suas forças e constituíram enquanto parceiros, um Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento, o Programa Agro-Ecológico da Transamazônica (PAET). Este previa que as demandas de pesquisa, de formação e desenvolvimento seriam negociadas, definidas e realizadas em conjunto. Neste sentido, tanto o MPST quanto o LAET estariam autorizados para colocarem suas demandas de pesquisa. Estes atores, agora na condição de parceiros, pretendiam romper com relações historicamente marcadas pelo paternalismo, clientelismo, autoritarismo, poder, presentes em suas trajetórias, e, juntos, construir um espaço para efetivar relações de diálogo. Esta análise assume importância na medida em que possibilita repensar as ações e as relações entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores e agricultores, quando estes colocam em prática, projetos negociados conjuntamente. Para tanto, preferimos utilizar uma perspectiva metodológica que possibilitou reunir contribuições diversas, na medida em que as mesmas se mostraram adequadas para a análise da problemática levantada. As categorias e conceitos, por opção, foram ao longo do texto utilizadas em aberto, para, somente no final, emergirem com contornos precisos.

Palavras-chave: extensão rural, comunicação, diálogo, autorização, delegação, novidade metodológica, campo, corpo técnico.

RÉSUMÉ

Le Mouvement pour la Survie sur la Transamazonienne (MPST) et le Laboratoire Agro-Ecologique de la Transamazonienne (LAET) ont décidé, le 31 Août 1993, d'unir leurs forces et de mettre en place un partenariat sous la forme d'un Programme de Recherche – Développement – Formation, le Projet Agro-Ecologique de la Transamazonienne (PAET). Le Programme prévoyait que les demandes de recherche, de formation et de développement seraient négociées, définies et réalisées en commun. De cette forme, le MPST comme le LAET seraient autorisés à proposer leurs demandes de recherche. Ces acteurs, devenus partenaires, prétendaient rompre avec des relations historiquement marquées par le paternalisme, le clientélisme, l'autoritarisme et le pouvoir – relations présentes tout au long de leurs trajectoires ; et, ensemble, ils prétendaient construire un espace pour rendre effectives des relations de dialogue. Cette analyse est intéressante dans la mesure où elle permet de repenser les actions et les relations entre agents de développement, chercheurs et agriculteurs quand ceux-ci mettent en pratique des projets négociés en commun. Pour cette raison, nous avons opté pour une perspective méthodologique qui permet de réunir des contributions diverses, dans la mesure où ces dernières se montraient adaptées pour l'analyse de la problématique proposée. Nous avons choisi tout au long du texte d'utiliser les catégories et les concepts de manière ouverte pour, à la fin du travail seulement, les faire émerger avec des contours précis.

Mots clefs : développement rural, communication, dialogue, autorisation, délégation, innovation méthodologique, champ, corps technique.

APRESENTAÇÃO

“Freqüentemente, nós nos servimos do realismo ou da preocupação demagógica de sermos compreendidos pelas massas, para substituir a análise pelo slogan. Acho que sempre acabamos pagando por todas as simplificações, todos os simplismos, ou fazemos com que sejam pagos pelos outros”.

Pierre Bourdieu (1983, p.15).

A escolha do objeto da pesquisa que fundamenta este trabalho de dissertação foi sendo definida aos poucos, ganhando contornos mais precisos a partir de uma série de indagações feitas no próprio ambiente de trabalho, parte dele realizado junto aos agricultores e suas lideranças, parte dele junto aos técnicos e pesquisadores do LAET, e ainda, outra parte significativa, junto às equipes do Projeto LUMIAR, equipes estas que trabalham na assistência técnica em Assentamentos de Reforma Agrária.

Foi a partir das limitações encontradas no cotidiano de trabalho, e ciente da necessidade de superá-las, ao menos em parte, que se tornou possível perceber com certa clareza as lacunas teóricas deixadas durante a graduação, bem como as limitações conceituais e analíticas que, não tenho dúvidas, não serão aqui de todo suplantadas.

Nesta dissertação procuro analisar as relações entre os parceiros de um projeto de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento (P-F-D), desenvolvido na área de colonização da rodovia Transamazônica, envolvendo o MPST e o LAET. Trata-se de duas entidades que, após percorrerem trajetórias distintas, passaram a juntar suas forças com a finalidade de, juntas, contribuir para o desenvolvimento daquela região.

O objetivo central do trabalho de dissertação constitui-se, portanto, na análise das possibilidades e dos limites da constituição de um espaço de relações entre os parceiros MPST e LAET, na efetivação do PAET. As relações entre os parceiros, por certo, resultam das condições objetivas a partir das quais os atores envolvidos na parceria tomam suas

decisões e as colocam em prática. Neste sentido, as possibilidades e os limites da efetivação de um espaço de relações de diálogo resultam, como bem destacam D'Incao & Roy (1995, p.220-222), das condições em que as decisões são tomadas, porque, segundo eles, faz-se necessário constituir um espaço de relações onde estas decisões possam ser tomadas em condições propícias.

Estes atores sociais, agora parceiros em um Programa de P-F-D, se propõem a construir um espaço de relações de diálogo permanente, buscando superar problemas enfrentados no percurso de suas trajetórias, trajetórias estas marcadas por relações de clientelismo, paternalismo, dominação, autoritarismo, enfim, por relações de poder.

A primeira parte, que corresponde ao primeiro capítulo, apresenta de forma bastante sucinta uma análise dos fatores limitantes do Projeto de Colonização da Transamazônica, efetivado naquela região no início da década de 1970 pelo Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Neste sentido, o surgimento das organizações de trabalhadores rurais na Transamazônica e a própria constituição do MPST, enquanto ator social, guarda uma estreita relação com os limites e falhas técnicas, econômicas e sociais do referido projeto.

O próprio MPST só se constitui enquanto entidade a partir das organizações regionais quando estas, no confronto com outros atores sociais e/ou com o Estado, aos poucos percebem a necessidade de organizarem-se em uma entidade federadora, isto é, uma organização que tivesse a capacidade de articular as várias iniciativas dispersas no contexto regional. Desta forma, a emergência do MPST enquanto ator social é fruto de uma trajetória que o autoriza a falar em nome das organizações regionais, do *povo* da Transamazônica. A legitimidade do MPST é, portanto, constituída na luta, no enfrentamento, isto é, foi conquistada.

É neste contexto regional que o MPST surge e se constitui como interlocutor, *autorizado* e, portanto, *representativo* das demandas da sociedade civil organizada junto ao Estado. Essa responsabilidade social, assumida pelo MPST, de certa forma o credencia para ir ao encontro de interlocutores, encontro este que, se efetivado, aumentaria as chances de colocar em prática o *seu* Plano Global de Desenvolvimento para a Região da Transamazônica (PGDT), formulado durante a realização de um Grande Acampamento em Altamira, em janeiro de 1991.

Nessa busca de interlocutores, visando qualificar o seu projeto de desenvolvimento regional, para, em seguida negociá-lo com o Estado, o MPST definiu-se pela *aliança* com o LAET enquanto possível parceiro na efetivação dessa demanda e com este constituiu um programa de P-F-D. Por sua vez, o LAET também estava em busca de um parceiro para suas pesquisas, junto a quem pudesse, efetivamente e utilizando sua *novidade metodológica* da P-F-D, abrir novos horizontes para as relações entre agricultores e pesquisadores. Diferentemente do seu parceiro MPST, o LAET de certa forma recebeu uma autorização de uma Escola para defender uma proposta metodológica, porque este se constituía dentro dos marcos de uma das Grandes Escolas francesas. Essa autorização concedida ao LAET visa garantir, por assim dizer, a *reprodução* desta Escola.

O segundo capítulo faz uma análise da trajetória das relações entre agricultores e pesquisadores. Inicialmente, tomaremos por base as décadas de 1960/70 como referência temporal para, a partir daí, analisar estas relações e interpretar os condicionantes aí presentes que comprometeram a efetivação de relações de diálogo entre estes atores.

Essa análise, que parte das ações constituídas nas experiências colocadas em prática no contexto dos programas de assistência técnica e extensão rural, estender-se-á pelas propostas desenvolvidas na década de 1980, notadamente, a experiência desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que, basicamente, consistia em *Sistemas de convivência* como modelo de relação. Neste mesmo capítulo, discutiremos alguns elementos da proposta metodológica da P-F-D, enquanto uma entre várias tentativas de modificar as relações historicamente constituídas entre técnicos e pesquisadores por um lado e, entre agricultores e suas lideranças, por outro.

Uma contribuição teórica analisada neste capítulo diz respeito aos elementos discutidos por Freire (1977, p.12), que toma por base a sua própria experiência enquanto assessor de projetos de reforma agrária colocados em prática no Chile; trata-se da proposta de superação das relações de extensão e da constituição de novas formas de relações entre técnicos, pesquisadores e agricultores, com base em relações de comunicação entre estes atores ou agentes sociais. Esta proposta se encontra formulada, notadamente, em sua obra *Extensão ou Comunicação?*

Na última parte desse capítulo, a análise terá por base os elementos que, de certa forma, possibilitaram, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, um repensar das práticas e das metodologias de trabalho pelos técnicos e pesquisadores e,

fundamentalmente, de sua relação com os agricultores. Neste caso, trataremos dos elementos que são considerados imprescindíveis para a efetivação de um espaço de relação social, onde o diálogo se constitua em prática cotidiana.

Esses elementos serão definidos a partir de autores como Duarte, Bourdieu, Buber e Schaff, que discutem questões mais gerais e, acrescentando-se a estes, as contribuições de autores como D'Incao, D'Incao & Roy, Muchagata e Hébette, com a ressalva de que estes últimos fazem suas considerações a partir de suas próprias experiências nas relações com agentes de desenvolvimento, pesquisadores, agricultores, ou seja, suas reflexões emergem de uma prática social junto a estes atores quando estes se propõem realizar ações conjuntas.

No terceiro capítulo, tomaremos por base as condições sociais que possibilitaram, a partir dos anos 1980 e, notadamente, do início da década de 1990, a construção de espaços de relações, onde, acreditava-se ser possível a experiência do diálogo, na efetivação de Programas de Parceiras em P-F-D na Amazônia. Essa análise corresponderá, substancialmente, às relações entre o MPST e o LAET, quando da efetivação do PAET, momento em que estes atores parceiros pretenderam construir as relações mútuas com base no diálogo. Para tanto, e juntos, colocaram em prática um programa na região Transamazônica. Para alcançar tal objetivo, os parceiros pretendiam negociar conjuntamente suas atividades de pesquisa, enquanto atores que estão, ambos, *autorizados* a propor demandas de pesquisa um ao outro.

Trataremos também, ainda neste capítulo, das possibilidades e dos limites para a efetivação de relações de diálogo entre os parceiros MPST e LAET durante a evolução e os desdobramentos do PAET, o que leva a tratar também dos condicionantes que potencializaram ou limitaram a constituição de um espaço de relações de diálogo. Esse capítulo corresponde ainda, à análise das relações dos parceiros MPST e LAET com atores sociais externos à parceria, com os quais, isolada ou conjuntamente, estes mantinham relações. Essas relações, de certa forma, acabaram se constituindo em fatores que, notadamente, na avaliação de ambos, condicionaram a construção de relações dialógicas entre esses atores parceiros.

Nesta parte do trabalho, far-se-á, ainda que brevemente, uma abordagem que tomará por base os elementos relacionados à *novidade metodológica*, quer dizer, aqueles elementos relacionados com a fundamentação filosófico-política da P-F-D e, de certa forma, com as dificuldades de um dos parceiros, o LAET, para ganhar visibilidade social e afirmar-

se enquanto um novo ator social que surgia no campo do conhecimento, no campo da pesquisa científica.

Faremos uma análise das dificuldades encontradas pelos pesquisadores do LAET, na luta pela constituição de um espaço próprio no *campo da pesquisa*, porque sendo estes portadores de uma novidade, era possível prever que eles encontrariam certa resistência por parte dos outros pesquisadores e de outras instituições de pesquisa presentes neste campo. Nestas situações, os pesquisadores já estabelecidos neste campo social, resistem a qualquer investida de outros pesquisadores, que real ou hipoteticamente, signifiquem ameaças para suas posições.

Não podemos deixar de considerar ainda o fato de que, neste caso particular, a proposta filosófico-política da metodologia da P-F-D se constituía em uma ameaça, porque, quer queiramos ou não, ela, enquanto novidade metodológica, forçava os atores sociais presentes no campo da pesquisa a re-definirem suas posições e a re-situarem suas relações, diante desta novidade metodológica da P-F-D.

INTRODUÇÃO

“Freqüentemente, esquece-se de que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado, e que os participantes da luta contribuem para a produção do jogo contribuindo para produzir a crença no valor do que está sendo disputado, do que está em jogo”.

Pierre Bourdieu (1983, p.91).

A capacidade de apreender as especificidades de cada contexto local, identificando, ao mesmo tempo, as relações que entrelaçam esta realidade espacial e temporalmente localizada à complexa dinâmica da agricultura familiar em uma sociedade cada vez mais inserida no mercado global é, sem dúvida alguma, uma habilidade fundamental a ser desenvolvida por equipes de pesquisadores e/ou de assessoria técnica e por lideranças de organizações de trabalhadores rurais, especialmente se este trabalho tem, como um de seus principais objetivos, o fortalecimento de um diálogo que aponte para a possibilidade de novas formas de relações sociais entre os indivíduos e grupos sociais.

Neste contexto, a parceria entre o MPST e o LAET, na constituição do PAET, ganhou expressão porque abria a possibilidade para pensar e re-pensar conjuntamente a realidade, discutir possíveis intervenções nesta realidade e, mais do que isso, avaliar e re-orientar suas intervenções, tomando-se como referência a construção de novas formas de relações entre os homens e destes com a natureza, abrindo-se, portanto, um espaço de diálogo em que se tornava possível o rompimento com relações e com formas de intervenção historicamente verticalizadas, não dialógicas e profundamente excludentes.

Essa perspectiva que se abria poderia ser também caracterizada enquanto uma tentativa concreta que possibilitasse a superação de impactos negativos ou desastrosos que foram acumulando-se ao longo das *trajetórias*¹ das instituições de assistência técnica presentes na região, nos sucessivos planos de desenvolvimento voltados para a agricultura,

¹ A noção de trajetória pode ser considerada uma generalização da noção de posições, à qual ela empresta dimensão temporal. Neste sentido, uma trajetória é uma sucessão de posições ocupadas num espaço construído, espaço este que é também afetado por transformações regulares. (PINTO, 2000, p.101).

principalmente para a agricultura familiar, que foram colocados em prática desde o início do Projeto de Colonização implantado na região da Transamazônica, e que têm como uma das suas características principais o fato de se fundamentarem em pacotes tecnológicos de alto custo econômico, social e ambiental.

As várias críticas a este modelo de intervenção na agricultura têm resultado em mudanças nas instituições responsáveis pelas ações de intervenção, bem como, motivado as organizações de agricultores na busca de novas formas de intervenção. Muitas destas tentativas de implementar formas diferenciadas de intervenção só se tornaram possíveis devido à existência de um novo cenário político internacional, nacional e mesmo regional que possibilitaram a abertura de um espaço onde se percebeu como de fundamental importância a definição da intervenção, através de um processo de diálogo com os próprios agricultores familiares e/ou com suas organizações representativas.

De certa forma, isso se constituía em avanço significativo no sentido de que se abria, aos agricultores, a possibilidade de dividir os custos da implantação das propostas de intervenção com as instituições de pesquisa, com a assessoria técnica, no momento da execução dos programas de intervenção, porque, em geral, essas despesas e mesmo a responsabilidade foram, na maioria das vezes, assumidas ou imputadas exclusivamente aos agricultores quando fracassaram e, aos pesquisadores e técnicos, quando obtiveram o sucesso esperado.

Entretanto, essa abertura das instituições de pesquisa à participação de organizações dos agricultores na definição das políticas públicas para a região ou das intervenções na agricultura familiar não pode ser considerada como fruto da benevolência destas instituições ou mesmo do acaso.

Essa abertura e essa flexibilização têm por base, acreditamos, o acúmulo de experiências vivenciadas ao longo das trajetórias das organizações de trabalhadores rurais na região da Transamazônica, participantes do MPST, que sinalizam, para as instituições de pesquisa a possibilidade de dividir com estas organizações de trabalhadores rurais uma parcela da responsabilidade pela pesquisa. Estas pesquisas deveriam informar às organizações sobre as posições a serem tomadas no momento da discussão e proposição junto ao Estado ou mesmo da negociação visando à implantação de políticas públicas na região.

Essa abertura é bastante significativa porque a relação entre agricultores e pesquisadores e/ou agentes de assistência técnica tinha, e em muitos casos continua a ter um caráter persuasivo, na procura de acelerar a adoção de tecnologias que poderiam contribuir para a *modernização da agricultura*, sem, no entanto, possibilitar a construção de um espaço de participação crítica do agricultor e de sua família.

Considerava-se o destinatário da assistência como *audiência* ou como *clientela*, em uma estrutura de massa amorfa, constituída por uma agregação de indivíduos que, enquanto membros de um determinado grupo são substancialmente iguais ou igualizáveis, não diferenciáveis, mesmo se pertencentes a ambientes distintos, heterogêneos, com características sócio-culturais variadas. Essa visão acerca do *destinatário* da assistência técnica, quer dizer, do trabalhador rural, contribuía para o fracasso da maioria dos projetos colocados em prática, porque estes tinham por base uma perspectiva que ignorava o ponto de vista do trabalhador rural sobre as relações nas quais este estava inserido.

Ao comentar questões relacionadas às várias percepções sobre o campesinato, Martins (1995, p.17) destaca a importância de *ouvir o campesinato*; porém, deve-se perceber que “ouvir o campesinato não quer dizer, simplisticamente, partir do próprio discurso dos *agentes sociais* [...] é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”; precisa-se “captar o sentido da fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la” (grifo do autor). Por certo, estas questões levantadas pelo autor eram parte das reflexões dos técnicos e pesquisadores do LAET, quando este se propôs a constituir uma parceria com organizações dos trabalhadores rurais, representadas pelo MPST.

Esta parceria parece surgir como resultado de interrogações de atores sociais² que se propõem, em um determinado momento de suas trajetórias, modificando o curso dessas relações, sinalizar para a perspectiva de reconstruí-las em outras bases, em outros princípios; que sugiram relações democráticas e de alteridade entre parceiros, atores que se propõem a construir um projeto em conjunto, onde o diálogo permanente, acredita-se, seja de fundamental importância. Evitar-se-ia, desta maneira, repetir velhos vícios tão presentes nas relações entre instituições ou entre estas e os indivíduos, relações que, em geral, estão assentadas em bases clientelistas, paternalistas, assistencialistas e autoritárias.

² O ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, na sociedade, mas aquele que, através de suas ações, modifica o meio ambiente material e, sobretudo, social no qual está inserido; modificando a divisão do trabalho, as relações de dominação e mesmo as orientações culturais. (TOURAINÉ, 1994, p.220).

Se a construção ou efetivação do PAET, instalado na região da Transamazônica no início da década de 1990, reunindo, de um lado, uma equipe de P-F-D - o LAET, e, de outro, organizações de trabalhadores rurais - MPST, pode ser considerada como construção de um espaço social que reunia atores sociais com trajetórias historicamente distintas, é porque, no percurso destas trajetórias, estes atores ou agentes perceberam-se e foram percebidos, tanto dentro quanto fora de seus respectivos campos de ação, de sua área de atuação, como portadores de uma certa distinção; distinção esta que lhes proporcionava visibilidade social e política.

Essa visibilidade e, de certa forma, a especificidade destes atores é o elemento chave que lhes proporciona o reconhecimento enquanto atores sociais históricos e sinaliza para o fato de que estes se encontram na condição de delegados, isto é, de alguém que dispõe de uma certa autorização social que lhes possibilitava a negociação de um Programa de P-F-D, não mais em situação subalterna, mas agora, na condição de parceiros.

As lideranças das organizações presentes no MPST, com base em suas experiências de luta nos seus enfrentamentos e/ou negociações travadas com o Estado, acreditavam-se credenciadas, isto é, possuidoras de uma espécie de delegação, que, de certa forma, as autorizava a falar em nome das organizações, dos movimentos sociais, ou, de um modo geral, em nome do *povo da região*.

Essa delegação, por certo, fora constituída enquanto resultado de sua trajetória de luta, o que, portanto, lhes conferia legitimidade para ir *ao encontro* dos técnicos e pesquisadores que acabavam de se instalar na região, em meados de 1993, e que, faziam parte de uma equipe de pesquisa (LAET), com o propósito de *negociar* a implantação de um Programa de P-F-D a ser efetivado conjuntamente.

Estas lideranças das organizações de agricultores familiares do MPST não buscavam apenas uma equipe de técnicos e pesquisadores da área da agricultura familiar. Essa equipe deveria ser, acima de tudo, uma equipe de pesquisadores que reunisse certas características que, se acreditava, não se faziam presentes nas várias equipes de técnicos e pesquisadores, de assistência técnica e extensão rural, presentes e atuantes naquela região, e com as quais estes agricultores e suas lideranças já haviam travado contato ao longo de suas trajetórias. Buscavam encontrar, portanto, técnicos e pesquisadores que estivessem em condições de perceber a necessidade e a importância de que as demandas de pesquisas a serem desenvolvidas na região fossem formuladas enquanto resultado das negociações, dos debates, dos confrontos entre as várias propostas, frutos estas, das várias

visões dos atores presentes no contexto regional, sobre a agricultura familiar e/ou o desenvolvimento da região.

De certa forma, as lideranças organizadas no MPST mostravam-se interessadas e, mais que isso, exigiam participar da definição dos rumos das intervenções colocadas em prática pelo Estado na região, da discussão acerca das linhas de crédito agrícola, notadamente, ligadas à agricultura familiar que, invariavelmente, chegavam como *pacotes*, vindos *de cima*; e, acima de tudo, da definição do que seria a *vocação agrícola*³ regional, para, assim, poder discutir com estes técnicos e pesquisadores um projeto de desenvolvimento para a região, aliás, o seu PGDT, que fora formulado a partir do resultado dos debates que reuniram um número significativo de lideranças, agentes de desenvolvimento e autoridades políticas no Grande Acampamento de Altamira, no início do ano de 1991.

Para estes atores sociais, com trajetórias historicamente distintas - agricultores, técnicos, pesquisadores, agentes de desenvolvimento e, em certas ocasiões, até mesmo conflitantes, que estiveram ao longo de suas existências apenas em condições de estabelecer *contatos* entre si (mesmo que estes se dessem em atividades desenvolvidas em conjunto), abria-se agora, aparentemente, a possibilidade de constituírem um espaço social onde se tornassem possíveis as *relações de diálogo* entre si, porque, acreditavam estarem agora em condições de negociar um programa de pesquisa que deveria ser efetivado em parceria, o que evidencia a existência de mudanças significativas nas relações entre estes atores.

Em relação aos técnicos e pesquisadores agora presentes no LAET, haveria, por certo, que se considerar o acúmulo das experiências possibilitadas, em parte, pela reflexão teórica advinda das avaliações sobre as várias intervenções feitas, no âmbito mundial, nos programas de assistência técnica, de extensão rural, de geração e transferência de tecnologias, de desenvolvimento, etc; avaliação esta, que, de certa forma, subsidiava a

³ A vocação, no sentido aqui empregado, define-se, não a partir da idéia de “nascer para”, mas, notadamente, de “preparar-se para”. Portanto, a vocação é definida como sendo o processo pelo qual se prepara alguém ou algo para assumir uma determinada tarefa ou função. Poderíamos então dizer que a região, melhor dizendo, as pessoas da região são, de certa forma, “preparadas” para receber/aceitar/envolver-se na implantação de determinadas culturas perenes, para a implantação de determinados projetos, portanto, desta forma, essa “vocação agrícola” regional poderia estar em constante mudança, porque mudariam as condições de sua implantação, da mesma forma como mudam as necessidades dos atores sociais presentes no contexto regional ou fora dele. Neste sentido, a “vocação agrícola” seria definida pelas necessidades dos atores ou agentes sociais; acima de tudo, seria definida, em última instância, pelos interesses dos indivíduos, grupos ou classes sociais que, em geral, são definidas como sendo “interesses de mercado”.

reflexão e a tomada de posição, no sentido de possibilitar a re-definição dos pressupostos metodológicos/filosóficos/políticos da proposta metodológica da P-F-D.

Os atores, agora parceiros pareciam sabedores de que o processo participativo que estavam para efetivar em conjunto no PAET exigia uma definição clara do papel de cada um, do funcionamento da parceria, das regras que estabeleciam os rumos da relação entre si e, notadamente, da gestão do poder; porque, como bem destaca D`Incao (2000, p.105-145), a participação de cada um dos atores envolvidos na parceria era, antes de tudo, uma adaptação a uma situação já existente que os atores se mostravam dispostos a transformar conjuntamente.

Neste sentido, a participação não deveria resultar da imposição, porque, segundo a autora citada logo acima, “não existe uma única forma de participar e é a forma de conduzir o processo participativo que define, de certo modo, as chances de avanço ou de bloqueio do diálogo”, já que a parceria, assim como as relações sociais em geral, não podem ser definidas como uma espécie de *decreto lei*, porque, efetivamente, “estas regras do jogo social só se constituirão enquanto regras observadas se as mesmas forem negociadas entre os vários atores sociais envolvidos”. A negociação significa, acima de tudo, estar aberto para rever as posições adotadas, a visão de mundo assumida, a decisão tomada, etc (Ibidem).

Mas, de qualquer forma, as regras do jogo social encontrarão maiores chances de serem modificadas se os atores interessados nesse jogo tiverem, efetivamente, condições reais de fazê-lo, isto é, de constituírem conjuntamente novas regras para suas relações.

Acredito que isso só será possível na medida em que estes atores ou agentes sociais não mais consigam algum tipo de vantagem ao jogar com as velhas regras do jogo, ou, por outro lado, na medida em que, decidirem, livremente e em conjunto, mudar as regras deste jogo. É isso que, genericamente, se define como uma decisão filosófico-política.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Não são as palavras que agem por uma espécie de poder mágico; o que ocorre é que, em dadas condições sociais, certas palavras têm força, porque retiram sua força de uma instituição que possui sua própria lógica. Nestas situações, não é a palavra que age, nem a pessoa, permutável, que a pronuncia, mas a instituição”.

Pierre Bourdieu (1983, p.26).

A análise das relações entre os parceiros MPST e LAET será feita a partir da documentação relacionada com o tema objeto da pesquisa. Optamos por uma análise documental cujos elementos principais constituem a parte central deste trabalho. A partir desta análise, re-situamos, de certa forma e em seus diversos aspectos, os elementos que explicitam qual era a visão que estes atores sociais tinham de suas relações enquanto parceiros.

Será a partir da pesquisa documental que teremos a oportunidade de avançar na investigação acerca das relações entre os parceiros e das possíveis limitações encontradas pelos mesmos no percurso da parceria. Essa pesquisa incluiu a análise de relatórios, atas das reuniões, seminários, encontros realizados entre os parceiros; além destes registros, servirá como objeto da investigação uma série de comunicações formais ou informais, trocadas entre os atores parceiros, registros que, de certa forma, deixam vislumbrar a posição destes atores ou agentes sobre suas relações e/ou sua posição diante do parceiro.

A análise documental permitiu captar as relações em seus diversos contextos, o que, certamente, seria difícil obter se tivéssemos resolvido fazer uma investigação do momento atual da relação, tomando-se por base a entrevista, por exemplo. No caso de entrevistas, a dificuldade, por certo, resultaria do fato de que os atores parceiros, em função da distância que hoje os separa dos fatos (distância esta que somente o tempo possibilita), teriam uma posição enquanto resultado de uma reflexão sobre suas próprias ações. Tentamos, com

essa metodologia, captar a posição destes atores sociais parceiros no percurso de sua relação.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, visa fundamentar as categorias e os conceitos com os quais se efetivará a análise dos dados, com a perspectiva de lançar luzes sobre a temática. Neste sentido, utilizamos como referência obras que tratam da trajetória das relações sociais entre agentes de desenvolvimento e trabalhadores rurais, notadamente os relacionados com a *Comunicação rural*, a *Extensão rural*, o *Sistema de convivência* e o *Diálogo*.

Buscamos fundamentar o diálogo, momento crucial desta pesquisa, em bases conceituais, captando seu caráter a partir da sua utilização quando das análises das relações entre agricultores e pesquisadores; portanto, quando esta dizia respeito a situações concretas, porque é nestas situações que os limites dos conceitos e das categorias se tornam mais visíveis. Por opção, algumas categorias/conceitos permanecerão em aberto ao longo do texto, notadamente, as categorias/conceitos *diálogo* e *espaço de relações de poder*, porque somente durante a construção do trabalho estas adquirirão contornos mais precisos e objetivos.

Essa opção pelo uso das categorias/conceitos em aberto é pertinente porque permite levar algum tipo de vantagem sobre uma análise mais rígida. Uma delas está relacionada à precisão no delineamento dos contornos das categorias e dos conceitos, enquanto algo que vai se constituindo ao longo do percurso do trabalho de pesquisa; conforme lembra Bourdieu (1990, p.56), “os conceitos podem - e, em certa medida, devem - permanecer abertos, provisórios, o que não quer dizer vagos, aproximativos ou confusos”.

Não nos dispusemos a fazer uma *declaração de fé* a favor de um sistema ou corrente teórica ou metodológica, como se costuma fazer quando se adota uma abordagem teórico-metodológica já enraizada na academia, que, em certos casos, pode funcionar como escudo para dissimular limitações teóricas. Decidimos, portanto, retirar de várias abordagens as contribuições que julgamos mais pertinentes em se tratando da análise de relações sociais; notadamente, quando uma delas nos parecia oferecer uma contribuição que somente ela poderia proporcionar, em função de sua especificidade de análise.

Ao não declarar, antecipadamente, filiação a tais correntes, estamos cientes dos riscos que podem advir desta tomada de posição, como o de sermos rotulados de “ecléticos”. A declaração de fé sugere, da parte de quem a adota, o desejo de receber a

bênção disponível no campo acadêmico, para aqueles que tornam pública sua filiação; o que, aliás, os livraria das críticas, notadamente, em relação às quais os *filhos bastardos* estão demasiada e incontestavelmente expostos. Mas, convenhamos, é um risco que vale a pena ser enfrentado. A adoção deste procedimento metodológico está estritamente associada à perspectiva de que todo e qualquer *aprendiz de feiticeiro* - e o sociólogo em início de carreira é um entre tantos - não deve, efetivamente, dar-se por satisfeito com a perspectiva de trilhar somente os *caminhos autorizados* e, desta forma, acabar por se constituir em um *arrombador de portas já antes abertas*.

De resto, cabe destacar que o posicionamento adotado diante do objeto de pesquisa é significativa, e tem, em função disso, uma estreita relação com o processo de investigação. Neste sentido, optamos por nos colocarmos diante das questões relativas às relações entre os parceiros, que aqui se constituem em nosso objeto de investigação, considerando o fato de que, enquanto observadores/pesquisadores, estávamos, naquele contexto, observando outros observadores.

Essa posição é válida, acreditamos, porque tanto os agricultores familiares e as suas lideranças do MPST, quanto os técnicos e pesquisadores do LAET, são atores sociais que tomam suas decisões, fazem suas escolhas, definem suas posições diante dos outros e diante do mundo, porque são dotados da capacidade de observar a realidade social, isto é, o conjunto das realizações humanas, e, a partir destas observações cotidianas, tomar suas decisões, fazer as escolhas que julgam necessária ou possível.

Tivemos, portanto, o cuidado de, em muitas situações, estarmos mais atentos em relação ao contexto social e político, ao momento histórico, aos fatos que influenciavam as tomadas das decisões, aos momentos em que certas coisas foram ditas, afirmações feitas, atitudes, posições e decisões tomadas, do que preocupados, exclusivamente, com a forma e o conteúdo daquilo que fora dito ou pronunciado. Como destaca Bourdieu (1983, p.73), “não existem palavras neutras para falar do mundo social e as mesmas palavras não significam, necessariamente, as mesmas coisas, dependendo da pessoa que a pronuncia e do contexto onde é pronunciada”. Desta forma, o contexto sócio-político no qual a parceria se constituiu adquiriu prevalência em relação ao texto do documento, sem que este fosse desconsiderado.

CAPÍTULO I

A construção social da legitimidade: a trajetória do MPST

“Os grupos são coisas que se fazem à custa de um trabalho permanente de mobilização, porque o pertencimento a um grupo, a uma classe, se constrói, se negocia, se regateia, se joga.

Os espaços sociais nos quais as distâncias se medem pela quantidade de capital (econômico, político, cultural, etc.) definem afinidades e proximidades, afastamentos e incompatibilidades, em suma, probabilidade de pertencer a grupos unificados: famílias, grupos, classes mobilizadas; mas é na luta pela classificação, luta para impor esta ou aquela maneira de recortar o espaço social, para unificar ou dividir, que se definem as aproximações reais.

O grupo ou a classe social nunca está nas coisas; ela também é representação e vontade, que só tem possibilidade de encarnar-se nas coisas se ela aproximar o que está objetivamente próximo e, se afastar, o que está objetivamente afastado.

Enfim, podemos dizer que os dominantes existem sempre, ao passo que os dominados só existem quando se mobilizam ou se munem de instrumentos de representação, quando ganham visibilidade social e política”.

Pierre Bourdieu (1990, p. 96-189).

1.1 A colonização na Transamazônica surge enquanto expressão de contradições

A história dos movimentos sociais que surgem na Transamazônica está estruturalmente ligada a um Projeto de Colonização concebido este enquanto mecanismo de prevenção contra as tensões sociais que se desenhavam nas graves contradições existentes no contexto rural brasileiro nos anos 1960/70. Na região Centro-Sul, as políticas governamentais privilegiavam um modelo agrário e agrícola baseado nas grandes empresas rurais, direcionando incentivos aos grandes Complexos Agro-Industriais (CAI).

Essa política (MPST, 1997, p.6) não era compatível com a lógica da pequena produção familiar. Por isso, milhares de famílias ao romper com seus sistemas de produção tradicionais, que combinavam consórcios com a criação de animais de pequeno e médio porte e adotarem monoculturas financiadas com crédito bancário acabaram perdendo suas terras. Estes agricultores familiares ficaram com sua produção e reprodução social ameaçadas, já que não tinham condições de garantir a continuidade da exploração familiar e/ou assegurar novas colocações para os filhos. No Nordeste, onde se constituiu historicamente uma concentração de terras férteis nas mãos das oligarquias agrárias, a situação dos pequenos agricultores agravava-se com as sucessivas secas.

Se antes, essa população fora bem recebida como mão de obra, principalmente, para a indústria e setores de serviços do estado de São Paulo, por volta dos anos 1970 este estado já dava sinais de não mais comportar tal pressão. A abertura da *fronteira agrícola* no interior da Amazônia, através de Projetos de Colonização, foi então a solução encontrada pelo governo militar para aliviar as tensões que se intensificavam nas outras regiões do país.

Neste contexto, a rodovia Transamazônica, com aproximadamente cinco mil km de extensão, foi planejada e construída na década de 1970, no governo do então Presidente Médici, tendo como objetivo principal integrar a Amazônia brasileira ao restante do país. Para ocupar as margens da referida rodovia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) elaborou vários projetos, entre eles o Projeto Altamira-1, que serviria de base para a ocupação das áreas próximas à cidade de Altamira (TAMER, 1970, p.36).

O objetivo explicitado pelo Programa de Integração Nacional (PIN) consistia em ligar o Nordeste, que sofria de um excesso populacional, à Amazônia que sofria do mal inverso. Neste caso, a Transamazônica deveria facilitar a ocupação do *vazio demográfico* da Amazônia; aliviar o Nordeste superpovoado ou, no mínimo, povoado demais para permitir a

manutenção da estrutura fundiária tradicional dos latifúndios e esvaziar as tensões e os conflitos pela posse da terra, tanto na região Nordeste quanto no Centro Sul do país (THÉRY, 1981, p.23).

Já na avaliação de Martins (1991, p.37-67), a rodovia Transamazônica, uma das maiores do planeta, “foi planejada sem uma análise profunda de sua viabilidade e de seus benefícios. Não houve um plano real de conservação das estradas”. Não houve, na sua opinião, “na ou para a região, um planejamento articulado entre a união, os estados e os municípios da área de colonização ou de reforma agrária que possibilitasse a elaboração de políticas públicas na área da saúde, educação, saneamento, abertura e conservação de estradas, financiamento para a agricultura, etc”. Vê-se, assim, que as conseqüências não foram medidas anteriormente.

Martins (1991, p.83-101) afirma que “na cabeça de um grande número de pessoas deste país, especialmente de inúmeros tecnocratas, a Amazônia é um espaço a ser ocupado, constituindo aquilo que os geógrafos franceses, de modo ambíguo, chamam de *zona pioneira*, terra livre a ser conquistada pelo espírito empreendedor de novos bandeirantes” (grifo nosso).

Os agricultores familiares que aí chegaram buscavam adaptar-se às especificidades e adversidades da agricultura em uma região de florestas tropicais, enquanto as condições infra-estruturais de saúde, educação, estradas, após três ou quatro anos da implantação do projeto, mantinham-se praticamente as mesmas do início da colonização. A população continuava a aumentar com a migração espontânea, motivada pela propaganda anterior de ofertas de terras na Amazônia. Mas, “em 1975, perto de 40% das famílias de colonos assentadas pelo INCRA já haviam abandonado o projeto, deixado a região e regressado aos locais de origem” (OLIVEIRA, 1991, p.19).

Em uma situação de alta concentração de terras em outras regiões, era de se esperar que os módulos de 100 ha oferecidos na Transamazônica se tornassem um forte atrativo para as famílias de agricultores que viam aí a possibilidade para a instalação de seus filhos, na tentativa de assegurar para os mesmos a sua reprodução enquanto agricultores familiares.

Somente durante os primeiros anos da colonização, o Estado conseguiu manter na região uma infra-estrutura e equipes de serviços responsáveis pela assistência aos assentados. Com o passar dos anos, já por volta do final dos anos 1970 e início dos anos

1980, essa infra-estrutura se mostrava inadequada por falta de manutenção e estas instituições foram, aos poucos e em função disto, tornando-se inoperantes. O INCRA e o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), já não conseguiam assegurar, de forma eficiente, o trabalho de topografia, de titulação das propriedades, de abertura de vicinais que possibilitassem o acesso às novas áreas progressivamente ocupadas pelas famílias de agricultores que continuavam chegando na região à procura de terras.

As instituições de assistência técnica e extensão rural, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a EMBRAPA, deslocadas para a região no momento da chegada das primeiras famílias de agricultores, já se encontravam, neste período, abandonadas pelo Estado, não conseguindo, portanto, atender de forma satisfatória às famílias de agricultores. A Transamazônica estava, aos poucos, deixando de ser a prioridade que fora durante os primeiros anos da colonização, tornando-se um problema para o governo brasileiro.

Como bem define Hamelin (1992, p.164), "o fracasso das diferentes tentativas pode-se prestar a análises econômicas e/ou políticas, mas a causa deste mau êxito deve ser procurada no modelo social, porque, segundo ele, "não se pode basear a conquista de um espaço social como a Amazônia na desvalorização do homem, na sua redução à condição de quase escravo".

Hébette (1994, p.2), por sua vez, ao falar sobre a *crise da colonização*, destaca o fato de que diversos fatores contribuíram para a desaceleração da colonização na Transamazônica, entre eles estariam a obtenção, ao menos parcial, dos objetivos políticos do governo, o re-direcionamento dos interesses econômicos dominantes, a pressão da colonização empresarial nos estados do Mato Grosso e Rondônia, destacando-se ainda o fato de que o resultado dessa crise levou ao *esvaziamento da colonização*, e à saída dos órgãos públicos envolvidos. A esse esvaziamento acrescentou-se também a crise dos órgãos remanescentes tornados ociosos, inúteis e no limite, parasitários.

Por outro lado, o surgimento das organizações de trabalhadores rurais na região deixava claros os limites das políticas públicas do Estado e do próprio modelo de reforma agrária proposto para a região. Como lembra Hébette (1991, p.37), devemos ter sempre presente o fato de que a reforma agrária não consiste somente na distribuição indiscriminada de terras, o que, por si só, não consegue assegurar a permanência das famílias de agricultores no campo. Isolados em seus lotes, sem estradas, sem assistência

agrícola e a mercê dos atravessadores, os posseiros e colonos mal conseguem sobreviver. Neste contexto, a luta pela terra assume, segundo ele, daquele momento em diante, a forma de luta pela subsistência econômica e pela própria reprodução enquanto camponeses.

Talvez por isso mesmo, estas questões surgirão, mais tarde, como bandeiras de luta das organizações dos trabalhadores rurais da região da Transamazônica, quando estas, talvez cansadas de esperar pelas instituições de assistência do Estado e ao mesmo tempo tendo consciência de seu papel político e social, fruto de uma representatividade adquirida pelo acúmulo das experiências sucessivas ao longo de suas trajetórias e da legitimidade social, conquistada como resultado destes enfrentamentos, resolvem organizar-se em Movimento Social e negociar com o próprio Estado, através do confronto com este, projetos e políticas públicas para a região.

1.2 - Do abandono às primeiras tentativas de organização

Ao comentar o papel das organizações na região da Transamazônica, Hébette (1994, p.2) lembra que “o advento do MPST na região representa um marco inquestionável na história da Transamazônica, e, talvez, na história da agricultura familiar do estado do Pará”. Destaca ainda que o surgimento de tal Movimento constitui-se em um *fato histórico* e que “toda a reflexão sobre seu passado, seu presente e, acredita, sobre seu futuro, deve estar vinculada a essa dimensão histórica”. De certa forma, define essa emergência “enquanto surgimento de uma nova força social que surge estimulada por uma Igreja sensível aos valores éticos, provocada e instigada pela opressão política e social do regime militar, mas, ao mesmo tempo, temida por este regime”.

Ao analisar o contexto histórico-social, daquele momento, Martins (1991, p.29) argumenta que na perspectiva católica, que vai sendo progressivamente definida nos documentos do episcopado brasileiro, a questão agrária tem outra dimensão, e que é uma questão não porque impeça o desenvolvimento do capitalismo, mas porque impede o desenvolvimento do homem. Essa análise do autor é possível em função da *opção preferencial pelos pobres*, definida no Encontro de Puebla, no México, em 1979 (CNBB, 1999, p.27).

Neste espaço da Igreja, ter-se-ia desenvolvido uma militância cristã, orientada pela nascente *Teologia da Libertação* e, aos poucos nucleada e organizada por correntes políticas de resistência, das quais se beneficiaria o próprio movimento sindical. O mérito

dessa força teria sido o fato de que o mesmo ter percebido o momento histórico e conseguido administrá-lo sob a sua direção (HÉBETTE, 1994, p.3).

Muitas destas lideranças foram surgindo a partir dos debates em grupos, a partir do trabalho de formação e da assessoria para as questões ligadas à terra, prestadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). É nesse espaço que primeiro atentou-se para a necessidade de uma organização sindical que pudesse fazer frente aos conflitos pela posse da terra e ao abandono da região por parte das instituições do próprio Estado. Organizações estas que se constituíram no espaço da Igreja, mais precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), na discussão dos *Grupos de Vizinhos*⁴, de onde surgem às primeiras lideranças que passaram a coordenar as organizações mais tarde, disso resultando a organização sindical.

Então, animadores de comunidades do Oeste da Transamazônica próximas ao município de Santarém tornaram-se as primeiras lideranças da *Corrente Sindical dos Lavradores Unidos* e compuseram a primeira diretoria formada por trabalhadores rurais no STR de Santarém, desenvolvendo, a partir dali, o trabalho de criação de centenas de delegacias sindicais espalhadas nos vários municípios da região.

O contato com essas lideranças do sindicalismo rural de Santarém / Pa, onde a luta pela terra e os enfrentamentos com latifundiários haviam possibilitado o acúmulo de forças e de experiências, acabou contribuindo, de forma significativa para motivar o debate e o enfrentamento entre os agricultores e o Estado. Por outro lado, a discussão iniciada nos Grupos de Vizinhos acaba desembocando, na década de 1970, na criação de *Revendões* e *Cantinas Comunitárias*⁵, que representavam as primeiras tentativas de fugir dos atravessadores que compravam os produtos dos agricultores e os revendiam para empresas maiores.

Essas experiências comunitárias que passaram a ser colocadas em prática na região têm uma estreita ligação com o trabalho sindical desenvolvido em Santarém. Sobre isso, aliás, Leroy (1991, p.49), ao comentar sobre a emergência destas experiências, as associa a novas formas de representação social, quando acentua o fato de que “o tecido social se

⁴ Pequenos grupos comunitários surgidos no interior das Comunidades Eclesiais de Base e que reunia famílias com a finalidade de, juntas, celebrarem e discutirem sobre sua realidade, a situação em que se encontram as famílias de trabalhadores rurais da região, a situação do país, avaliando seus pontos fracos e suas chances de vitória na luta pela sobrevivência.

⁵ Experiências desenvolvidas pelas famílias dos agricultores que, organizadas em grupos, compravam coletivamente os produtos de primeiras necessidades. Dessa forma, esses produtos poderiam ser repassados às famílias desses agricultores num valor bem abaixo dos praticados no mercado local.

distendeu e fragilizou. Na zona rural a auto-organização tradicional, sobretudo da população camponesa, bem como o sistema de representação através de comerciantes e vereadores que faziam a ponte com a cidade não responderam bem a esta situação: como consequência disso surgiram novos atores sociais”.

Estes novos atores, por sua vez, estendiam o universo de sua representatividade, para além das fronteiras regionais. Poucos anos após o início dos primeiros enfrentamentos, estes mesmos atores, organizados em delegacias sindicais, conquistam o STR de Santarém. Ao se referir a essa questão, Leroy (1991, p.77) destaca que “os colonos da Transamazônica viriam a se constituir em um dos mais fortes pólos que levariam a conquista do STR de Santarém em 1990, transformando-se em vanguarda da luta camponesa contra a frente pioneira que conheciam por dentro, por luta própria”.

Essa *vanguarda* da luta camponesa adquiriu visibilidade social e partiu para novas conquistas, para novos embates. Alguns anos depois, se fazia presente na política regional, estadual e mesmo federal. Segundo Leroy (1991, p.197), “vale destacar que o processo de formação e de participação sindical revela lideranças e militantes que se caracterizam pela capacidade de sair da rotina, de inovar, pois o novo, o *moderno*, em oposição às regras sociais tradicionais, é o sindicato”. Esta capacidade de inovar, de superar o tradicional, de vislumbrar e enfrentar os *caminhos não autorizados* pelas relações sociais vigentes, pelos marcos que definem os contornos da política e da representatividade oficial levou, alguns anos mais tarde, estas mesmas organizações, a proporem novas formas de organização social, novos rumos para a relação com outros atores sociais, notadamente com os agentes de desenvolvimento (grifo do autor).

Em 1974, quando o governo federal suspendeu parcialmente a dotação dos recursos que subsidiavam boa parte das atividades econômicas e sociais desenvolvidas na área da colonização, os problemas dos agricultores familiares se agravaram. Diante dessa situação, eles buscaram soluções no seio da organização comunitária. Aos poucos, esses fatores contribuíram para que essas lideranças procurassem alternativas de organização que se mostrassem mais eficazes para o enfrentamento dos problemas estruturais da região.

Os enfrentamentos, as lutas travadas hoje com as instituições do Estado ou mesmo os projetos nos quais o Estado e as organizações participam em parcerias, especialmente na região da Transamazônica, dificilmente poderão ser compreendidos se não levarmos em consideração a trajetória das organizações de trabalhadores rurais e os enfrentamentos destas com o poder público.

1.3 - O MPST: a emergência de um novo ator social

Diante da dura realidade enfrentada principalmente pelos agricultores familiares, e animados nos primeiros anos de luta pelas pastorais da Igreja presentes na Transamazônica, nascem as primeiras iniciativas de organização na região. A partir dos anos 1977/78, o Movimento Sindical (MPST, 1994, p.1) tornou-se uma frente expressiva de organização e instrumento efetivo de luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida.

No espaço que corresponde hoje aos municípios de Pacajá, Medicilândia, Brasil Novo, Uruará e Rurópolis, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) começam seus trabalhos como Delegacias Sindicais Regionais, fundadas pelos próprios agricultores. Essas delegacias sindicais pertenciam inicialmente aos municípios de Prainha, Porto de Moz, Portel e Santarém e somente em 1988 se tornaram Sindicatos independentes, devido à emancipação desses novos municípios. Aliás, a própria emancipação desses novos municípios, em parte, deve ser creditada ao trabalho realizado nas e a partir das Delegacias Sindicais Regionais.

Já em junho de 1985 (MPST, 1997, p.9), as Delegacias Sindicais Regionais dos municípios de Uruará e Medicilândia realizaram, juntamente com a Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar da Região da Transamazônica (ASFORT), a primeira caravana dessa região composta por aproximadamente 400 agricultores, que se dirigiram à Brasília para reivindicar, junto ao governo federal, ao INCRA e ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a manutenção do Projeto da Usina PACAL, a abertura e a conservação das estradas vicinais, a construção de postos de saúde, de hospitais e de escolas na região.

Durante os anos de 1985/88 (MPST, 1994, p.2) o Movimento Sindical da Transamazônica sofre um visível processo de enfraquecimento, provocado, ao menos em parte e pelo que tudo indica, pela conjuntura de recessão econômica que atingia o país inteiro e que fragilizava de forma particular a agricultura praticada pelos pequenos produtores rurais, agravando o empobrecimento destes e contribuindo para o abandono de boa parte da infra-estrutura estatal em funcionamento na região. O documento acima citado afirma que já não bastavam as lutas reivindicativas e isoladas em cada município para forçar o governo a negociar com as organizações, por isso, a conjuntura impôs a necessidade da construção de novas propostas e de novas formas de pressão para tentar sair da crise e animar as parcelas da população para continuar buscando alternativas de sobrevivência sem precisar abandonar a região.

Foi na seqüência de fatos como estes que a organização sindical se fortaleceu, como instrumento de pressão política, em um contexto de abandono por parte do poder público federal, estadual e municipal. Constituiu-se então, um campo de forças em que o principal capital de posse destas lideranças organizadas para se constituírem em atores visíveis foi a sua capacidade de organização local, suas reivindicações e, no limite, a formação de lideranças identificadas com a tentativa de reverter a situação econômica, política e social, a qual estavam relegados.

Em julho de 1987, acontecia o 1º Encontro Regional de Medicilândia (MPST, 1997, p.11) com a presença de representantes de organizações dos vários municípios da região, cujo principal objetivo era encontrar saídas através da regionalização das ações de reivindicação e da formulação de propostas visando à recuperação do Projeto de Colonização. Era necessário fundamentar suas propostas, seu discurso, com dados recolhidos da própria realidade regional. Foi decidido, naquele encontro, iniciar o trabalho regional, fazendo-se uma pesquisa que reunisse dados sócio-econômicos a partir dos quais fosse possível fazer um levantamento dos indicadores da situação da população daqueles municípios participantes do referido encontro. Nascia assim, a preocupação de fundamentar a formulação das propostas a serem negociadas com o Estado, com base em pesquisas que merecessem credibilidade por parte das organizações.

Pouco mais de dois anos depois, acontecia o 2º Encontro Regional, na localidade de Linha Gaúcha, município de Rurópolis, onde os resultados das pesquisas, que já haviam subsidiado a formulação de propostas de negociação com o governo estadual e federal, forneciam agora as informações necessárias para legitimar a elaboração das linhas de ação das várias organizações que começavam a se constituir em um Movimento regional. Essas linhas de ação das organizações se constituem em propostas elaboradas regionalmente e passam a fazer parte, enquanto estratégia⁶, das reivindicações conduzidas pelo MPST em sua dimensão regionalizada.

Neste sentido, no final de 1989, a estratégia que fundamentaria as ações dos movimentos sociais durante toda a década de 90, principalmente a dos pequenos produtores organizados da Transamazônica, já se encontrava traçada; consistia na

⁶ A estratégia não é produto de um programa inconsciente nem de um cálculo consciente e racional, mas, antes de tudo, ela é o produto do senso prático como sentido do jogo social, de um jogo social particular, historicamente definido e supõe uma invenção permanente e indispensável para adaptar-se às situações indefinidamente variáveis. Ela é, portanto, produto do sentido prático, da habilidade para retirar o maior proveito daquilo de que se dispõe. Devemos, no entanto, ter sempre presente, que o ator social que realiza essas escolhas é um ator socializado e que não decide em termos individuais ou espontâneos. (BOURDIEU, 1990, p.81).

regionalização das ações de maior impacto, elaboração e discussão de um projeto regional global de desenvolvimento que servia como ponto de aglutinação, centralizando o alvo nas políticas governamentais e integrando as demandas locais com as de mobilização regional ou mesmo estadual e nacional.

Enquanto isso eram constituídas as bases para o 3º Encontro Regional que aconteceria na forma de seminário, realizado na cidade de Altamira, no dia 25 de agosto de 1990, por ocasião da comemoração do dia do agricultor. Esse seminário teve como tema *O Futuro do Projeto de Colonização: Transamazônica, 20 anos depois*, e a estratégia era forçar as prefeituras e demais instituições ou órgãos públicos da região a assumirem a *parte que lhes cabia* na realização das obras de infra-estrutura regional, bem como, ampliar a divulgação das propostas do Movimento.

Neste seminário (MPST, 1997, p.12), foram formadas quatro comissões com a tarefa de viajar pelo país, denunciando a situação de abandono da região por parte do governo federal e estadual e discutir as propostas formuladas pelo Movimento regional, além de buscar apoio junto ao sindicalismo urbano, Organizações Não Governamentais (ONGs) e universidades. Pretendia-se, com essa iniciativa, ampliar o arco de alianças para subsidiar as ações que viriam a seguir.

Passados apenas três meses, e acontecia outro Encontro Regional. Neste 4º encontro, realizado no mês de novembro de 1990, às margens do rio Xingu, no município de Altamira, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e o Centro de Apoio ao Movimento Popular e Sindical (CAMPO) participaram do encontro prestando assessoria às lideranças das organizações presentes. O objetivo principal era discutir e avaliar o processo de condução dos eventos anteriores e traçar uma estratégia para a elaboração de um projeto abrangente de desenvolvimento, que contemplasse as aspirações da população da região.

1.4 - O PGDT: o projeto político do MPST

O documento preparatório para este 4º Encontro da Transamazônica (MPST, 1990, p.2) registra um momento importante dos passos e das decisões tomadas pelas lideranças sindicais, cooperativas, associativas e Movimentos Sociais, na trajetória em busca da consolidação de uma organização de alcance regional. Na abertura deste encontro, definiam-se os objetivos do mesmo. Na visão, ao menos de algumas das lideranças

presentes, quando afirmam que “estariam reunidos daquela vez, mais do que para avaliar seus avanços e dificuldades na execução de um plano regional ou a conjuntura política”; e também, “para planejar seus passos na luta de resistência, as estratégias a serem adotadas daquele momento em diante”; porque “acreditavam que o progresso, o desenvolvimento dessa região, ou seria obra da organização e da articulação dos trabalhadores rurais organizados ou jamais aconteceria” (Ibidem).

As lideranças presentes, embora participassem de uma organização ainda, naquele momento, bastante frágil e ainda não portadora de uma representatividade expressiva junto aos outros segmentos sociais regionais, propõem tomar em suas mãos o *destino do projeto de Colonização*, assumindo assim, acredito, a responsabilidade de serem as articuladoras e propositoras dos enfrentamentos com as instituições estatais daquele momento em diante.

Neste mesmo encontro preparatório para o Grande Acampamento de Altamira, que seria realizado no ano seguinte, fez-se a avaliação do esforço despendido na coleta dos dados da pesquisa regional feita anteriormente e que reuniu informações que deveriam subsidiar a definição das *bandeiras de luta* do Movimento, daquele momento em diante. Conforme MPST (1990, p.10), conseguiu-se, somente em parte, realizar um levantamento sobre a situação econômica, social, política e cultural da região.

Esse levantamento, segundo constatação das próprias lideranças coordenadoras do MPST, presentes naquele encontro, fora sistematizado minimamente e ainda era bastante incompleto. Mesmo assim, deveria subsidiar a elaboração de seus planos e bandeiras de luta. Porém, sentiam eles a necessidade de aprofundar a pesquisa e reunir estudos já feitos sobre a realidade da região, com a finalidade de elaborar uma proposta mais completa, dos seus pontos de vistas econômico e social, adaptada à realidade da Amazônia (MPST, 1990, p.10).

Pouco mais adiante, ainda durante este encontro, asseguram que a sua resistência passa por um novo projeto alternativo de desenvolvimento, o qual não teriam ainda acabado, mas estariam construindo aos poucos. Ao menos de forma embrionária e talvez mais como desejo do que como proposta, foi colocada a necessidade de pesquisas que servissem para fundamentar as ações do MPST, para dar bases à formulação de propostas a serem negociadas com a sociedade organizada e com as secretarias e instituições do Estado, tanto no nível regional quanto estadual ou mesmo nacional (MPST, 1990, p.12).

O Grande Acampamento de Altamira, realizado no início de junho de 1991, parece ter uma importância bastante significativa devido à expressão que o mesmo conseguiu, tanto junto às autoridades locais, regionais, estaduais e nacionais legalmente constituídas, como enquanto motivador de uma nova dinâmica de resistência no enfrentamento das lutas que seriam travadas daquele momento em diante pelas organizações presentes no MPST.

Alguns trechos deste documento que registra as posições dos participantes e o teor das avaliações ilustram com maior riqueza de detalhes esse posicionamento, senão vejamos: “o Movimento demonstrou poder e força de mobilização”, para realizar o referido acampamento, demonstrando ainda “capacidade de conduzir as discussões numa democracia aberta, ampla e madura, com a participação do conjunto da sociedade”, mas, e aí se encontra a questão fundamental, estas discussões, estes debates, estas formulações de propostas, de projetos, estiveram sempre “sob a direção dos trabalhadores rurais; o que significa um grande avanço político ao sairmos na frente na discussão das propostas pela recuperação do projeto da Transamazônica” (MPST, 1991, p.1).

Mas, qual seria afinal, o Projeto da Transamazônica? Seria mesmo possível negociá-lo com o conjunto da sociedade, com o conjunto dos atores ou agentes sociais presentes na região, ou, continuariam a existir segmentos sociais que não se sentiam representados nas demandas ou reivindicações apresentadas pelo MPST em suas negociações com o poder público? Aí pode estar presente o desejo do MPST, de constituir-se enquanto o *único representante* de todos os segmentos da sociedade, desejo esse possivelmente irrealizável na prática, devido à diversidade de interesses presentes nas reivindicações dos diversos atores sociais presentes na região.

Porém, coloca-se, ao mesmo tempo, em evidência, o fato de que as lideranças tinham clareza da fragilidade de sua legitimidade e sua representatividade para além das fronteiras regionais ou das áreas de atuação cotidiana das mesmas. Em função disso, no encontro da Coordenação Executiva e Ampliada, uma das lideranças participantes da coordenação do Movimento solicita que entidades regionalmente mais representativas dêem um aval ao mesmo, porque, na sua avaliação, precisariam eles “fazer uma rodada de companheiros pelo Brasil e, um giro da executiva do MPST pelos municípios da região, e também entrar em contato com o Movimento dos Seringueiros; nestas viagens para fora, deve-se ter em mãos o material de divulgação e este manifesto deve ter a *carta de apoio* dos sindicatos, dos movimentos, da Prelazia do Xingu, para que *subsidiem nossos contatos*” (MPST, 1991, p.2; grifo nosso).

Essas *cartas de apoio* parecem ter uma finalidade bastante específica, qual seja, a de garantir a legitimidade e “abrir as portas” no momento em que essas lideranças do MPST buscassem, enquanto delegados, isto é, enquanto portadores de uma delegação e uma representatividade regional, negociar com outros atores sociais, para os quais, o MPST em si, não tinha, naquele momento, credibilidade. Necessitavam, portanto, “essas lideranças do MPST, nos primeiros anos da sua constituição, serem apresentadas por atores sociais já merecedores de crédito, a fim de que pudessem assegurar um espaço no diálogo com outros agentes externos à região” (Ibidem).

Pouco mais de seis meses depois, “fruto da articulação regional, estadual e nacional, acontecia o Grande Debate ou Grande Encontro de Altamira; realizado entre os dias 31 de maio e 7 de junho de 1991”. Este encontro pode ser considerado como o ápice da mobilização das lideranças e da população da Transamazônica na década de 1990, “tanto pelo número de pessoas mobilizadas, quanto pelo método inédito que favorecera a participação da população nos debates, ou, pela competência do diálogo público desempenhado pelas lideranças, ou ainda, pelos mecanismos utilizados para a divulgação do mesmo” (MPST, 1997, p.14).

Os participantes tiveram a oportunidade de discutir, propor e votar as propostas que serviram de base para a elaboração do PGDT⁷, que pode ser considerado como a primeira formulação de políticas públicas em que os gestores da proposta foram os próprios agricultores familiares, sindicalistas, comerciantes, professores, agentes do desenvolvimento, etc.

Durante o acampamento de Altamira, surge, possivelmente pela primeira vez e de forma bastante nítida no seio do MPST, a preocupação com o meio ambiente. Afirmava-se que o MPST estaria com uma dimensão acima das expectativas, principalmente na questão ecológica, e que o governo estaria deixando de lado a agricultura, mas “nós temos que, sem perder de vista este outro lado, aderir à questão da ecologia porque vamos ter alguns recursos” (MPST, 1990, p. 16). A adesão do MPST à “questão da ecologia”, parece ficar claro, não se dava em função de seu projeto regional e sim, estava ligada com a possibilidade de que o mesmo viesse a conseguir recursos financeiros para desenvolver suas atividades.

⁷ O PGDT, enquanto programa, foi constituído basicamente a partir da compreensão de lideranças das organizações e dos movimentos sociais sobre as relações econômicas, políticas e sociais da região. O PGDT tem como orientação a implantação de políticas públicas com a capacidade de ampliar as condições para o desenvolvimento econômico e social dos pequenos agentes econômicos, dentro de uma lógica do uso dos recursos naturais e da conservação e recuperação ambiental.

1.5 - A busca de assessoria para o MPST: as bases da parceria com o LAET

Essa perspectiva de aderir a algum programa que não estava no planejamento e que nem mesmo havia sido colocado enquanto estratégia em momentos anteriores poderia se tornar demasiadamente arriscada; mas as lideranças do MPST pareciam ter clareza desse risco e preferiam corrê-lo, afim de que pudessem conseguir recursos financeiros que garantissem o funcionamento de sua estrutura e, ao mesmo tempo, a liberação de algumas de suas lideranças; sem o que, teriam chances reduzidas de desenvolver um volume de atividade que aumentava cada vez mais.

Essa preocupação com infra-estrutura, com liberação de pessoal, já estava presente há mais tempo e de maneira evidente. Precisariam eles, segundo consta, “criar uma fundação ou entidade para administrar o MPST, estruturar a sede e ter no mínimo uns dez companheiros liberados para o MPST”. Essa necessidade de liberação de pessoal é um tema bastante recorrente, já que será retomado seguidamente nos relatórios seguintes e mais tarde, na discussão das demandas colocadas junto ao parceiro (MPST, 1990, p.8).

Uma outra questão que surge a partir da avaliação feita neste encontro diz respeito à necessidade de que o MPST tivesse um projeto que estivesse adequado ao interesse internacional e da população que vivia na região, porque, na avaliação de suas lideranças, “O MPST conseguia ter um discurso certo no momento certo”, isso abria um caminho que poderia trazer importantes conquistas, porque “nós apresentamos nossa forma de trabalhar a ecologia”, (MPST, 1990, p.17).

Mas, logo a seguir, a avaliação parece ser mais condizente com a conjuntura regional daquele momento, porque afirmam que “temos que dar continuidade às nossas lutas e trabalhar, aproveitando estas pequenas conquistas que obtivemos”. Porque, nas suas avaliações estava claro o fato de que as mesmas sabiam aonde queriam chegar, mas “não sabemos, às vezes, a estratégia que iremos adotar”. Continuam o debate afirmando que “nós temos lideranças que são capazes de buscar muitas coisas, mas não conseguimos ter saldo em cima disso e ficamos para traz por não conseguirmos acompanhar por falta de recursos humanos e por não termos uma assessoria permanente”. Essa assessoria permanente seria buscada logo a seguir à reunião que serviu para avaliar o Grande Acampamento de Altamira (MPST, 1991, p.09).

Na verdade, a *busca de uma equipe de assessores* para o MPST aparece anteriormente a esse Grande Acampamento de Altamira. Ela já se encontrava presente no

debate das lideranças que haviam se reunido para preparar esse acampamento, encontro esse realizado no dia vinte de maio de 1991, onde, durante os informes que antecederam o debate com vistas a preparar o acampamento, ficou registrado que o MPST havia acertado a sua participação em uma audiência no Banco da Amazônia S/A - BASA, em Belém e em “uma sessão especial na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, para discutir assuntos de interesse dos trabalhadores rurais, além da visita e do *debate com o pessoal do NAEA*” (MPST, 1991, p.1; grifo nosso).

Ainda em julho de 1991, portanto, apenas um mês após o Grande Acampamento de Altamira, surge novamente essa preocupação de buscar uma assessoria para o MPST, manifestada quando uma das lideranças recupera, a partir de sua fala, os compromissos assumidos por algumas das lideranças presentes, destacando que “um companheiro ficou de ir para o seminário da Federação dos Trabalhadores Rurais do Araguaia (FATRA) e Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), nos dias 15 a 18 de outubro, no Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT), em Marabá”. Esse encontro tinha como objetivo trocar experiências, reflexões entre as entidades e organizações populares e sindicais que desenvolvem ações junto ao campesinato do Pará (Ibidem).

Esta liderança, que atuaria como interlocutor do MPST, deveria “fazer também uma visita ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA”; onde se encontrava, naquele momento, a Coordenação do CAT e do DAZ. Essa não era uma decisão isolada, ela já vinha sendo amadurecida ao longo da trajetória das organizações da Transamazônica, porém, agora ganhava expressão, notadamente, a partir do acampamento acontecido em Altamira, no ano de 1991. A preocupação com a *ausência de assessoria* torna-se bastante evidente, mas, parece também, ao mesmo tempo, ficar claro que não é qualquer tipo de assessoria, mas, *uma assessoria com um perfil adequado às expectativas do MPST* e às suas linhas de trabalho.

A importância deste encontro resulta do fato de que a população de um modo geral e as lideranças das organizações ou movimentos sociais, de forma particular, que aos poucos estavam tornando-se atores ou agentes sociais, historicamente haviam ficado à margem das decisões tanto no nível local quanto estadual ou nacional e que, a partir daquele momento, acreditavam-se credenciadas, enquanto lideranças atuantes e capacitadas, para intervir e modificar o curso de sua trajetória, modificando, desta forma, sua realidade.

Acreditava-se que daquele encontro em diante, “a Transamazônica não seria mais a mesma”, e que ali se fortaleceriam também “elementos consistentes de observação sobre a

capacidade dos pequenos agricultores familiares em dirigir as lutas de caráter mais abrangentes, reunir aliados, formular e propor políticas de curto, médio e longo prazo”. Talvez seja em função disso que esse Grande Acampamento de Altamira passou a ser considerado por muitas lideranças regionais, como marco fundador do MPST (Ibidem).

Por outro lado, o PGDT tinha, como um de seus principais objetivos, “garantir a participação da população no processo de desenvolvimento global da região”. Esperava-se conseguir isso criando condições para que fossem reduzidas as saídas constantes de agricultores familiares do campo para as cidades e também “desenvolvendo-se um processo de debate na e com a sociedade, tendo em vista a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a Transamazônica”. Esse novo projeto deveria ser efetivado, segundo eles, “sem agredir o meio ambiente, promovendo a pessoa humana e garantindo melhorias sócio-econômicas e culturais à população rural” (MPST, 1997, p.15).

Essa preocupação com o meio ambiente pode ter surgido devido à aproximação das lideranças do MPST com as lideranças do Movimento de Seringueiros. Pouco mais tarde, surgirá de forma nítida o fato de que essas lideranças, já no início do ano de 1990, perceberam que o *seu projeto* regional deveria estar sintonizado com um projeto mais amplo, tanto no sentido de facilitar as negociações quanto no de buscar financiamentos para a estruturação e o desenvolvimento das atividades deste mesmo Movimento.

O MPST nasce, sobretudo, da percepção da necessidade de que sejam articuladas, em um único movimento, as lutas regionais, que estavam demasiadamente individualizadas, para, desta forma, juntando-se no espaço regional, as lutas e as forças localizadas nos vários movimentos, e as organizações espalhadas pelos vários municípios, adquirir um poder que a *soma das partes*, por si só, não poderia assegurar.

Surge, então, na virada da década de 1980 para o início da década de 1990, da união dos vários STR, Cooperativas, Associações, Movimentos Sociais, etc., uma articulação que terá um peso diferenciado na mobilização das organizações para redefinir o Projeto de Colonização e a própria história da Transamazônica.

Aos poucos, o MPST passa a ser uma referência não só para a sociedade civil, mas, até mesmo, para as próprias instituições do Estado, no momento da discussão de projetos e de políticas públicas a serem implantadas na região. Ao mesmo tempo, as instituições que atuavam na região e que se encontravam em estado de abandono, tentaram apoiar-se nas reivindicações do MPST, para receberem mais recursos financeiros e infra-estrutura, caso

do INCRA, ou mesmo, para exigirem sua re-estruturação física e de pessoal, caso da EMATER e CEPLAC, ou uma maior parcela de recursos financeiros para a agricultura familiar da região, caso do BASA (Ibidem).

As lideranças do MPST, possivelmente, ou por terem clareza da responsabilidade que têm diante das organizações e da própria sociedade civil regional como um todo, ou, por aspirações políticas oriundas possivelmente da percepção do papel de representação e delegação a elas atribuída e/ou conferida, buscam novas alternativas que não se encontram disponíveis dentro dos marcos da luta com o Estado. Partem então, para o conhecimento de novas formas de comercialização da produção, novas possibilidades de instrução/educação para os filhos dos agricultores, novas experiências de intercâmbio entre pesquisadores e agricultores familiares e novos projetos de financiamento para a agricultura, que fossem, acima de qualquer coisa, não comprometedores da reprodução familiar e, ao mesmo tempo, social e economicamente sustentáveis.

Estas lideranças das organizações ligadas ao MPST partem, portanto, em busca do auxílio das instituições de pesquisa presentes na região ou fora dela, visando com isso, subsidiar suas discussões com o poder público nos momentos de discussão das políticas públicas para a região, ou mesmo, do modelo de intervenção do Estado.

A partir deste momento, o MPST passaria a combinar as lutas puramente reivindicativas com a apresentação de propostas concretas para solucionar os problemas da região. Devido ao fato de que sua composição tinha por base as organizações comunitárias, acreditava-se que somente ele teria a legitimidade para defender as propostas historicamente defendidas por estas organizações e, como um Movimento Social não partidário, ele teria autoridade para dialogar com todos os atores da sociedade, livre, portanto, dos preconceitos e com a característica pioneira de debater com a população um projeto que acreditava ser de interesse público. Contudo, essa legitimidade e essa autoridade para dialogar e, mesmo a idéia de Movimento Social não partidário, seriam colocadas à prova em cada enfrentamento ou negociação com o Estado, através de suas instituições (MPST, 1994, p.3).

Acima de tudo, essas lideranças parecem ter clareza do fato de que com a “falência planejada” das instituições de assistência técnica e extensão rural, percebidas claramente através da EMATER, EMBRAPA, CEPLAC que atuam na região, é necessário encontrar formas alternativas de trocas de experiências sobre técnicas e práticas usadas pelos trabalhadores rurais na agricultura, encontrar mecanismos que assegurem aos agricultores

a assistência técnica necessária para que os mesmos possam ter êxito em seus consórcios financiados com recursos do Fundo Constitucional do Norte - FNO especial, este fruto da luta dos próprios trabalhadores rurais organizados no MPST.

Mas o acesso ao crédito foi, de todas as demandas encaminhadas e apresentadas pelo MPST ao Estado, sem dúvida alguma, o fator de maior mobilização e, por conseguinte, de repercussão na região, porque motivado por financiamentos do FNO especial e outros incentivos econômicos, no período de 1992-95, surgiram várias cooperativas e associações de pequenos agricultores familiares. Mas, juntamente com os financiamentos, surge o desafio da gestão financeira dos recursos, tanto para as famílias desses agricultores financiados quanto para as próprias organizações (MPST, 1997, p.17).

Esses primeiros anos, particularmente entre os anos de 1992 e 1995, foram sem dúvida alguma os anos de afirmação do MPST. Sobre isso, Hébette (1994, p.5) destaca o fato de que o MPST ganhou inegavelmente espaço político em seus anos de afirmação; tornou-se, segundo o referido autor, “um interlocutor indispensável das diversas instâncias públicas, mas, a experiência tem mostrado ao Movimento algo precioso; que não basta denunciar, pressionar, ele precisa ainda apresentar propostas elaboradas”.

Na verdade, segundo ele, “isso é mais um ganho dos órgãos oficiais do que do próprio MPST”, porque “são estes órgãos que condicionam o atendimento à apresentação de projetos construtivos”, isto é, “propostas que se enquadrem nos critérios e quadros de políticas oficiais”; na verdade, destaca ainda o autor, “trata-se de um funil, de um gargalo para os projetos camponeses, enquanto isso, os interesses dos dominantes têm o poder de moldar, ao seu gosto, a política e as práticas daqueles órgãos” (Ibidem).

Isso fica evidenciado no documento em que se afirma que pouco tempo depois da implantação dos primeiros consórcios financiados pelo BASA para aquela região, já era detectada, pela coordenação do MPST, “a dificuldade de gerir um processo de financiamento de dimensões enormes, se comparado aos anteriores e sem o mínimo de suporte da assistência técnica”; somando-se a isso, “a notável falta de habilidade das direções de organizações associativas e cooperativas para a gerência, aplicação e controle de resultados dos investimentos previstos com os recursos dos créditos obtidos” (MPST, 1997, p.17).

Por outro lado, esta percepção das lideranças das organizações presentes no MPST pode ter contribuído para motivá-los na busca da construção de um projeto em cooperação

com pesquisadores de instituições de pesquisa e a Universidade Federal do Pará, através do NAEA, pouco tempo depois.

Acreditavam as lideranças do MPST que “entre os vários problemas enfrentados pelos agricultores familiares naquele momento, o da ineficácia da assistência técnica mereceria destaque”, porque “além da falta de recursos humanos e materiais - veículos, equipamentos, insumos, material para a pesquisa, etc., - causado pelo desmonte do sistema público de assistência, a assistência técnica e a extensão rural na Amazônia ainda estavam informados - e em muitos casos continuam a estar - por paradigmas convencionais de agricultura”, em função disso, tinham estas instituições “um espaço infinitamente reduzido de reestruturação e/ou re-elaboração com base nas novidades metodológicas que a própria pesquisa, tanto prática quanto teórica, colocavam continuamente à disposição” (MPST, 1997, p.18).

Essa percepção da *necessidade da parceria* com equipes de pesquisa que utilizassem outras metodologias de trabalho e, por conseguinte, apontassem para outra forma de relação entre agricultores e pesquisadores, aparece registrada de forma bastante explícita nos vários momentos da trajetória do MPST. Uma delas pode ser verificada no relatório de avaliação do MPST (1997, p.18), que destaca o fato de que “para dar conta da elaboração dos milhares de propostas de financiamento, solicitadas pelas organizações, os técnicos padronizavam os projetos para toda a região”; o resultado disso foi que “ou as famílias dos agricultores aceitavam o pacote ou não receberiam financiamento algum”. Isso, segundo aponta o referido relatório, gerava um descontentamento generalizado entre os agricultores familiares.

Mas, o que se anunciava no horizonte das possibilidades era, na verdade, o desafio da gestão de um complexo processo de organização social nascido do seio do próprio MPST. Este se propunha a desenvolver ações econômicas e sociais, com componentes estratégicos de sua ação e de sua afirmação social. Junto a este desafio, surge a reflexão quanto ao próprio papel do MPST, enquanto agente social de representação de um conjunto diverso de atores que, aos poucos, estavam alcançando uma visibilidade própria. Essa diversidade se fazia presente no MPST, não somente em função do número de atores sociais presentes no mesmo, mas, sobretudo, em função da quantidade e da qualidade de questões e/ou demandas apresentadas ou presentes em cada um destes atores sociais que, desde o início da fundação do MPST, este teria que administrar.

Parecia estar relativamente clara a percepção de que, principalmente a partir do Grande Acampamento de Altamira, tanto o atendimento às demandas emergentes quanto a

necessidade de representação social das organizações e movimentos sociais tornavam-se cada vez mais diversificadas e complexas, exigindo, por isso mesmo, um corpo técnico e político que o MPST não dispunha naquele momento. Em MPST (1997, p.18), parecem surgir indícios de que somente uma assessoria técnica não bastaria para atender as expectativas do Movimento, mas, que “fazia-se necessário que essa assessoria fosse capaz de um acompanhamento político, uma colaboração mais específica no sentido de contribuir não só na formulação de um projeto, mas na discussão de estratégias para colocá-lo em prática”.

Essa assessoria deveria contribuir para colocar em prática o PGDT, programa que tinha como um de seus principais objetivos garantir a participação da população no processo de desenvolvimento global da região, criando condições que possibilitassem a redução da migração dos agricultores familiares para a cidade ou para outras regiões do país. Devendo, ao mesmo tempo, “fundamentar as propostas num debate com a sociedade, tendo em vista a construção de um outro projeto de desenvolvimento para a Transamazônica, sem agredir o meio ambiente, promovendo a pessoa humana e garantindo melhorias sócio-econômicas à população local”. Seria, portanto, um projeto social alternativo (MPST, 1997, p.15).

Essa formulação, incorporadora das chamadas *questões ambientais* pode ser percebida, acredito, como uma tentativa de adaptação ao novo cenário que se desenhava no nível internacional e que, certamente, favoreceria o diálogo com as ONGs de outros países ou mesmo de outros estados ou regiões, ou, por outro lado, sinalizavam, já naquele momento, uma abertura para o diálogo que se constituiria mais tarde, com o LAET, na efetivação de uma parceria.

Estava, portanto, construído o cenário político e organizacional que abriria espaço para o surgimento de parceria com uma instituição de apoio técnico. Nesta conjuntura favorável, uma delegação de lideranças do MPST, acompanhada por representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), que conheciam a experiência do CAT, na região de Marabá / Pará, se deslocou da Transamazônica até o NAEA, onde se encontrava a coordenação do CAT, com a finalidade de conhecer melhor aquele projeto e discutir as possibilidades e a viabilidade de criar um projeto com as mesmas características na região de Transamazônica. Em diversas oportunidades, essas lideranças tiveram contato com pesquisadores brasileiros e franceses que atuavam no CAT.

Esses contatos evoluíram até o ano de 1993, quando, após vários encontros e discussões entre as lideranças, tanto dos pesquisadores quanto dos agricultores, chegou-se à conclusão de que havia elementos suficientemente amadurecidos e que dariam bases para a criação de um *programa de pesquisa* na Transamazônica que trabalharia em articulação institucional com o MPST. Estavam, portanto, lançadas as bases para a criação do Programa de P-F-D.

CAPÍTULO II

A relação entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores e agricultores: extensão, comunicação ou diálogo?

“Um pesquisador, um artista ou um escritor que intervém no mundo político não se torna por isso um homem político.

Ele é alguém que engaja numa luta política sua competência e sua autonomia específica e os valores associados ao exercício da sua profissão, como os valores da verdade e do desinteresse, ou, em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política, mas, sem abandonar suas exigências e suas competências de pesquisador.

Ao intervir assim, ele se expõe a decepcionar, ou melhor, a chocar, em seu próprio universo, àqueles que vêem nisso um descaso com a “neutralidade” e, no mundo político, àqueles que vêem nele uma ameaça a seu monopólio, e, mais genericamente, todos aqueles a quem sua intervenção, por algum motivo, atrapalha”.

Pierre Bourdieu (2001, p. 36).

2.1 - A extensão rural e o espírito do melhoramento agrícola

De alguns anos para cá, particularmente da década de 70, as relações entre agricultores e profissionais do desenvolvimento têm sido bastante discutidas, em particular quando se trata das ações da extensão rural. Essa discussão tornou-se possível a partir do momento em que alguns pesquisadores voltados para as questões agrárias se propuseram a sair da *pura* pesquisa acadêmica, para empreender aquilo que hoje se define como Pesquisa-ação, Pesquisa-participativa e Pesquisa-desenvolvimento, como vem acontecendo nos últimos anos.

Encontram-se, portanto, na literatura, ainda que de forma embrionária, os questionamentos feitos aos agentes de desenvolvimento - técnicos, extensionistas, pesquisadores -, sobre seus métodos ou metodologias de trabalho junto aos agricultores. A análise das relações entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores agrícolas e agricultores está associada à necessidade de percepção das diferentes formas de pensar o *melhoramento* das práticas e técnicas e a sua utilização em relação aos mais variados contextos agrícolas. Essa análise é possível a partir da confrontação de várias propostas de intervenção na agricultura, especialmente, através da extensão rural, da assistência técnica, dos pacotes de transferência ou geração de tecnologias, colocados em prática e que tinham e, em grande medida ainda têm, como finalidade, assegurar o aumento tanto da produção quanto da produtividade agrícola.

Williams (1989, p.95), ao analisar parte destas relações, destaca o fato de que essa idéia do melhoramento agrícola não é recente, como se possa imaginar, porque, segundo ele, ela já se encontrava presente no *espírito de melhoramento agrícola*, quando “em meados do século XIV, Arthur Young, um naturalista, passou a *recolher* e *divulgar* um número expressivo de técnicas e práticas agrícolas através de seus *Anales of Agriculture*” (grifo do autor).

Em certa medida, ainda hoje, essa perspectiva de que basta apenas *recolher* e *divulgar* as inovações surgidas em contextos agrícolas diversos está presente tanto nas práticas quanto nas políticas e nas metodologias de trabalho das varias instituições de pesquisa, cujo trabalho visa o *aumento e/ou melhoramento* da produção e da produtividade agrícola familiar.

Nessa trajetória de intervenções na agricultura, alguns aspectos deixaram de ser levados em consideração em se tratando da relação entre agentes de desenvolvimento e

pesquisadores de um lado e, de outro, agricultores. Esses aspectos dizem respeito, principalmente, a questões definidas genericamente como *questões culturais*; porque, muitas vezes, o fracasso na tentativa de transferência das tecnologias de uma dada realidade para outra foi atribuído, de forma genérica, aos chamados *fatores culturais*. Abranczuk (1973, p.41) sugere que ao falarmos em técnicas ou práticas socialmente validadas, deveremos ter presente o fato de que, desde seus primórdios, a cultura humana têm três componentes essenciais: os *instrumentos*, as *idéias* e a *linguagem*.

Os instrumentos, segundo ele, foram inicialmente utilizados em seu estado natural e, mais tarde, fabricados intencionalmente. Esses instrumentos destinam-se a prolongar e reforçar os órgãos de que os seres humanos são, por nascimento, dotados; e as idéias correspondem à preparação intencional da ação e à antevisão dos possíveis resultados daí advindos. Servindo, ao mesmo tempo, como elo de ligação entre os instrumentos e as idéias, desenvolveram-se as práticas e as técnicas, e estas, nada mais são do que a correta preparação intencional dos instrumentos e a codificação de seu uso eficiente. Sobretudo, “é neste sentido que a parte simbólica do processo de trabalho se constitui em uma realidade tão real quanto as ações materiais sobre a natureza”. O mesmo autor, nos alerta para o fato de que “o acúmulo de experiências realizadas, o discernimento entre elas, selecionando e fixando as de efeito favorável, tudo isso forma um processo que denominamos simplifadamente de cultura humana” (Ibidem).

Nesta mesma perspectiva, Castro (1997, p.223) afirma que “todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território”; neste caso, “o processo de trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis”, daí porque, segundo ela, “o trabalho humano estaria longe de ser uma atividade simplesmente técnica ou econômica”. Portanto, questões como estas deveriam ser levadas em consideração quando se trata de iniciativas que visam a geração e/ou a transferência de tecnologias apropriadas para a agricultura ou, até mesmo, as relações entre agentes de desenvolvimento, notadamente, técnicos agrícolas, extensionistas, pesquisadores e agricultores, mas, regra geral, elas foram desconsideradas, provocando o surgimento de inúmeros impasses ao longo da trajetória da extensão rural e da assistência técnica junto aos agricultores.

Aos poucos esta realidade da *extensão rural*, da assistência técnica, em que as possibilidades de comunicação estavam comprometidas e na qual o diálogo entre técnicos/pesquisadores e agricultores estava praticamente inviabilizado, começa a ganhar novos contornos ao serem colocadas em práticas novas formas de intervenção na

agricultura familiar, intervenções estas que sugerem novas formas de relações entre esses atores ou agentes de desenvolvimento. Estas novas formas de intervenção, das quais falaremos mais adiante, de certa formam, constituem as bases para o surgimento de mudanças que se verificarão mais tarde e que darão novos rumos a estas relações.

Em sendo esse o nosso principal objeto de análise, faremos uma breve incursão pela literatura que trata do referido assunto com a finalidade de melhor situarmos as questões que pretendemos analisar mais demoradamente. Dentre esses questionamentos feitos aos agentes do desenvolvimento, notadamente aos *extensionistas*, podemos destacar os elaborados por Klapper (1974, p.83) já no início da década de 1970, quando o mesmo sugere que a extensão agrícola, como um de seus objetivos, concentrou suas ações na *modernização tecnológica* sem considerar a necessidade de transformação das estruturas agrárias, assim é que, no seu entendimento, foram sendo implantados sucessivos programas nacionais de transferência de tecnologias com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade, conservando-se, no entanto, as estruturas e a organização social vigentes. Porque, segundo ele, não se abria uma brecha que possibilitasse a mudança nas relações existentes entre os agentes (sociais, econômicos, culturais, políticos) e os donos dos meios de produção, mas sim, assegurava-se um reforço à dominação e à exploração já existentes na relação destes agentes sociais com os agricultores.

Afirma ainda o autor que, nos anos 60, o trabalho de extensão era considerado como o de assistir a população rural na conquista de “níveis mais satisfatórios de vida e promover adequadas oportunidades para o efetivo desenvolvimento, físico, mental, social, cultural e espiritual dos agricultores”. Dentro deste marco filosófico, “a missão principal do extensionista era a da assistência, onde o agente técnico atuava com uma certa *visão de emancipador e benfeitor* junto aos agricultores” (Ibidem; grifos nossos).

Em grande medida, essa forma própria de visão de mundo e de tomada de posição do agente de desenvolvimento, genericamente definido como extensionista, só se torna possível devido à trajetória de evolução do modelo inicial da relação entre técnico e agricultor que, segundo Figueiredo (1984, p.17), deve ser buscada em sua origem que perdura por mais de cinquenta anos, pois, a extensão surge no país logo após a segunda guerra mundial, patrocinada por instituições norte-americanas e, desde seu início, procurou-se criar aqui formas adaptadas de *adequar os processos de trabalho* na agricultura e a vida rural às *novas máquinas*, sementes, raças, bens e serviços de consumo gerados pelo progresso tecnológico e científico em curso no hemisfério norte.

Considerando ainda a perspectiva dos olhares sobre os agentes de desenvolvimento da década de 1970 e início da década de 1980, Rosenberg (1982, p.23) chama a atenção para o fato de que as análises precedentes, centradas unicamente nas características da técnica, consideram a mesma como um *objeto criado* pela *investigação agrônômica*, que, posteriormente, é *transferida e incorporada* de diferentes modos pelos agricultores, neste caso, clientes passivos do processo de inovação. Esse objeto técnico, portanto, produto exclusivo do conhecimento científico, se revelaria como *uma caixa preta* inalterada ao longo do processo de difusão⁸ e onde suas próprias qualidades definiriam o êxito ou o fracasso da difusão. Essa visão da *difusão de tecnologias* não considera o fato de a inovação se constituir, ela própria, em um processo em que os atores envolvidos modificam e re-interpretam o próprio objeto técnico, no qual as percepções e os interesses dos atores confrontam-se e levam estes atores a se posicionarem frente à inovação.

Neste caso, segundo o autor, deveríamos levar em consideração o fato de que os agentes sociais implementam ações estratégicas e técnicas, através das quais elaboram e se adaptam a novos marcos de referências, em que estes mesmos agentes manipulam, modificam, re-criam o objeto técnico em função de sua capacidade e necessidade de negociação, de seu conhecimento anterior, de suas informações, suas percepções e seus interesses; interesses estes que podem estar ligados a diversos aspectos de sua vida social, ou seja, suas inclinações políticas, filosóficas, culturais, religiosas, etc.

2.2 - Da extensão rural à comunicação: um avanço sem ruptura no modelo de intervenção

Dentre as análises do *processo de extensionismo* que, de certa forma, podem ser estendidas aos agentes de desenvolvimento em geral, merece destaque a análise feita por Freire (1977, p.12), ao avaliar o modelo de intervenção na agricultura colocado em prática por equipes de extensão rural no Chile no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Sobre este aspecto, ele sugere que a falta de resultados mais profundos, em se tratando da intervenção na agricultura, no melhor dos casos pode ser atribuída a uma visão ingênua da realidade e, no caso mais comum, a um sentido de superioridade, de dominação com que o técnico enfrenta o camponês inserido em uma estrutura agrária tradicional.

⁸ A difusão é aqui entendida enquanto processo pelo qual uma informação, opinião, comportamento, prática, inovação, etc., se propaga em um dado momento histórico e para um determinado conjunto da população. A difusão é condicionada por fatores sociais, tais como: cultura, economia, religião, conhecimento, etc. A difusão, no entanto, tem um duplo sentido: um emissor difunde algo - ele faz difusão - e este algo é difundido num processo de difusão, portanto, difusão é emissão e difusão é um processo já anterior e, ao mesmo tempo, exterior ao emitente.

Acentua ele, portanto, a existência de relações de poder entre técnicos e agricultores, no momento em que evidencia a questão do *sentido de superioridade* com que o técnico *enfrenta* o agricultor. Esse sentimento, por certo, constitui-se em uma das barreiras que agricultores e pesquisadores terão que transpor, caso pretendam constituir relações em outras bases sociais. Esta questão será retomada mais tarde, quando da análise das relações entre atores ou agentes sociais que, em conjunto, fazem uma tentativa de superar esta forma de relação criticada pelo autor.

O próprio conteúdo semântico do conceito de extensão, segundo Freire (1977, p.20), é sintomático do modelo dessa relação travada entre o técnico e o agricultor, pois que, extensão significa *a ação ou ato de estender algo "a" ou "até" alguém*. Neste caso, estender o seu conhecimento, as suas técnicas aos agricultores. Esse modelo se desenvolve, segundo ele, porque o tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não possibilita o espaço para o diálogo, porque surge a partir da *demarcação da distância social*⁹, e, notadamente, do *lugar social* dos indivíduos.

Ao analisar as chances de mudança no perfil das intervenções, comenta ainda o referido autor, seu descrédito em relação à possibilidade de construção de um modelo que favoreça o diálogo, porque, na sua avaliação, é neste tipo de relações sociais rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa como consciência oprimida. Porque, destaca ele, "sem nenhuma experiência dialógica, nenhuma experiência de participação, eles, em grande medida, são inseguros de si mesmos, sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer". Desta forma, é previsível que os camponeses apresentem uma atitude quase sempre desconfiada em relação àqueles que com eles pretendam dialogar (Ibidem).

Diante destas constatações, o autor citado assegura que o diálogo somente acontece em uma situação em que o significado passe a ter a mesma significação para técnicos e agricultores e isso só se daria "na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da *extensão* do produto pensado de um sujeito até o outro". Porque, nesta situação, o termo *relação* indica o próprio homem frente ao mundo, que é estar nele e com ele, como um ser do trabalho, da ação, com a qual modifica as relações sociais e, neste sentido a *relação* se distingue do simples *contato*. (Ibidem; grifo do autor).

⁹ A distância social é o intervalo maior ou menor que separa, no espaço social, as posições de dois ou mais indivíduos que se encontram ou pertencem a diferentes grupos ou classes sociais.

Neste caso, na sua avaliação, não existiram propriamente *relações* entre técnicos e agricultores ao longo da trajetória da assistência técnica e da extensão rural; o que existiu foi, no máximo, um *contato* entre ambos. Essas são questões que se fizeram presentes em vários momentos do debate envolvendo equipes cujo principal objetivo é o de pensar e repensar as condições da geração e/ou da transferência de tecnologias para a agricultura familiar.

Sintomático deste debate é, entre outras iniciativas, a publicação, a partir de 1984, da revista *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, editada pela EMBRAPA, que associa, no seu Conselho Editorial, destacados pesquisadores da área agrônômica e das ciências sociais, pesquisadores que, a partir de um determinado momento da trajetória das instituições de pesquisa e difusão de tecnologias nas quais trabalham, se colocam a necessidade de repensar as práticas, as metodologias de trabalho, as políticas de transferência de tecnologias e até mesmo suas relações com os agricultores.

Partiremos desta literatura para situarmos nossas questões no debate travado acerca das possibilidades e limites do diálogo entre atores sociais diferentes quando estes se propõem a colocar em prática projetos comuns. Segundo Sousa (1987, p.187-196), é na década de 1970 que a extensão rural e o processo de difusão de tecnologias deixam de ser um processo particular de comunicação exclusiva entre o extensionista e o produtor para se transformar num processo comunicativo mais amplo, envolvendo, conjuntamente, agentes de desenvolvimento - técnicos, pesquisadores, extensionistas e produtores -, e ainda outros agentes sociais localizados nos mais diversos órgãos de política e desenvolvimento.

2.3 - Novos atores entram no processo comunicativo: a possibilidade de mudanças na relação entre técnicos, pesquisadores e agricultores

Duas questões nos parecem fundamentais: a primeira diz respeito à entrada de novos atores sociais no processo comunicativo que, antes, envolvia quase que exclusivamente o extensionista e o agricultor e, a segunda, ao fato de que acontece uma transformação no processo comunicativo que se amplia. Neste caso, a entrada de novos agentes neste processo comunicativo oportuniza o surgimento de questionamentos quanto à eficácia e/ou eficiência dos processos adotados para a transferência de tecnologia e a extensão rural.

Em meados da década de 1980 verifica-se uma ruptura mais abrangente com o modelo de extensionismo até então vigente. Entre os marcos que demonstram, segundo Sousa (1987, p.187-196), a ruptura em curso com o modelo utilizado até então, encontra-se a busca do não-afastamento entre o saber acadêmico e o saber popular e a abertura para a consideração dos agricultores não mais enquanto receptores passivos, mas enquanto pessoas ativas que têm uma prática e um dizer na questão da ciência e tecnologia para a agropecuária.

Está, portanto, desenhado um cenário onde o agricultor emerge, ganha visibilidade enquanto alguém a quem se reconhece agora, enquanto tendo o que dizer sobre a tecnologia, um dizer enquanto resultado de uma prática, de um fazer, que se evidencia, tanto para os agentes de desenvolvimento, quanto para o pesquisador, ser de extrema importância, porque potencializador das chances de êxito do trabalho de transferência de tecnologias.

O debate em relação à extensão rural continua evoluindo. Rodrigues (1985, p.305-311) já chamava a atenção para o fato de que a pesquisa deve partir da observação atenta da realidade em que se identificam os sistemas de produção usados pelo agricultor, e, de uma série de variáveis de ordem social, política, econômica e cultural que intervêm na produção. O referido autor parece chegar à conclusão de que se faz necessário observar atentamente a realidade onde o agricultor está inserido, ao analisar as limitações do modelo de extensão rural existente que, demasiadamente padronizado e rígido, porque pensado a partir de pacotes tecnológicos, não atende às necessidades da grande maioria dos agricultores e nem possibilita uma relação dialógica com estes.

Aos poucos, a necessidade de se re-situar o sistema de extensão rural ganha força, a partir da idéia que se tem presente e que envolve o relacionamento entre agentes do desenvolvimento e agricultores. Desenha-se então, neste cenário, a possibilidade de romper com a histórica afirmação da desigualdade, característica da relação até então existente em se tratando da difusão de tecnologias. A relação entre estes agentes de desenvolvimento e agricultores pode ser agora repensada a partir da proposta metodológica desenvolvida no *Sistema de convivência*.

No *Sistema de convivência*, como enfatizam Oliveira & Cavalcanti (1984, p.255-284), a *convivência* é considerada enquanto requisito essencial para as trocas de experiências entre técnicos e produtores, levando-os, no dia-a-dia, a definirem prioridades, avaliar resultados, re-programar as ações, etc. Segundo eles, esse *Sistema de convivência* se

constitui enquanto proposta de avanço na relação comunicacional entre o agente de desenvolvimento, notadamente o extensionista e os agricultores, porque a característica essencial nele contida é a emergência da possibilidade de criação de um *espaço para a troca de experiências* entre técnicos, pesquisadores e agricultores, para a definição conjunta das prioridades, da avaliação dos resultados e da programação das atividades.

O conhecimento gerado a partir da convivência, segundo os autores, é fruto do diálogo que emerge da situação real dos produtores rurais. Outra questão extremamente pertinente se refere à percepção dos autores sobre a necessidade de um espaço para a troca de experiências, e, não mais, um espaço para a demonstração do conhecimento acadêmico do técnico, do pesquisador, etc. Outro aspecto central contemplado nesta proposta diz respeito ao fato de que se passa a admitir a idéia de que os agricultores, enquanto indivíduos, têm diversas formas de ver as coisas, têm interesses diversos e objetivos, por vezes até mesmo conflitantes; percebendo-se, portanto, a necessidade de favorecer a discussão desses interesses para aumentar as chances de êxito do processo de extensão rural e da assistência técnica a partir do *Sistema de convivência*.

Da prática e do debate sobre essa prática emergem, aos poucos, novas propostas, que, por sua vez, informam novas formas de relações entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores e agricultores. Surge, portanto, a possibilidade de se constituírem novas formas de intervenção na realidade, novas formas de relação entre os atores envolvidos nestes projetos, formas essas que abrem, aos poucos, um espaço para o diálogo entre agentes de desenvolvimento e agricultores familiares.

Ainda desta perspectiva, vale ressaltar a contribuição de Friedrich (1988, p.13) que, ao comentar sobre os pesquisadores dos *processos de comunicação* entre técnicos e agricultores, destaca o fato de que praticamente inexistente a preocupação em questionar a *posição* e o *interesse* de quem comunica, acentuando que não estão estes interessados em questionar o contexto onde se produz a comunicação relacionando-a com conteúdo, procedimentos, fatos e efeitos que a originam e a determinam. Ressalta ainda que os conhecimentos, os valores, os comportamentos, as idéias e conceitos são o fruto da experiência adquirida na sua ação sobre a natureza e sobre sua realidade física e social, destacando que o acervo de conhecimentos gerados a partir das experiências humanas de outros homens só se adquire num processo de interação ou relacionamento entre pessoas, mediante uma real comunicação ou diálogo entre sujeitos.

Pois, afirma ele, se o objetivo da comunicação é *persuadir*, existe alguém que *exerce a persuasão* e alguém que *será persuadido*. O ato de persuadir implica uma intenção explícita: *sobre o que persuadir* e *porque persuadir*. A comunicação tem, assim, o sentido de *desejo* de mudar a conduta de quem é persuadido. Friedrich (1988, p.38) diz acreditar que, provavelmente, devido a estes equívocos, motivados em parte pela palavra e pelo conceito de informação, é que os extensionistas e os demais técnicos e agentes de desenvolvimento atuantes em programas para o meio rural aplicam *métodos de informação* ao invés de adotar *procedimentos para a comunicação*. Mas, se a intenção era a de informar, é justificável a ênfase dada aos meios, ao material visual, às técnicas utilizadas porque, regra geral, acreditava-se que com os mais variados auxílios técnicos e com a utilização dos melhores recursos disponíveis fosse, enfim, possível alcançar melhores resultados.

A questão central aqui diz respeito ao fato de que os meios de comunicação só adquirem relevância dentro de determinadas concepções de geração ou transferência de tecnologias. Se a convicção é a de que os conhecimentos, os valores, condutas e atitudes podem ser transmitidas como coisas, de um lugar para outro, é que justificaria a ênfase dada aos meios, às técnicas ou aos mecanismos de transmissão de informações.

As dificuldades para o estabelecimento de diálogo entre técnicos e agricultores e os tipos de relações existentes entre ambos até o final da década de 1980, momento em que Friedrich (1988, p.42) analisa estas questões são caracterizadas enquanto relações de autoritarismo e paternalismo, quando o autor enfatiza que o autoritarismo e o paternalismo presentes nas relações entre agentes de desenvolvimento e agricultores se verificam porque, por um lado, estes agentes vêem, na maioria das vezes, os pequenos produtores como uns pobres coitados, abandonados, marginalizados, a quem, portanto, os técnicos deverão salvar de toda essa penúria, e, por outro lado, porque pensam que com esses *produtores atrasados* não se pode estabelecer um diálogo, pois os mesmos não entendem de tecnologias, formação dos preços, comercialização, administração rural, economia e, tantas outras coisas.

Existe ainda, segundo Friedrich (1988, p.44), um outro equívoco bastante sintomático que diz respeito a uma busca constante por parte dos agentes de desenvolvimento, notadamente do extensionista, na tentativa de encontrar os *verdadeiros líderes* dos agricultores, para que, com eles possa estabelecer a comunicação que possibilitaria a redução da distância econômica e social entre os membros da comunidade. Essa prática, segundo ele, se mostra equivocada, pois, a suposição de que através dos líderes chegar-se-ia a difundir novos conhecimentos, novas condutas ou atitudes ao resto dos membros da

comunidade parece estar suficientemente desmentida pela prática e, cientificamente negada, do ponto de vista sociológico.

O líder, diz ele, seja ele autoritário ou democrático, formal ou informal, líder de opinião ou apelidado de outra forma, o é em função de seu poder, manifesto ou latente. Em maior ou menor grau, o líder representa ou mesmo incorpora o conjunto estruturado dos valores do sistema ao qual seus seguidores estão aderindo e, como em geral, o poder do líder emana de seu maior acervo de informações ou do conhecimento da engrenagem social, qualquer incremento que se lhe proporcione neste sentido serve, primeiramente, para afirmá-lo ainda mais em sua posição (Ibidem).

Neste sentido, para ele, repartir informações seria o mesmo que repartir o poder, ao que, em geral, não estaria o líder disposto, sabedor este do fato de que essa partilha colocaria em xeque sua posição social e, portanto, sua condição de líder. Por isso, nem mesmo as informações tecnológicas são multiplicadas pelo líder, ao menos que, e somente na condição de que, elas não afetem de forma alguma seu poder e seu prestígio.

2.4 - O debate acerca da metodologia de trabalho: o diálogo como forma de relação entre agricultores pesquisadores

Este debate desenvolvido em torno da extensão atingiu também a prática de pesquisa, em especial, mas não exclusivamente, a pesquisa junto aos agricultores familiares. As experiências realizadas nos países em desenvolvimento têm alimentado este debate, a partir de diversas metodologias conhecidas como Pesquisa-participativa, P-F-D e Pesquisa-ação. Embora diversificadas nas suas abordagens, o que não caberia discutir aqui, estas metodologias têm alguns pontos em comum.

Duas instituições européias têm-se destacado nesta discussão no campo do desenvolvimento rural e, notadamente, em países em desenvolvimento, o Instituto de Desenvolvimento Ultramarino (ODI), de Londres, com seus principais representantes Bebbington & Farrington, e o Serviço Internacional para a Pesquisa Nacional na Agricultura (ISNAR), de Haya. Segundo Bebbington et al (1994, p.6-19), muitos esforços têm sido feitos para introduzir mudanças institucionais e metodológicas visando tornar a pesquisa agrícola e os programas de extensão mais adaptados às necessidades dos pequenos produtores. O referido autor apresenta em seu *paper*, um quadro analítico e metodológico que pode servir

de base para se examinar a força das organizações de agricultores e seu potencial para articulá-los com as instituições de pesquisa (1994: Abstract).

Falando da expectativa dos grupos de agricultores no sentido de receber mais apoio para suas atividades de desenvolvimento, estes autores observam que pode não ser conveniente esperar dos pesquisadores na agricultura que se comprometam em tais atividades, porque o seu tempo é mais efetivamente despendido na pesquisa. O problema, entretanto, é que os agricultores podem não perceber as coisas da mesma maneira e podem freqüentemente esperar mais dos pesquisadores (Ibidem).

Se este apoio complementar não for dado, pode complicar a qualidade do relacionamento entre pesquisadores e agricultores. Isto significa que para trabalhar com grupos, os pesquisadores na agricultura podem também se beneficiar com a presença de um *terceiro parceiro* - freqüentemente uma ONG - que possa se interessar em responder a estas demandas adicionais (Ibidem).

Isso, de certa forma, possibilitaria que boa parte das atividades de pesquisa, das quais os agricultores esperam respostas a curto prazo, pudessem ser assumidas por um *terceiro parceiro*, diminuindo assim, as possibilidades de atrito entre agricultores e pesquisadores, quando os primeiros desejam rapidez e estes últimos desejam avançar por mais tempo em suas pesquisas, para, ao fundamentá-las melhor, adquirirem mais segurança em relação ao trabalho de *aconselhamento técnico*. Essa questão da entrada de um *terceiro parceiro* na relação de diálogo será retomada no próximo capítulo que tratará da relação entre agricultores e pesquisadores em um programa de parceria na região da Transamazônica.

Já Farrington & Martin (1993, p.11), estabelecendo um quadro com as “características conceituais das principais abordagens em pesquisa participativa na agricultura”, perguntam: “O que deveria caracterizar as relações entre agricultores e pesquisadores?” Apresentam três respostas, conforme os respectivos modelos: “curiosidade honesta por parte dos pesquisadores”, “igualdade entre agricultores e pesquisadores”, “parceria em condição de igualdade entre agricultores e pesquisadores”. À pergunta: “O que deveria caracterizar o processo de pesquisa?”, respondem: “Processo interativo; tempo necessário para ganhar a confiança do agricultor”, “o agricultor decidir se e como ele deseja continuar os experimentos”, “ter a necessária flexibilidade; consultar o agricultor ao longo do processo de pesquisa e mudar o modelo quando necessário”.

As questões relativas ao diálogo entre agricultores e pesquisadores, apresentadas pelos autores acima referidos, serão retomadas, seguidamente, por pesquisadores cujo objeto de análise envolve estas relações. De certa forma, estavam lançadas as bases para o repensar das relações que envolviam estes atores sociais, em se tratando da efetivação de ações conjuntas. Essa, por sinal, é a temática central de nosso objeto de análise, análise esta que será desenvolvida com mais consistência no próximo capítulo ao tratarmos das relações entre agricultores e pesquisadores (MPST e LAET) que, constituem um Programa de P-F-D, em parceria, na região da Transamazônica.

Porém, a análise das relações sociais entre os parceiros no PAET que será, como já referido, o tema central deste trabalho, requer uma definição mais precisa da categoria *diálogo*. Para tanto, utilizar-se-ão aqui as contribuições de vários autores que, de certa forma, têm contribuído para constituir uma conceituação mais precisa e consistente desta categoria.

Entre eles podemos destacar as contribuições de Duarte, Schaff, Buber e mesmo Bourdieu que, de certa forma, definem os elementos constituintes para a elaboração mais consistente da conceituação; às definições destes autores, podemos acrescentar as contribuições, sugestivas de Hébette, D`Incao, D`Incao & Roy e Muchagata, porque estes últimos, a partir de seus trabalhos de pesquisa, embora, muitas vezes, sob prismas diversos, têm contribuído para fazer avançar o debate acerca desta questão, bem como, possibilitam ainda, uma análise mais coerente sobre as relações entre estes atores ou agentes de uma forma mais geral.

Iniciaremos, assim, nosso *recorte conceitual*, pela contribuição de Duarte (1999, p.244) que define o diálogo enquanto uma “atitude própria do homem”, ou, como a “capacidade de se dirigir e de responder ao outro como igual, para com ele estabelecer uma relação”. Aqui reside uma questão fundamental, pois o autor fala de estabelecer *relações* e não apenas *contatos*. Segundo este autor, “os seres humanos, neste sentido, apenas dialogam com outros seres humanos”, porque “somente estes podem lhe responder em condições de igualdade”. Desta perspectiva, “o diálogo supõe e impõe um esforço e o desejo de completa reciprocidade e a reciprocidade supõe a semelhança e a diferença, assim a *propriedade* e a *alteridade* são dois momentos ou dois pressupostos desta condição relacional do homem” (Ibidem; grifo do autor).

Duarte (1999, p.244) fala de relação e, acima de tudo, de uma relação entre diferentes. Podemos então supor que estas diferenças seriam relativas às classes ou grupos

sociais, diferenças religiosas, de princípios político-ideológicos, diferenças culturais, econômicas, de níveis de conhecimento, etc; contudo, essas relações entre diferentes não devem se transformar em relações entre desiguais, porque dessa forma seriam relações de poder entre os indivíduos ou grupos e serviriam, basicamente, para demarcar a distância social existente entre os indivíduos, grupo e/ou classes sociais.

Assim sendo, e ainda de acordo com a análise de Duarte (1999, p.225), “mesmo quando o diálogo pretende ir além da relação e da atenção do outro, o outro - e conseqüentemente, o diálogo - nunca deve ser entendido como um simples meio”. Contudo, poderiam existir diversas formas de diálogo, entre as quais, “o diálogo político-social, o diálogo técnico-científico, o diálogo místico-religioso e outros que surgem como diversos no seu nível de profundidade e, conseqüentemente, no compromisso”; em função disso, “a relação com o outro aparece, assim, tipificada segundo os objetivos a atingir, e tais objetivos condicionam logo de partida a *imagem* e as *expectativas* dos interlocutores na relação dialogal, por isso, a qualidade do diálogo depende, em boa parte, da visão que se tiver do outro” (Ibidem; grifo o autor).

Por outro lado, na construção de relações dialógicas entre pesquisadores e agricultores, a questão levantada por Duarte (1999, p.225) acerca da “visão que se tem do outro” também pode se constituir em um fator limitante na construção desse espaço necessário para o diálogo, porque, devido ao fato de que, ainda hoje, muitos pesquisadores de formação acadêmica técnica, muitas vezes são levados a perceberem os agricultores e, em particular os agricultores familiares, como seres indefesos, desprovidos dos conhecimentos necessários para entender o funcionamento do sistema de produção, a mercê dos políticos e atravessadores, sem capacidade de planejamento.

Vistos desta perspectiva, os agricultores dificilmente poderiam estar em condições de estabelecer relações de diálogo com os pesquisadores. Assim, neste espaço de relações sociais, onde havia a possibilidade de se constituir relações de diálogo, emergiriam, sobretudo, relações de subordinação, relações de poder; no máximo, seria possível construir um espaço para o contato entre estes atores. Como construir relações de diálogo com os agricultores e suas lideranças, quando estes são percebidos como incapazes para ocuparem um espaço em condições de igualdade no diálogo com os pesquisadores?

Além destes complicadores nas relações entre pesquisadores e agricultores, Schaff (1966, p.164), ao se referir ao processo de comunicação que, por extensão, se aplicaria ao processo de diálogo, acentua o fato de que “considerando-se este aspecto - do diálogo -,

deveremos admitir dois tipos distintos de comunicação: um que está enraizado em significados e outro, cujo conteúdo são as convicções”. Segundo ele, “na comunicação cujo conteúdo são convicções, para além da compreensão significativa dos signos, há ainda o problema da adesão ou não adesão à convicção expressa por um dos sujeitos comunicantes”.

Essa questão da adesão às convicções dos sujeitos comunicantes pode se tornar um complicador nas relações de diálogo porque dependendo das condições da comunicação - porque estas podem ser estabelecidas enquanto relações de poder - os grupos podem não ter interesse em expressar suas convicções, principalmente se julgarem que estas podem causar algum tipo de constrangimento ao parceiro ou, no limite, se imaginarem que tais convicções limitariam as chances de diálogo. Pode acontecer, também, que um dos atores sociais presentes na relação não demonstre interesse em partilhar das convicções do outro, em especial, das convicções político-ideológicas.

Estas convicções se tornariam um complicador na relação se, e, principalmente porque, em muitas situações, sobretudo em se tratando do projeto político defendido pelos atores ou agentes sociais, as posições dos mesmos são, em geral, percebidas a partir de uma visão dicotômica/dualista que se estabelece como funcional - no sentido do desempenho de uma função específica - e ideologicamente, uma separação rígida de universos entre, de um lado, quem está conosco, e, de outro, quem está contra nós. Essa bipolaridade é característica de disputas nas quais, por algum motivo, um dos lados em conflito tem interesse em definir a disputa como sendo uma luta do bem contra o mal. Nestas situações, a estratégia de estigmatizar, *diabolizando* a posição do adversário é, salvo raras exceções, comumente utilizada, tolerada e/ou aceita.

Bourdieu (1990, p.20), ao falar sobre as convicções dos agentes sociais, lembra-nos que “o fato de se pertencer a um grupo profissional exerce um efeito de censura que vai muito além das coações institucionais e pessoais”; isso aconteceria porque, “há questões que não são colocadas, que não podem ser colocadas, porque tocam nas crenças fundamentais que estão na base das práticas sociais”. Temos, portanto, dois elementos complicadores das relações, quais sejam, as *convicções* e as *crenças* dos atores ou agentes sociais.

Podemos, desta forma, supor que em situações nas quais a relação fica comprometida em função das diferentes convicções dos atores sociais, ficaria evidenciado que estas relações não avançaram para relações de diálogo, porque o diálogo pressupõe a

interrogação das convicções dos outros com os quais se pretende dialogar, como enfatiza o mesmo autor, ao afirmar que o ato da interrogação, que institui uma demanda deve autorizar e encorajar a explicitação das intenções dos parceiros (Ibidem).

Buber (1982, p.53) afirma conhecer três espécies diferentes de diálogo: uma seria “o diálogo *autêntico*, onde, cada um dos participantes tem de fato em mente o outro, ou os outros, na sua presença ou no seu modo de ser, e a eles se volta, com a intenção de estabelecer entre eles e si próprio uma reciprocidade viva”, uma segunda espécie seria “o diálogo *técnico* que é movido, unicamente, pela necessidade de um entendimento objetivo”; e uma terceira espécie seria “o *monólogo* disfarçado de diálogo, onde dois ou mais homens, reunidos num mesmo local, falam, cada um consigo mesmo, por caminhos tortuosos estranhamente entrelaçados e crêem ter escapado, ao tormento de ter que contar apenas com os próprios recursos” (grifos do autor).

Segundo Bourdieu (1983, p.31), devemos, ao analisar as relações sociais, ter sempre presente o fato de que “o essencial daquilo que se passa no processo de comunicação não está na comunicação em si mesma, mas nas condições sociais que possibilitam a comunicação” e de que, portanto, a utilização de certas palavras de efeito, a escolha dos melhores meios, equipamentos e técnicas disponíveis serão de pouca utilidade e eficácia se não forem levadas em consideração as condições sociais que possibilitam a comunicação, ou seja, as condições sociais na construção desse espaço de relações de diálogo. Faz-se necessário, portanto, segundo o referido autor, “que os *receptores* estejam predispostos a reconhecerem a autoridade dos *emissores*, que esses *emissores* não falem por sua conta, mas que falem sempre como *delegados* ou *padres-mandatários* e que não se autorizem a definir por si mesmos o que deve ou não deve ser dito” (grifo nosso).

Existiria ainda, na opinião do referido autor, “a necessidade de um emissor legítimo, isto é, alguém que seja conhecedor das leis implícitas do sistema e esteja cooptado e reconhecido enquanto tal”. Uma outra questão diz respeito à necessidade de haver “destinatários reconhecidos pelo emissor como dignos de receber o conteúdo da comunicação”, o que supõe que “o emissor tenha o poder de eliminação”, quer dizer, que ele “possa excluir do processo de comunicação os que não deveriam estar no lugar onde estão”. Ainda referindo-se ao diálogo, o mesmo autor afirma que “o diálogo entre agentes sociais de campos diferentes implica muitos mal entendidos” porque o encontro destes agentes é também, ao mesmo tempo, “o encontro entre duas histórias diferentes, logo, de duas culturas diferentes, e onde cada um decifra o que o outro diz a partir de seu próprio código, de seu próprio ponto de vista” (BOURDIEU, 1990, p.126).

Essa questão relativa ao encontro de atores sociais que pertencem a campos diferentes, com trajetórias diferentes, será resgatada, quando da análise das relações entre agricultores e pesquisadores parceiros do PAET, notadamente, quando se destaca o fato de que estes atores não só pertencem a campos distintos, mas, necessitam de afirmação social dentro de seus respectivos campos de atuação.

Com a finalidade de reunir as posições que melhor definem a questão em análise, ou seja, a construção de um espaço de relações onde seja possível efetivar relações de diálogo entre atores sociais, quando estes se dispõem a trabalhar conjuntamente, podemos levar em consideração algumas contribuições relacionadas à posição de Hébette, D`Incao, D`Incao & Roy e Muchagata. O que estas contribuições apresentam de interessante para este estudo é que, não são reflexões abstratas, mas refletem sobre situações ou questões concretas. Diferentemente dos autores anteriores, estes apresentam como pressuposto do diálogo a existência social de relações democráticas; contrapondo-se, em certo sentido e sob alguns aspectos, a Duarte e Buber.

D`Incao & Roy (1995, p.12) insistem no fato de que não é necessário supor que o diálogo só se tornaria possível entre iguais porque ele acontece, precisamente, entre atores sociais diferentes. Neste caso, é necessário, como condição para este diálogo, um ponto de unidade que seria “o acreditar ao menos nas possibilidades renovadoras das relações democráticas“, e, estas relações democráticas seriam asseguradas pelo “encontro de pessoas autônomas, iguais, porém, no direito de se expressar livremente e, portanto, dispostas a reconhecerem aos outros, esse mesmo direito de livre expressão”.

A questão principal manifesta na posição destes autores diz respeito ao reconhecimento do direito aos outros de se expressarem livremente e, conseqüentemente, a idéia de este direito não ser entendido como uma “concessão” de um dos parceiros, como uma espécie de estratégia de condescendência¹⁰, porque isto colocaria o outro em situação de inferioridade, de dependência, de subordinação, e isso, por assim dizer, reduziria ou mesmo eliminaria as possibilidades da construção de um espaço de relações dialógicas.

¹⁰ As estratégias de condescendência são situações através das quais os agentes que ocupam uma posição superior em uma das hierarquias do espaço social objetivo negam simbolicamente a distância social, que nem por isso deixa de existir, garantindo assim as vantagens do reconhecimento concedido a uma denegação puramente simbólica da distância que implica o reconhecimento desta distância social real. Pode-se assim, usar as distâncias objetivas de maneira a manter as vantagens da proximidade e as vantagens da distância, isto é, a distância e o reconhecimento da distância assegurado pela denegação ou recusa simbólica da distância. (BOURDIEU, 1990, p.154).

No *encontro de pessoas autônomas*, D'Incao & Roy (1995, p.12) distinguem três níveis de liberdade: a autonomia das pessoas, visando a que cada um se considere livre na sua relação com as outras; o encontro dessas pessoas no reconhecimento desta autonomia e a aceitação, em comum, da submissão às regras garantidoras do exercício dessa liberdade, isto é, a submissão à lei democrática. Neste caso, estes atores ou agentes sociais estariam, portanto, em situação de igualdade enquanto interlocutores, onde saber escutar os outros, respeitar as suas opiniões e pontos de vista, facilitaria ou potencializaria a construção do espaço para o diálogo entre os parceiros.

A única submissão admitida pelos autores citados ainda há pouco seria a aceitação, em comum, das regras que garantem o exercício dessa liberdade, isto é, a submissão à lei democrática. Essa submissão às regras democráticas acordadas entre ambos os atores em diálogo, por outro lado, asseguraria que “a expressão do ponto de vista diferente do outro não seria mais considerado como um *pecado contra a causa*”, porque, nesta situação, ambos teriam igual liberdade de se exprimir livremente, em um debate regido por uma lei comum. (Ibidem; grifo nosso).

Hébette (1996, p.39-57), ao meu ver, lembra que esse atores ou agentes sociais falam a partir de lugares sociais diferentes e que tomam as suas posições em referência a estes lugares diferentes; assim ter-se-ia “um diálogo elaborado a partir de uma certa visão de mundo”. Encontraríamos aí uma série de fatores que poderiam contribuir para limitar as chances de diálogo ou, poderiam até mesmo bloqueá-lo. A parceria contemplaria, neste sentido, “um diálogo como forma de relação entre grupos sociais ou categorias que se situam de formas diferentes na sociedade”, mas que “se propõe a discutir formas negociadas de intervenção na realidade, objetivando o desenvolvimento da região”.

Em relação às possibilidades e aos limites no sentido de se conseguir avançar na consolidação de parcerias entre atores sociais diversos, se faz necessário perceber que “os interesses em comum que são as bases da classe e que não excluem competição, tensões e conflitos internos, servem para moldar universos de convivência e de comportamento muito diversos e, às vezes, até mesmo contrastantes”, e que “o desconhecimento ou a não consideração deste fato pode dificultar as relações entre os atores sociais que tentam construir o diálogo” (Ibidem).

Comentando como os agentes ou atores envolvidos no diálogo, percebem-se ou são percebidos nesta relação, Hébette (1996, p.39-57) analisa alguns elementos que podem se tornar complicadores desta relação. Diz ele, que independentemente da sua vontade, os

pesquisadores, em geral, “são percebidos ou definidos pelos agricultores enquanto detentores de *soluções* que são a chave no sentido de possibilitar a resolução de problemas que afligem estes agricultores” (grifo do autor).

Acontece, porém, que, muitas vezes, os próprios pesquisadores sentem-se confortáveis com a perspectiva de que sejam imaginados ou percebidos enquanto detentores de saberes e conhecimentos que funcionariam como *remédio* no tratamento, na resolução de problemas ligados às atividades dos agricultores, quer dizer, acabam contribuindo, por assim dizer, para a reprodução da imagem que os agricultores têm dos técnicos e pesquisadores. Segundo o mesmo autor, outro elemento complicador do diálogo entre representantes de organizações de trabalhadores rurais e pesquisadores pode ser resultante da trajetória do pesquisador porque ele, “*por sua classe, como, muitas vezes, por sua origem, não participou da história dos trabalhadores; muito menos foi conivente com tal história*” (Ibidem; grifo do autor).

Neste caso, tal referência pressupõe que, com certa exclusividade, apenas aos que foram coniventes ou participaram desta história, como, aliás, parecem demonstrar as experiências do CAT e PAET, se dispensa ou se concede o direito à interrogação. Desta forma, apenas com eles se poderia estabelecer um pacto e a parceria poderia então se transformar em aliança?

Sobre este aspecto, aliás, poderíamos retomar brevemente Bourdieu (1990, p.11-101), quando este admite que “de certa forma, o fato de se pertencer a um grupo social ou profissional exerce um efeito de censura que vai além das coações institucionais e pessoais”; porque “há sempre questões que não são colocadas, que não devem ser colocadas, porque tocam nas crenças fundamentais que estão na base das práticas sociais”. Mas, podemos admitir que, de certa forma, e, em situações específicas, essa regra também poderá ser deixada de lado. A questão principal parece, portanto, a de se perceber *como* e em que situações essa *condição* pode ser suplantada.

Em certo sentido, segundo ele, o encontro de dois ou mais grupos muito afastados é sempre o encontro de causas, projetos de vida, visões de mundo independentes. Entre pessoas de um mesmo grupo, dotadas de um mesmo hábitus, logo, espontaneamente orquestradas, tudo parece ser evidente, mesmo as situações de conflitos: eles se compreendem com meias palavras, etc., mas, entre pessoas de hábitus diferentes, vindas de campos diferentes, que percorreram trajetórias diferentes, surge sempre possibilidade de acidentes, de colisões, de conflitos (Ibidem).

Por outro lado, e em se tratando de grupos distintos que se propõem efetivar ações conjuntas, como enfatizam D`Incao & Roy (1995, p.216), devemos ter presente o fato de que “os seres humanos são diferentes, têm projetos e idéias diferentes, razão pela qual é preciso respeitar a liberdade de expressão de cada um na sua diferença, para que essa união possa existir”. Essas diferenças, aliás, são reconhecidas pelos atores, mas, são exatamente elas que permitem que o diálogo aconteça na sua forma mais profunda: na relação democrática. Os atores que se propõem dialogar terão, necessariamente, que tomar decisões que informarão os rumos do diálogo; deverão ter o cuidado de criar condições propícias para as tomadas de decisões, já que “são as condições nas quais são tomadas as decisões que importam, uma vez que tomadas em más condições, elas trazem em si sua própria desventura”.

A construção de condições que possibilitam as tomadas de decisões requer, da parte dos parceiros, na opinião destes autores, “uma clareza de que se faz necessário assegurar as regras do debate coletivo do projeto, de modo que, suficientemente criticado, ele possa emergir, modificado, como projeto da expressão coletiva”. Neste caso, “a idéia de colaboração substitui a de ajuda de um dos parceiros ao outro”, porque a ajuda, quer se queira ou não, pressupõe uma certa dependência, uma certa inferioridade e, acima de tudo, um certo favorecimento, e requer uma contrapartida, recriando, portanto, a dependência e a submissão que se pretendia eliminar, como condição da efetivação do diálogo (Ibidem).

D`Incao (2000, p.105-145), ao analisar a experiência desenvolvida pelo CAT em Marabá/Pá, nos oferece uma contribuição particularmente importante, porque toma uma parceria entre agricultores e pesquisadores mediada por uma organização institucional de representação destes agricultores. Por sua vez, os programas de P-F-D iniciados em 1988 a partir de parcerias entre organizações de pequenos agricultores e a UFPa - os programas CAT, em Marabá, e PAET, em Altamira - têm ensejado um conjunto de reflexões, questionamentos e críticas.

Acentua ela ainda que, de certa forma, “o sucesso do Programa depende da capacidade que os agentes do projeto - pesquisadores e sindicalistas em parceria - tiverem, por um lado, de assegurar a participação das bases - os agricultores familiares - em suas diferentes iniciativas de ordem prática” e, por outro, “de incorporar os resultados dessas iniciativas, a curto ou médio prazos, nas estratégias de luta sindical pelo desenvolvimento desses mesmos agricultores ou da agricultura familiar na Amazônia como um todo” (Ibidem).

Por isto, faz-se necessário estarmos atentos para o fato de que esse Programa é efetivado em um espaço onde havia anteriormente relações constituídas entre estas lideranças sindicais e suas bases de sustentação e que, com a chegada de técnicos e pesquisadores, essa configuração anterior é agora re-situada, quer dizer, deve ser agora negociada em outras bases.

Quando esta mesma autora se refere aos programas de parcerias (D`INCAO, 2000, p.105-145), diz ainda que “o CAT aparenta ser o único projeto que parece conseguir equacionar diretamente essa interação”. Quando fala em interação refere-se às “condições do trabalho conjunto de pesquisadores e sindicalistas no interior da intervenção programada junto aos agricultores” e acentua ainda o fato de que, na sua avaliação, “este parece ser o caminho por excelência da produção do conhecimento novo que deverá substituir o das práticas extensionistas convencionais no trabalho de assessoria ao desenvolvimento dos agricultores familiares”. Esse conhecimento seria, no seu entendimento, resultante do encontro de saberes dos diferentes atores em relação, só possível pelo caminho da prática.

Essa nova forma de produzir conhecimento é importante porque se contraporia aquela forma convencional que apenas informa quando muito, “uma prática política autoritária”, porque, “por omissão, informa, quando menos, mas uma omissão plena de significados”. Neste caso, a pesquisa estaria legitimando a prática estatal das políticas definidas à revelia dos interesses específicos dos agricultores e, conseqüentemente, de sua participação. Existe também, o risco de serem recriadas no seio dos programas de parcerias, as práticas autoritárias e de que, mesmo apesar de todo o esforço empreendido, “não se consiga evoluir para práticas de assessoria ao desenvolvimento, construídas no dia-a-dia, de relações democráticas com estes agricultores e a partir do reconhecimento de suas especificidades ou racionalidades”. (D`INCAO, 2000, p.105-145).

Em certa medida, parece ter ficado suficientemente demonstrado o fato de que as questões aqui levantadas acerca do diálogo, notadamente, pelos autores que as definem de forma mais genérica têm, até certo ponto, contribuído para nortear a construção do referencial de análise de autores brasileiros que se debruçam sobre as condições que possibilitam o diálogo entre pesquisadores e agricultores, e que dizem respeito a experiências de parcerias ou programas de P-F-D.

Em se tratando da análise do diálogo entre atores sociais diversos e em situação de parceria, embora feitas, partindo-se de perspectivas diferenciadas, diversos pesquisadores, entre eles Muchagata et al (1994, p.1-9), Hébette (1996, p.39-57), D`Incao & Roy (1995,

p.264), D`Incao (2000, p.105-145) nos oferecem importantes contribuições que emergem do repensar de suas próprias ações enquanto pesquisadores e que são significativas porque, embora construídas a partir de olhares diferentes, convergem, no sentido de serem fruto de questionamentos que esses próprios autores sugerem, subsidiando os atores sociais que se propõem a discutir a qualidade de suas intervenções junto aos agricultores e de suas relações com estes.

Neste caso, acredito, a semelhança das posições adotadas, entre Hébette (1996, p.36-57) e D`Incao (2000, p.105-145) se evidencia, de certa forma, em se tratando da visão sobre a necessidade ou decisão em relação à intervenção junto às equipes que se propõem a colocar em prática projetos coletivos. Por seu lado, Hébette (Ibidem) assume claramente uma postura de *incentivador* da intervenção, porém, de *intervenção dialogada, negociada* entre os atores sociais, onde o pesquisador participa, interroga e é interrogado pelos parceiros na elaboração e definição das ações conjuntas; enquanto que D`Incao (Ibidem) propõe uma postura de *não-intervenção*, uma não intervenção que acaba sendo, segundo a autora, uma contribuição ao processo de diálogo entre os atores envolvidos na ação conjunta.

A primeira proposta - a da intervenção dialogada, negociada - apresenta, acreditamos, algumas limitações que precisam ser superadas. Uma delas diz respeito à “possibilidade de se manter um distanciamento necessário que possibilitaria ao pesquisador vencer o desejo de *trocar de lugar* com outros atores sociais presentes no diálogo”. O desejo de, como dizem D`Incao & Roy (1995, p.264), “*ocupar a cadeira vazia do chefe*, assumindo uma posição privilegiada que a sua formação profissional lhe possibilita”, mas que, segundo estes, “seria prejudicial ao diálogo e anularia a possibilidade de construção de relações democráticas” entre os atores envolvidos no diálogo (grifo dos autores).

Já a segunda proposta - a da não-intervenção - parece deixar despercebida a possibilidade de que, mesmo em não se intervindo diretamente na situação de diálogo propriamente dita, a simples *presença que interroga* as práticas dos atores sociais presentes, por si só, já é uma intervenção, porque essa presença promove uma re-visão das posições assumidas na situação de diálogo. Hébette (1996, p.1-9) faz referência - e de certa forma assume-a para si mesmo - às experiências em que os pesquisadores e técnicos assumem uma postura de atores interrogadores das posições dos outros atores, abrem-se a interrogações e, portanto, assumem-se enquanto agentes da intervenção dialogada.

Essas posições encontram ainda a possibilidade de serem enriquecidas com as contribuições de Muchagata et al (1994, p.1-9), que, por sua vez, apresenta a visão de um grupo de pesquisadores - os pesquisadores do CAT - sobre os principais problemas e bloqueios ao processo de diálogo entre pesquisadores e lideranças sindicais, ao mesmo tempo em que aponta “os caminhos que se pretende trilhar para aperfeiçoar a parceria”. A referida autora acentua o fato de que foi paulatinamente que a equipe de pesquisadores percebeu a dimensão da empreitada a que se propusera, o desafio político, mas também científico, que representa o estabelecimento de um verdadeiro diálogo entre dois grupos de atores cultural e institucionalmente tão diversos e com expectativas bem diferentes.

Essas diferenças culturais e institucionais informam, por assim dizer, os lugares e as posições sociais ocupadas pelos atores na sociedade, atores estes que levam, para as relações com os parceiros, suas expectativas enquanto atores ou agentes sociais com visões de mundo diversas. Levanta ela ainda várias outras questões que apontam uma série de dificuldades encontradas na construção do diálogo entre os pesquisadores do CAT e os agricultores organizados em STR; chamando nossa atenção ao enfatizar que “talvez mais do que a adequação ou não à realidade regional, o que bloqueou os pesquisadores foi a percepção dos agricultores que os relegavam ao restrito papel de médicos, que deveriam dar suas consultas, da mesma maneira que simples prestadores de serviços preocupados apenas em aspectos técnicos e não verdadeiros colaboradores, capazes de participar ativamente no seu desenvolvimento” (Ibidem).

Essa visão que se tem do outro, que, de certa forma, foi destacada pela referida autora, se constituirá em um dos fatores limitantes na construção de um espaço social de relações de diálogo entre agricultores e pesquisadores no Programa PAET, que serão retomados no próximo capítulo, em se tratando do debate acerca da constituição de um Corpo Técnico, onde, o MPST imaginava a possibilidade de, em certa medida, transformar os pesquisadores do LAET em prestadores de serviço, subordinando, desta forma, o parceiro com o qual pretendia dialogar em igualdade de condições.

Tratando-se das necessidades (demandas) de pesquisa sugeridas pelos agricultores, Muchagata (1994, p.1-9) acredita que as questões colocadas são lançadas em relação à visão que eles têm sobre as competências e funções de seus parceiros, e que “recusar-se a dar prosseguimento a uma demanda seria bloquear a relação e perder uma excelente ocasião de conhecer melhor esta percepção do parceiro”. Desta mesma perspectiva, “os pesquisadores também lançam ou colocam as suas questões em função da sua visão de mundo, da visão de ciência e da visão que têm sobre os agricultores”. Necessitariam estes,

portanto, na avaliação da referida autora, “não somente interrogar os parceiros, mas interrogarem-se a si mesmos sobre seus pontos de vista sobre os agricultores”.

Parece, segundo ela, ficar clara a necessidade de que “cada um dos parceiros interrogue-se sobre: como o *Eu* percebe o *Outro* na relação de diálogo dentro da parceria”. Observa ainda ela que “a pesquisa tem funcionado em parte como se o diálogo já existisse, enquanto que na realidade ele se constitui em um objetivo”. Como as relações sociais são coisas que se fazem a partir de um trabalho de mobilização, devemos estar atentos para o fato de que não se *decreta o diálogo*, ele precisa ser *construído*. Porém, em se tratando das relações entre os parceiros MPST e LAET, de certa forma, os pesquisadores admitem, como tentaremos demonstrar mais adiante, o fato de que essas relações, que deveriam se constituir enquanto relações dialógicas entre os parceiros, assim não aconteceram, em função de que, em certa medida, não foram elas negociadas e sim decretadas (grifos nossos).

Em se tratando de relações entre parceiros, Hébette (1996, p.1-9), a partir de duas experiências de parcerias - CAT e PAET - colocadas em prática, nas regiões de Marabá e Altamira, respectivamente, revela uma série de elementos que devem ser considerados em se tratando da análise das possibilidades e dos limites no processo de diálogo entre equipes de técnicos e pesquisadores de um lado, e de outro, representantes das organizações de trabalhadores rurais.

Partiremos, portanto, das bases conceituais aqui definidas e que, de certa forma, deixam explícito nosso crédito na validade destes elementos discutidos e analisados para a tentativa de fundamentação do objeto em discussão neste trabalho, ou seja, as possibilidades e os limites na construção de um espaço social, onde se torne possível o exercício do diálogo entre atores com trajetórias, histórias e visões de mundo distintas, como, aliás, é a situação do MPST e LAET, na efetivação do PAET, uma parceria *privilegiada*.

CAPÍTULO III

A constituição do PAET: as relações entre atores históricos com trajetórias distintas

“É aí que o intelectual coletivo desempenha seu papel, insubstituível, contribuindo para criar as condições sociais da produção coletiva do conhecimento.

Pode ele organizar ou orquestrar as pesquisas coletivas de novas formas de ação política, de novas formas de mobilizar e, de fazer trabalhar conjuntamente as pessoas mobilizadas, de novas maneiras de elaborar projetos e realizá-los em comum.

Pode, enfim, realizar um papel de parceiro dando assistência à dinâmica dos grupos de trabalho em seu espaço para exprimir, e ao mesmo tempo descobrir, o que são e o que poderiam ou deveriam ser, contribuindo na coleta e acumulação do imenso conhecimento sobre o mundo social, o fazer social, do qual o mundo está carregado”.

Pierre Bourdieu (2001, p. 40).

Obs: para facilitar a compreensão dos leitores, as lideranças do MPST serão identificadas por nomes fictícios que iniciarão com a letra “M” e os técnicos e pesquisadores do LAET pela inicial “L”.

3.1 - Os programas de parceria como referência para as relações entre agricultores e pesquisadores na Amazônia: histórico do PAET

A compreensão do processo de diálogo entre os parceiros do PAET sugere uma reflexão retrospectiva da construção deste programa e a apresentação dos parceiros fundadores, com seu perfil e sua ambição, assim como, uma primeira intuição de suas condições de diálogo.

Desde 1988, um certo número de pessoas e instituições, em particular organizações camponesas do Pará e a UFPA, com o apoio da cooperação internacional, especialmente do Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques (Grupo de Pesquisa e Intercâmbio Tecnológico – GRET), e a Université des Antilles et Guyane (UAG), da França, e de seus parceiros mais próximos, colocaram em prática, na região de Marabá, novas formas de trabalho comum, em particular através das idéias de pesquisa-desenvolvimento (P&D), pesquisa dos *científicos* com os agricultores numa perspectiva de desenvolvimento e Pesquisa-Formação-Desenvolvimento (P-F-D), para a pequena agricultura familiar na Amazônia (LAET, 1993, p.3).

Uma dessas iniciativas resultou na criação do Programa CAT. Em torno desta iniciativa (LAET, 1993, p.3), a UFPA criou uma equipe de pesquisa, o Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia-Tocantins/ LASAT e, em agosto de 1991, o Curso de especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas, depois acrescido do Desenvolvimento Ambiental (DAZ), desenvolvido no campus da UFPA em Belém.

Esse projeto de P-F-D era uma tentativa de retomar um programa anterior entre os governos francês e brasileiro para a agricultura familiar. Convém mencionar que a agricultura familiar francesa sempre foi considerada uma referência para os pesquisadores e planejadores brasileiros. Esta referência admirativa havia justificado, em outubro de 1986, um Convênio complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica de janeiro de 1967, firmado entre Brasil e França, voltado, desta vez, especificamente para a pequena agricultura (HÉBETTE, 1996, p.35).

A França também se distinguiu por suas Faculdades e Grandes Escolas de Agronomia, entre as quais o Institut National d'Agronomie de Paris-Grignon, onde se formaram e à qual se referiam freqüentemente os pesquisadores franceses que participaram daquela cooperação para a agricultura no Pará. Mais tarde, entrariam, não sem problemas,

outras influências francesas menos *ortodoxas*, vindos do CIRAD e do Institut National de Recherches Agronomiques (INRA).

Em abril de 1991, dirigentes das Universidades Federais do Pará, Amazonas, Acre, da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), do Centro de Pesquisa Agronômica do Trópico Úmido (CPATU), do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), da CPT, bem como de diversas instituições de pesquisa e ONG's européias se reuniram em Bruxelas para discutir a extensão, em escala amazônica, daquele programa e apresentar à Comunidade Econômica Européia (CEE) um Programa de P-F-D Agro-Ambiental, em prolongamento da experiência desenvolvida no CAT em Marabá.

Em decorrência desta reunião, foi escolhida a região de Altamira - entre os municípios de Pacajá e Rurópolis - como primeiro passo desta extensão do programa; foi elaborado um projeto específico de P-F-D para esta região em torno da Transamazônica, com a participação da UFPA, do GRET, com apoio da Comissão da Comunidade Européia (CCE) e do Ministério das Relações Exteriores da França (M A E).

Como em Marabá, a base do programa residia na cooperação entre instituições de pesquisa e/ou de ensino e extensão, coordenadas pela UFPA, e organizações de trabalhadores rurais, por outro lado. Tratava-se de um projeto com perspectivas de longo prazo (LAET, 1993, p.6); para executá-lo, a UFPA, a partir da experiência do LASAT em Marabá e em colaboração com o GRET, criou o LAET. O LAET reunia uma equipe de técnicos e pesquisadores, um agente francês de desenvolvimento agrícola, e, mais tarde, um pesquisador francês que tinha acompanhado, em nome do GRET, a experiência do CAT em Marabá.

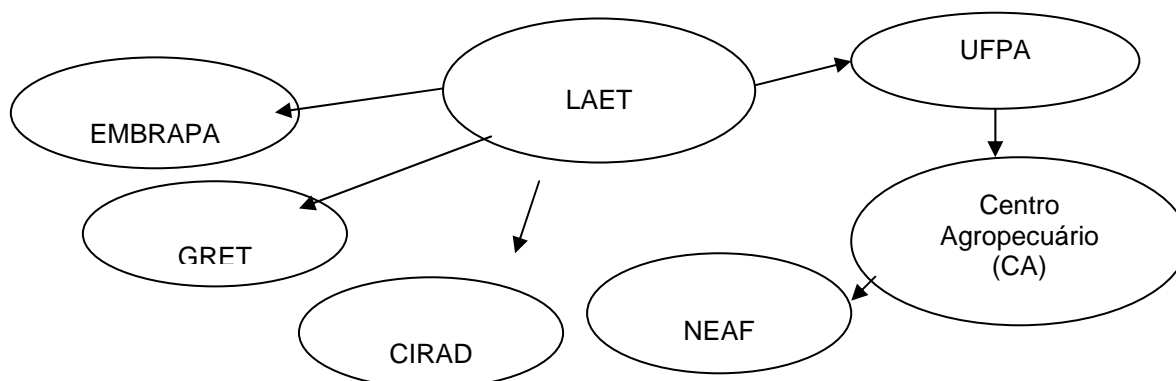
Obs: o quadro apresentado na página seguinte, de certa forma, permite que se tenha uma idéia da seqüência de acontecimentos que contribuíram para a criação do Programa PAET, dos momentos importantes na trajetória do mesmo.

Principais momentos na constituição do PAET

- Iº Encontro Regional das Organizações em Medicilândia - 1987.
- IIº Encontro Regional das Organizações em Rurópolis - 1989.
- IIIº Encontro Regional das Organizações em Altamira - 1990.
- Grande Acampamento de Altamira - abril de 1991.
- Reunião em Bruxelas, para discutir a extensão, em escala Amazônica, do Programa CAT - abril de 1991.
- Seminário de “Pesquisa Agro-ambiental na Região da Transamazônica” - 26 a 28 de agosto de 1993.
- Seminário sobre P-F-D em Altamira e assinatura do Convênio de Parceria - PAET, celebrado entre MPST e LAET - 31 de agosto de 1993.
- Reunião Geral dos Parceiros, em Belém - novembro de 1993.
- Conferência Municipal em Uruará - março de 1994.
- Seminário de Planificação Estratégica do LAET - agosto de 1994.
- Criação do Centro Agropecuário - Setembro de 1994.
- II Seminário Estratégico do PAET - 4 a 6 de novembro de 1994.
- Segundo Encontro Regional do PAET - 7 a 9 de dezembro de 1994.
- III Seminário de Planejamento Estratégico do PAET - 29 a 31 de agosto de 1995.
- Encontros Municipais do MPST: agricultura familiar na Transamazônica - setembro a novembro de 1995.
- Seminário Estratégico do LAET - novembro de 1996.
- Encontro de Planejamento Estratégico do PAET - 11 a 13 de dezembro de 1996.
- Seminário sobre crédito/FNO em Medicilândia - dezembro de 1996.
- Proposta conjunta do MPST e LAET como prestador de serviço do Projeto LUMIAR - março de 1997.
- Encontro de criação da FETAGRI regional - 1997.
- Proposta de subordinação do LAET ao Movimento, apresentada por este ao LAET - 21 de agosto de 1997.
- Retomada da discussão sobre criação de um Corpo Técnico do MPST - 22 de maio de 1998.
- Encontro para resolver conflito em relação à 3ª fase do Projeto CEE - dezembro de 1998.
- MPST perde parte das suas funções para a FETAGRI e a FVPP - outubro de 1999.
- Transformação do MPST em MDTX - junho de 2000.

Ligado Inicialmente à coordenação do CAT, o LAET passou a se articular, em 1995, com a incipiente estrutura do recém criado Centro Agropecuário (CA), ao Curso DAZ e, depois, mais diretamente, ao Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar (NEAF) da UFPA.

Organograma do Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica –LAET.



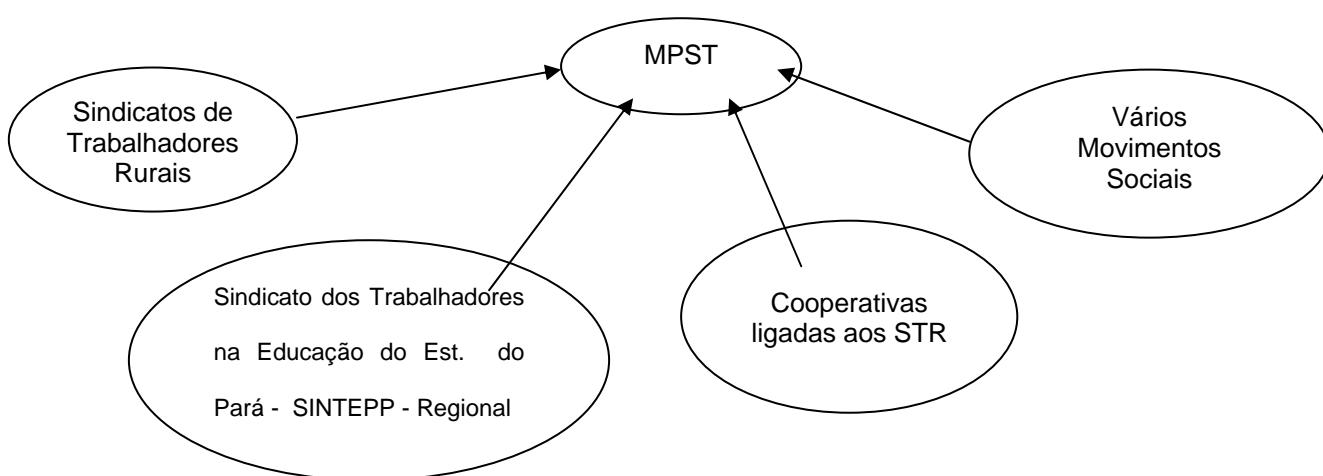
Obs: o CIRAD era um parceiro eventual, requisitado apenas quando da realização de atividades específicas.

Diferentemente do CAT em Marabá, onde o programa agregava organizações sindicais independentes, dispersas pelos vários municípios da região e que ainda estavam se juntando enquanto agente social coletivo, a UFPA encontrava em Altamira uma organização de trabalhadores rurais recente, o MPST, mas já bastante forte e articulada em nível regional, aguerrida e, acima de tudo, representativa e com legitimidade para se apresentar como possível interlocutor regional.

O MPST reunia, naquele momento, vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações, cooperativas, movimentos sociais espalhados pela região, mas fortemente articulados em torno da coordenação do Movimento e, desde o Grande Acampamento de Altamira, de janeiro de 1991, era representativo das demandas apresentadas por outros atores sociais não formalmente a ele ligados, como era o caso dos comerciantes e das organizações de motoristas de transporte coletivo, que demonstraram interesse em lutar, junto com o MPST, pela melhoria da rodovia Transamazônica e pela extensão do linhão de energia elétrica de Tucuruí até os municípios de Santarém e Itaituba, entre outras demandas.

O MPST emergira no cenário da região da Transamazônica a partir de uma série de lutas e de enfrentamentos com outros atores sociais presentes na região - atravessadores, madeireiros, fazendeiros, etc. -, e as instituições do Estado. Nessas lutas, as organizações de trabalhadores rurais ganharam expressão na condição de atores sociais e constituíram o Movimento enquanto canal de interlocução, tanto com o Estado, quanto com os atores da sociedade civil presentes no cenário regional ou fora dele, conforme demonstra o organograma a seguir:

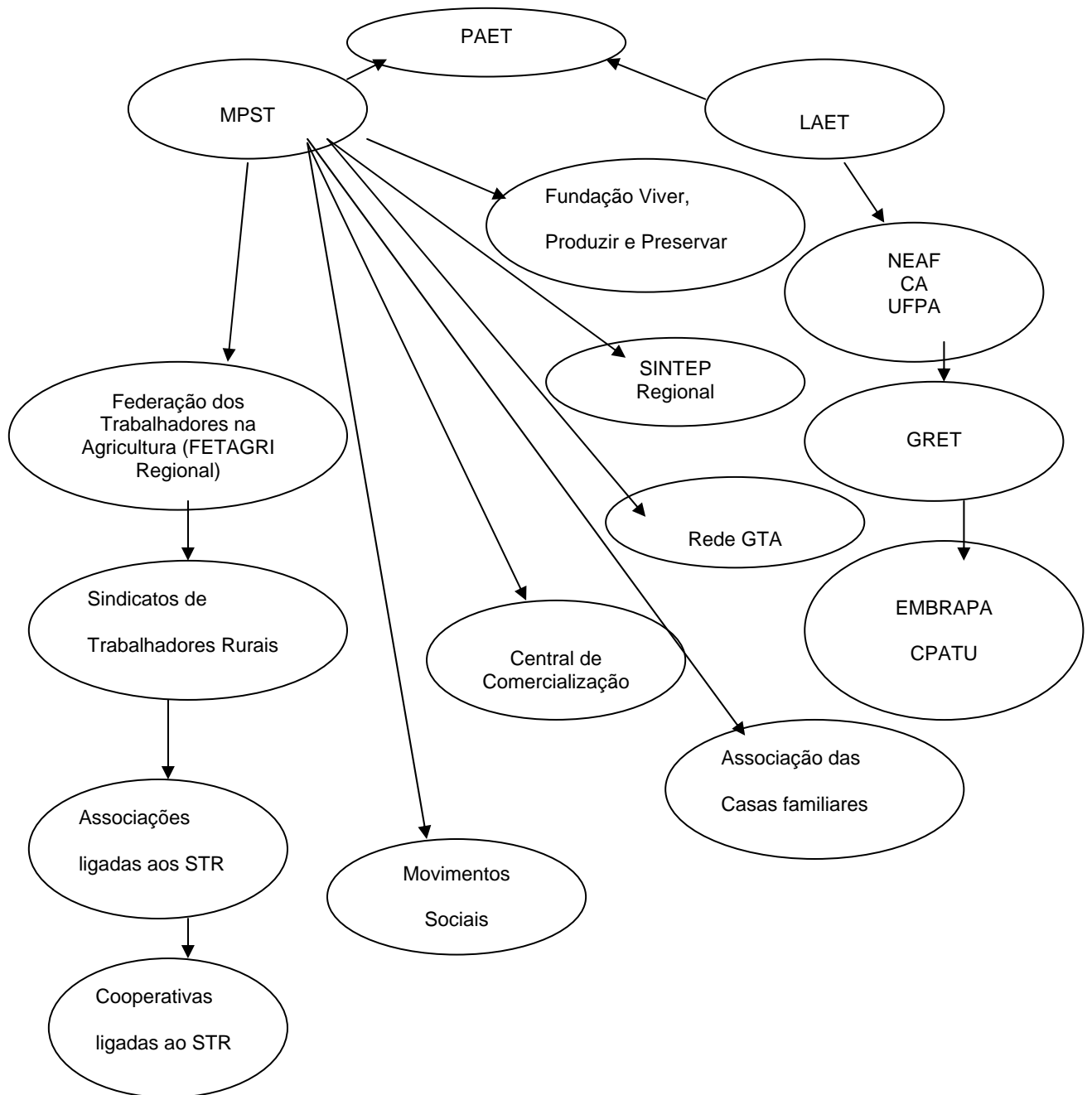
Organograma do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica - MPST



Obs: O MPST mantinha também uma estreita relação com as CEB's, de onde, aliás, havia saído a maioria de suas lideranças; com a CPT, que havia prestado assessoria à luta sindical e contribuído para o surgimento das delegacias sindicais na região e com o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, aliado na luta contra a construção do complexo de barragens no rio Xingu. Foi assim que o Estado, através de suas instituições, acabou reconhecendo o MPST como o principal interlocutor e articulador das demandas regionais, como foi o caso, em 1991/92, na contratação dos Agentes Comunitários de Saúde, selecionados, articulados e coordenados pelo MPST, em conjunto com as prefeituras municipais, além da definição, em conjunto com o MPST, dos recursos alocados para a abertura e conservação de estradas vicinais, etc.

Com o avanço das discussões entre os futuros parceiros, um protocolo de acordo foi definido entre o LAET e o MPST para a condução da parceria na região, constituindo o Programa PAET, em agosto de 1993. O Programa previa as negociações anuais das atividades de pesquisa em função das demandas dos produtores e das posições da equipe técnica, e a distribuição das tarefas entre o LAET e o MPST. O primeiro coordenador local do LAET era um agrônomo francês com experiência em desenvolvimento agrícola na França, sem ligação formal com a academia, embora ligado à coordenação do CAT; os dirigentes do MPST eram agricultores - colonos - da colonização da Transamazônica, oriundos de diversas regiões do país, notadamente das regiões Nordeste e Sul.

Organograma do Programa Agro-ecológico da Transamazônica – PAET



Obs: O organograma do PAET possibilita vislumbrar a complexidade das relações estabelecidas entre os parceiros devido à quantidade de interesses ali representados. Como se pode ver, a composição da parceria era bem diferente da parceria estabelecida no CAT. O MPST tinha demonstrado sua capacidade de mobilização e a força de sua liderança na região, tinha sólidas experiências a partilhar e conceitos firmes a colocar nas trocas e no debate.

Tanto o Programa CAT quanto o PAET apresentavam uma série de novidades nas relações sociais entre os respectivos atores presentes nos programas de parcerias, se levados em consideração os modelos de intervenção colocados em prática na agricultura familiar até aquele momento. Entre as novidades presentes no CAT e PAET estava a *novidade metodológica* que deveria sustentar o programa de P-F-D e as relações entre os parceiros.

Em relação aos programas de pesquisa anteriormente colocados em prática pelas várias instituições e órgãos de pesquisa e extensão rural presentes na região, conforme discutido no segundo capítulo, uma das grandes diferenças consistia na metodologia da P-F-D. Essa metodologia da P-F-D se apresentava como uma novidade que, de certo modo, pretendia, não somente re-situar, re-definir as relações entre agricultores e pesquisadores, mas, por assim dizer, recolocar em novas bases as relações dos agentes de desenvolvimento de uma forma geral, considerando-se o fato de que a mesma se apresentava enquanto um programa filosófico-político.

Do lado dos profissionais do LAET, existia o interesse de serem reconhecidos, tanto pelos agricultores familiares, quanto pelos técnicos e pesquisadores das outras instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural da região, e, é claro, pelos agentes de desenvolvimento de um modo geral, enquanto portadores de uma certa *distinção*¹¹, uma *novidade* que forçaria os outros atores a adotarem novas posições ou a redefinirem suas posições anteriores, pois que, agora, viam-se diante desta *novidade metodológica* e a ela não poderiam ficar indiferentes. Em função da entrada de um novo ator no campo¹² da pesquisa, a luta para definir quem estava à *frente* neste campo, tenderia a aumentar. (BOURDIEU, 1983, p.109).

Em certo sentido, e guardadas as devidas proporções, essa *novidade metodológica* da P-F-D, da forma como foi introduzida na região, nas negociações com as instituições e/ou com as organizações de agricultores familiares locais, representava, de certa forma, uma *cruzada metodológica*, isto é, uma certa *missão* que tinha por finalidade *evangelizar*

¹¹ O lucro da distinção é o lucro que é proporcionado pela diferença, pelo distanciamento, que separa do comum. E este lucro é acrescido por um lucro suplementar, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, o lucro do desinteresse: o lucro que se tem ao se ver, e ao ser visto, como quem não está buscando o lucro, como quem é totalmente desinteressado. (BOURDIEU, 1983, p.9).

¹² O campo funciona como censura, como uma certa estrutura de distribuição de uma certa espécie de capital. Este capital pode ser a autoridade, o prestígio, o poder político, a força, dependendo do campo a ser considerado. Se, portanto, o campo funciona como censura, é porque aquele que entra no campo se encontra imediatamente situado numa certa estrutura, a estrutura da distribuição de capital; o grupo lhe concede ou não lhe concede a palavra, concede-lhe crédito ou não, num duplo sentido do termo. (BOURDIEU, 1983, p.109).

tecnologicamente os agricultores familiares e as instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural da região. Assim, a formação de novos quadros *ortodoxos*, através do DAZ, representava uma chance ímpar para reproduzir, através de seus alunos a metodologia da P-F-D.

A pretensão quanto à verdade metodológica e, por outro lado, a extensão territorial dos programas CAT e PAET, refletiam, em certo sentido, um sentimento *imperialista* dentro do Programa PAET, que já se manifestara anteriormente no CAT e que demarcava claramente o sentimento de superioridade com o qual, algumas vezes, certos pesquisadores “estrangeiros” tratavam seus pares dentro dos programas, ou mesmo os de outras instituições locais, com os quais esperavam construir relações em novas bases. Essa posição não favorecia a constituição de formas inovadoras de relações entre os pesquisadores e os agricultores.

Mesmo que não fosse esta a intenção, criou-se um espaço diferenciado, associado ao prestígio e ao status, a partir da definição de quais pesquisadores estariam aptos a realizar apenas *pesquisa*, quais poderiam, além da pesquisa, atuar na *formação* e, relegou-se, com raras exceções, aos trabalhadores rurais e suas organizações a realização do *desenvolvimento*, porque estes eram, na visão dos pesquisadores, os agentes do desenvolvimento local e regional, agentes estes que não estariam autorizados a fazer pesquisa ou mesmo realizar atividades de formação. As atividades de P-F-D, que deveriam estar integradas, foram, em muitos casos, desenvolvidas de forma fragmentada.

Tomando por base essa situação, os princípios da parceria deixavam vislumbrar alguns riscos de vir a encontrar dificuldade de se constituir (principalmente, considerando o objetivo central, ou seja, a constituição de relações dialógicas entre os parceiros da pesquisa) em uma sólida aliança entre os atores parceiros, principalmente devido ao fato de que a maioria dos pesquisadores era caracterizada como pesquisadores *de fora* ou *estrangeiros*, ou ainda, *o grupo dos franceses*, o que evidenciava um certo distanciamento demarcador de espaço social em se tratando da relação de pertencimento ao grupo. Como estabelecer um diálogo sólido; correspondente à ambição declarada, sem perspectiva de uma permanência prolongada na região?

Portanto, a *novidade metodológica* da P-F-D que, em certo sentido, tinha a pretensão de superar certos vícios presentes nas relações entre técnicos, pesquisadores e agricultores, acabaria por encontrar, no programa de cooperação PAET, um terreno propício para reproduzir-se em novas formas.

Do lado do MPST, havia o interesse em mostrar, de forma inequívoca e/ou convincente, que o Movimento e seus membros se constituíam nos únicos atores sociais legitimados para dialogar com os técnicos e pesquisadores do LAET. Se, de fato, os pesquisadores do LAET estavam à procura de interlocutores legítimos, naquele momento, ninguém mais do que as lideranças do MPST se sentiam autorizadas¹³, isto é, acreditavam-se em condições de agir enquanto interlocutores dotados de uma certa delegação¹⁴ constituída durante sua trajetória.

Os respectivos perfis e as respectivas ideologias do MPST e do LAET garantiam condições de sucesso à altura de suas competências, mas envolvia alguns riscos de disputa pelo espaço político externo prejudiciais ao diálogo. A presença desses vícios de competição na parceria se mostraria evidente na avaliação do programa PAET, feita pela FETAGRI poucos anos depois, em 1999. Nesta avaliação, a FETAGRI apontou alguns problemas nas relações entre os pesquisadores e agricultores que, por diversas vezes, limitaram as chances de diálogo entre os parceiros. Existia uma desigualdade visível entre os parceiros, que começou a ser percebida logo após o momento em que os parceiros definiram as regras dos acordos negociados entre ambos (MPST/FETAGRI, 1999, p.3).

No momento da negociação das regras do acordo, os técnicos e pesquisadores do LAET, além de se apresentarem investidos da *novidade metodológica*, tinham também a seu favor o fato de que somente eles poderiam *abrir as portas* das agências incumbidas de financiar as atividades de P-F-D dentro do programa. Mesmo admitindo que a questão ligada aos recursos financeiros não deveria determinar a participação das organizações na parceria, o fato de estas encontrarem alguém que, de certa forma, pudesse subsidiar parte de suas atividades de desenvolvimento, não deve ser descartado.

Mas além destas questões aqui levantadas, uma série de outras já se mostravam presentes logo no início da implantação destes programas. Isso se torna evidente se

¹³ A autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora, bem como o demonstra concretamente o cetro que se oferece ao orador que vai tomar a palavra. Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição; por isso, pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a (BOURDIEU, 1998, p.87).

¹⁴ A delegação, pela qual uma pessoa ou grupo dá poder, como se diz, a outra pessoa, a transferência de poder pela qual um mandante autoriza um mandatário assinar em seu lugar, a agir em seu lugar, a falar em seu lugar, pelo qual lhe dá uma procuração, isto é, o pleno poder de agir por ela, é um ato complexo que merece reflexão. O autorizado é uma pessoa que possui um mandato, uma comissão ou uma procuração para representar, quer dizer, para mostrar e fazer valer os interesses de uma pessoa ou grupo. Mas, se é verdade que delegar é encarregar alguém de uma função, de uma missão, transmitindo-lhe o próprio poder que se tem, deve-se perguntar como é possível que o mandatário possa ter poder sobre quem lhe dá poder. (BOURDIEU, 1998, p.188).

analisarmos os desdobramentos da *Reunião geral dos parceiros* (LAET, 1994, p.1-47), realizada na cidade de Belém em novembro de 1993, onde foi avaliado o programa CAT, além de discutida a possibilidade de implantação, na Amazônia, de outros novos programas, especialmente no Acre.

Já naquele momento, os coordenadores do projeto demonstravam algumas preocupações em relação à área de abrangência do Programa porque, com o lançamento do LAET, que trabalharia na região de Altamira em estreita colaboração com o MPST, e com a consolidação do CAT em Marabá, a área de intervenção do Programa estender-se-ia por mais de um mil km ao longo da Transamazônica, representando quatorze municípios com mais de meio milhão de habitantes (LAET, 1993, p.4). Estes desdobramentos muito auspiciosos para o projeto implicavam risco de dispersão, de perda de coesão e coerência e, por outro lado, maiores dificuldades de gestão. Essas questões, no entendimento dos parceiros, mereciam uma séria avaliação.

Além da área geográfica que foi percebida, naquele momento como um dos elementos fundamentais a ser considerado, outras questões mais complexas também poderiam se tornar complicadores nas relações entre os parceiros, tais como: a diversidade de práticas metodológicas dos parceiros, o possível conflito entre os diversos interesses destes atores, o fato de algumas instituições presentes na região apressaram-se em criar projetos de pesquisa para a agricultura familiar como mencionado acima.

Essas questões mais complexas, que poderiam se constituir complicadores na relação entre os parceiros, guardam uma estreita relação com a constituição desses enquanto atores sociais, isto é, com o que definimos como autorização social. Do lado do MPST, essa autorização social resultava de sua trajetória, de sua constituição enquanto ator social *autorizado* para falar em nome do *povo* da Transamazônica, em razão da sua luta e do reconhecimento social de que este parceiro tinha autoridade para se apresentar enquanto interlocutor, na defesa de um projeto social e político para a região; essa autorização social, não lhe fora outorgada, mas, conquistada legitimamente.

Essa autorização, essa representação¹⁵ social para falar em nome das organizações e mesmo do povo da Transamazônica, fazia aumentar ainda mais a responsabilidade social e política do MPST, responsabilidade essa, em certa medida, partilhada agora com os

¹⁵ Um dirigente político é alguém que tem o poder de fazer existir aquilo que ele diz; é a característica da palavra de ordem, porque a palavra do dirigente é uma palavra autorizada pelas próprias pessoas às quais ele se dirige e, portanto, uma linguagem de autoridade, que exerce um poder, que pode dar vida ao que ele diz. (BOURDIEU, 1983, p.52).

técnicos e pesquisadores do LAET, seu parceiro. Ao encontrar um parceiro de P-F-D o MPST encontra alguém com quem partilhar a responsabilidade social de suas ações, porque constitui com este uma relação. Weber (1989, p.89), ao tratar da representação social, ressalta que “uma relação social [...] pode resultar em certos tipos de ação por alguns daqueles envolvidos na relação, tendo, por sua vez, conseqüências que afetarão a conduta de ambos”. Neste caso, “a conduta de certos membros, os *representantes*, pode trazer obrigação sobre outros, ou seja, aqueles que estão sendo *representados*”. Afirma ele ainda, que em tal caso, os representantes serão responsáveis tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso da conduta (grifo do autor).

O LAET, por sua vez, se apresenta também como portador de uma autorização; mas diferentemente do MPST, a autorização social apresentada pelo LAET era fruto de uma *delegação* recebida para reproduzir uma *novidade metodológica*, a P-F-D. Desta forma, podemos dizer que os pesquisadores do LAET haviam recebido a *missão*¹⁶ de defender essa novidade, e que solicitavam que o MPST se comportasse em conformidade com a essência social dessa atribuição; ao passo que a autorização do MPST era para defender as demandas da sociedade regional organizada. Em certo sentido, poderíamos dizer que enquanto as lideranças do MPST eram portadoras de uma autorização, os pesquisadores do LAET eram portadores de um *ministério*¹⁷ social.

Por isso, esses especialistas na busca da distinção desejam assegurar-se de que não serão confundidos com outros; precisando, ao mesmo tempo, estabelecer um confronto com estes, na definição do espaço no campo do conhecimento, visando demarcar sua posição filosófico-política. Isso pressupõe, notadamente, a formação de novos quadros de especialistas, cuja finalidade é garantir a reprodução da própria proposta filosófico-política.

¹⁶ A nomeação pertence à classe dos atos de instituições e de destituições, mais ou menos fundados socialmente, através dos quais os indivíduos, agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente, querem transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo cobrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída (BOURDIEU, 1998, p.82).

¹⁷ O verdadeiro princípio da magia dos enunciados reside no mistério do ministério, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular recebe o mandato para agir e falar em nome do grupo, assim constituindo nele e por ele; tal princípio encontra-se mais precisamente, nas condições sociais da *instituição* do ministério que constitui o mandatário legítimo como sendo capaz de agir através das palavras sobre o mundo social pelo fato de instituí-lo enquanto médium entre o grupo e ele mesmo; isso ocorre, entre outras coisas, ao municiá-lo com signos e insígnias destinadas a lembrar o fato de que ele não age em seu nome pessoal e de sua própria autoridade [...] ruptura constitutiva da ambição de qualquer corpo de especialistas desejosos de representar o monopólio de um saber ou de uma prática sagrada ao constituir as demais práticas como profanas (BOURDIEU, 1998, p.63-141).

Sendo assim, os especialistas, portadores desta distinção¹⁸ precisam mobilizar boa parte de seu capital social - o conhecimento acadêmico/científico -, na constituição destes *novos quadros*, mesmo quando esse esforço significa um gasto adicional de capital - econômico, político, social, cultural, etc. Em certo sentido e guardando as devidas proporções que a análise requer, pode-se considerar a constituição do DAZ como uma destas tentativas visando garantir a reprodução do projeto filosófico-político da novidade metodológica da P-F-D; porque os alunos daí egressos recebiam uma certa *procuração*, falando assim, enquanto *porta-vozes autorizados*¹⁹, porque constituídos enquanto um novo *grupo de especialistas*.

Neste caso, segundo Bourdieu (1998, p.141), “o *mandatário legítimo* precisa definir claramente a diferença entre a sua posição de especialista e a posição dos outros, além de caracterizar as outras posições como profanas, assegurando, dessa forma, o monopólio do saber de uma prática sagrada” (grifo do autor). Weber (1989, p.89), tratando desta questão da autoridade delegada, acentua o fato de que nestas condições “o poder pode ser conferido de acordo com a autoridade predominante e com padrões específicos, permanentemente, ou por tempo limitado - este é o caso da *autoridade delegada*” (grifo do autor). Portanto estamos diante de dois tipos de representação social bastante distintos que, em certo sentido, poderão até mesmo definir a conduta dos parceiros nos momentos de suas *negociações* visando definir os rumos da parceria.

Mas, para além destas questões, existem outros tantos aspectos que também merecem referência. Dizem eles respeito à inegável dedicação destes especialistas para se solidarizarem com uma categoria social que, historicamente, não recebeu, tanto do Estado, quanto dos agentes de desenvolvimento e pesquisadores, a atenção merecida. Estes pesquisadores se colocaram disponíveis, por vezes, mesmo conscientes de sua fragilidade, para enfrentar situações que lhes pareciam bastante adversas, em comparação com todas

¹⁸ Inúmeros problemas, discussões, críticas, polêmicas, conceitos, métodos, construções teóricas, etc., derivam suas razões de ser da busca pela distinção. Também outra estratégia tem como princípio gerador a concorrência pelo monopólio da legitimidade científica: o reconhecimento mútuo da legitimidade, pacto provisório da não-agressão ou acordo duradouro, só se torna possível entre agentes que não se encontrem colocados em situação de concorrência direta. Por isso, deve-se perceber também que, as problemáticas e as temáticas, sem falar das escolhas epistemológicas e metodológicas, derivam muito mais do que parece ser a primeira vista, das relações que seus autores mantêm, em função de sua posição no campo, com a hierarquia vigente dos temas, problemas, etc., e ainda mais, em função do tipo de estratégia política de que não pode dissociar-se (BOURDIEU, 1998, p.174).

¹⁹ O poder de impor as outras mentes uma visão, antiga ou nova, das visões e divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores, porque o capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condições de impor o reconhecimento: assim, o poder da construção, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser adquirido ou obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao fim do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo, isto é, de representá-lo (BOURDIEU, 1990, p.167).

as possibilidades, em termos de instalações e recursos, oferecidas aos que se dispõem a servir instituições do próprio Estado.

A parceria deveria contribuir para criar um espaço de discussão de um projeto de desenvolvimento regional; isto deveria ser conseguido, de certo modo, reforçando-se as instituições regionais. Segundo LAET (1993, p.33), a cooperação franco-brasileira tinha como objetivo, desde seu início, fortalecer as instituições brasileiras e colocá-las em plenas condições de assumir a proposta, mas a insistência sobre a novidade e a originalidade da nova abordagem metodológica e multidisciplinar para a pesquisa agropecuária no país, isto é, abordagem em sistemas de produção e em sistemas agrários, era suscetível de criar bloqueios; em função disso, ela demorou a ser entendida e adotada.

Diversos elementos, alguns até mesmo contraditórios, condicionaram e, limitaram a sua implantação tranqüila. Da parte dos parceiros, a incontestável satisfação de contar com colaboradores de competência conflitava, com o receio da interferência indevida dos não-brasileiros e de uma universidade (a UFPA) que não possuía uma área disciplinar de ciências agrárias; por outro lado, era notória a dificuldade de encontrar parceiros com as características exigidas pelo projeto. Neste sentido, várias reuniões foram realizadas entre NAEA/UFPA, EMBRAPA, Secretaria de Agricultura (SAGRI), EMATER, FCAP, para tentar uma colaboração institucional em torno do projeto. O documento citado anteriormente afirma que “se certos pesquisadores e técnicos chegaram a se interessar, não houve, durante muito tempo, envolvimento da direção destas instituições” (Ibidem).

Essa falta de envolvimento pode estar associada à *novidade metodológica* que a parceria envolve, porque as pesquisas seriam desenvolvidas a partir dos princípios metodológicos da P-F-D. Esses princípios podem ser encontrados, resumidamente, no documento elaborado a partir da *Reunião geral dos parceiros*: a Pesquisa-desenvolvimento, ou seja; “a pesquisa que implica uma estreita colaboração entre agricultores e *científicos*, tanto na definição dos objetivos da pesquisa como na sua realização, é dirigida para ações de desenvolvimento que interessem diretamente aos produtores, restringindo-se necessariamente a um espaço relativamente limitado” (LAET, 1994, p.5; grifo nosso).

O referido documento afirma ainda que, geralmente, “levando em conta o número de agricultores que se poderá envolver neste tipo de pesquisa, ela não poderá ultrapassar uma ou algumas centenas de famílias”; e “a opção de pesquisa-desenvolvimento não deve ser feita diretamente com agricultores individuais, mas com organizações de agricultores”; a pesquisa-desenvolvimento exige dos pesquisadores “uma forma de trabalho que não é

comum e que não é proporcionada pelas escolas superiores existentes”. A P-F-D aparece, portanto, “como um todo, no qual há uma dialética permanente entre pesquisa e desenvolvimento por um lado, e pesquisa e formação de outro lado” (Ibidem).

3.2 - As ambigüidades do programa e as condições de constituição de um espaço de relações de diálogo

Tomaremos por base a definição de Weber (1989, p. 45), segundo a qual, “o termo *relação social* será usado para designar a situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em conta o comportamento da(s) outra(s) de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nestes termos”. Portanto, a relação social pressupõe que os atores tenham clareza de suas responsabilidades diante do parceiro, já que, em certa medida, sua conduta resultará, queira este ou não, em *orientação* da conduta do outro (grifo do autor).

Considerando, além da convergência de seus objetivos de longo prazo quanto ao desenvolvimento sustentável da região, a complementariedade de suas atividades principais, o MPST e o LAET resolveram trabalhar em *parceria privilegiada* e estabelecer um convênio de três anos, renovável, por consenso mútuo (LAET, 1993, p.1-3). Este convênio definia os termos da relação social entre os parceiros, “definindo ainda, a responsabilidade pela conduta social: a representação”, isto é, estavam eles na condição de parceiros, em função de uma opção, de uma escolha feita em dadas condições sociais (WEBER, 1989, p. 89).

Esse convênio definia um método de trabalho comum, nas áreas agropecuária e agro-florestal, da comercialização e transformação dos produtos agrícolas, do manejo dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente. Precisava, ainda, delinear os respectivos espaços temáticos e institucionais de atuação, seus graus de compromisso, de autonomia e suas instâncias de decisão. Essas eram questões que mereceriam uma discussão maior antes de serem definidas pelos parceiros do PAET.

A *parceria privilegiada* não excluía o direito de cada um dos parceiros estabelecer relações e convênios com outras instituições, associações e órgãos que apresentassem propostas coerentes com os respectivos objetivos dos parceiros, (MPST/LAET, 1993, p.2). De fato, o convênio da parceria, no seu parágrafo final, define ainda que: “o LAET pode estabelecer relações e contratos de trabalho com outros parceiros - prefeituras, associações

não integradas ao Movimento, etc. - que mostrem interesse em desenvolver também um trabalho técnico no campo”. Porém, segundo o LAET, “o objetivo era desenvolver a maior parte de suas atividades junto ao Movimento, que seria o seu parceiro privilegiado”. Essa definição de *parceiro privilegiado* levou a alguns equívocos (grifo nosso).

Da parte do LAET, parecia não estar clara tal situação e, mais que isto, não estava claro em que condições o MPST havia se tornado um *parceiro privilegiado*. A própria situação do MPST, quer dizer, a sua história, sua trajetória, possibilitava essa distinção em relação aos *outros* possíveis parceiros. Por outro lado, os membros da coordenação do MPST e, em certa medida, também as lideranças de STR, associações, cooperativas pertencentes ao MPST, passaram a ter, em relação aos técnicos e pesquisadores do LAET, um sentimento de posse. Isso, de certa forma, pode estar associado à questão da *parceria privilegiada* que em certas ocasiões foi confundida como sendo *parceria exclusiva*.

Essa questão da *parceria privilegiada*, por si só, merece uma boa discussão. Como definir quem, afinal de contas, era o privilegiado? Seria o MPST, porque encontrara os técnicos e pesquisadores do LAET para, junto com estes, solidificar as bases de seu PGDT? Ou, seria o LAET que, a partir da parceria com o MPST, poderia constituir um espaço social para sua afirmação enquanto instituição de pesquisa, para cooperar na efetivação do projeto filosófico-político e metodológico da P-F-D, e, de resto, quem sabe, influenciar as outras instituições de assistência técnica e/ou de pesquisa instaladas há mais tempo na região? Ou ambos? Neste caso, é a parceria que era privilegiada, e não um ou outro dos parceiros, o que complicaria o diálogo.

Não demorou muito para que os pesquisadores do LAET passassem a ser tratados pelas lideranças do Movimento enquanto *seus* pesquisadores (MPST, 1995, p.4), possivelmente, isso se deu em contraposição valorativa aos pesquisadores da CEPLAC, EMATER, SAGRI, que se faziam presentes há mais tempo na região e que demonstravam pouco interesse em dialogar com os agricultores, possivelmente em função das orientações filosóficas de suas instituições. Esse sentimento de posse, de pertencimento, contida na relação MPST e LAET, pode indicar também que, de certa forma, os agricultores e suas lideranças percebiam os técnicos e pesquisadores do LAET como possíveis aliados de seu projeto político, portanto, para além de parceiros de seu projeto de desenvolvimento regional.

Mas, como definir as bases da relação, considerando-se o fato de que o documento que instituí a parceria apenas norteava os contornos da relação? No documento que define as bases da parceria e que estabelece a responsabilidade dos parceiros, ao MPST caberia a tarefa de “recolher, interpretar e sistematizar as demandas das coletividades e dos grupos de agricultores, fundamentá-las e formulá-las em forma de propostas de pesquisa”. Já o LAET se comprometeria em “apoiar todos os agricultores familiares, sem distinção de origem, de religião ou de opinião”. (MPST/LAET, 1993, p.2).

Então, face aos princípios gerais que definiram as bases mais genéricas das relações entre os parceiros, foi discriminada uma série de procedimentos que deveriam ser adotados pelos parceiros. Esses procedimentos estavam estabelecidos com uma minúcia que chama a nossa atenção porque estão dispostos logo no início do percurso da parceria. Isso pode sugerir que, de certa forma, sinalizavam os parceiros para o fato de haver uma desconfiança mútua, desconfiança esta percebida enquanto necessidade de corrigir procedimentos conflitantes, possivelmente, já verificados em outros contratos, ou mesmo em sua parceria incipiente.

Em parte, as atividades e as responsabilidades assumidas entre os parceiros se encontram definidas em MPST/LAET (1993, p.2), onde o LAET se comprometia em realizar as seguintes atividades: “pesquisa de base sobre o meio natural, o meio sócio-econômico e os sistemas de produção dos agricultores”. Segundo os parceiros, “essas pesquisas seriam essenciais a longo prazo para desenvolver tecnologias alternativas e para facilitar a adequação dos programas de apoio à produção com a realidade do campo”. Mas, no mesmo documento, chamava-se a atenção dos agricultores para o fato de que a mesma “não daria resultados imediatos para os agricultores”. Os agricultores familiares, que por tanto tempo estiveram à espera de técnicos e pesquisadores de “confiança”, precisariam agora esperar pelos resultados das pesquisas do LAET, para, enfim, planejar suas atividades com base em pesquisas que merecessem crédito; porque delas eram partícipes, nelas poderiam reconhecer-se.

Dentre os compromissos do LAET consta que “era também obrigação do LAET, realizar pesquisas de adaptação de novas tecnologias nas propriedades e nos campos experimentais”, além de “assessoramento na formação de novos projetos ou programas agrícolas, tanto na área da produção como na da comercialização e da transformação de produtos”, devendo ainda contribuir na “formação dos agrônomos e outros profissionais baseados na realidade do campo”, dando apoio ao “treinamento dos agricultores e dos técnicos locais” (MPST/LAET, 1993, p.2). Portanto, estaria completo o tripé metodológico, já

que a parceria seria constituída a partir de ações de Pesquisa, de Formação e de Desenvolvimento.

O MPST se comprometia em “apoiar a realização das pesquisas feitas pelo LAET, tanto no nível organizacional quanto em apoio logístico”; esse apoio, segundo consta no documento citado, “poderia consistir na coleta de dados pelos produtores” ou “no apoio dos técnicos do Movimento para acompanhar ensaios nas propriedades”, ou, ainda, “na realização de pesquisa sobre as organizações de base, ou na realização de estágios de convivência para os estudantes nas propriedades”.

O MPST deveria, ainda, “informar os produtores sobre a existência e o andamento desse programa” e “divulgar os resultados da pesquisa para o maior público de produtores possível” (MPST/LAET, 1993, p.2). O Movimento, aparentemente, estava assumindo na parceria um número maior de atividades, portanto, responsabilidades maiores do que o LAET. Em função de que isso se tornaria possível? Seria possível a efetivação de uma parceria de forma tão desequilibrada? O Movimento que historicamente havia se constituído para contribuir na efetivação de relações mais equilibradas entre agricultores, técnicos, pesquisadores ou agentes de desenvolvimento de um modo mais geral, não estaria agora se subordinando a relações desiguais entre parceiros?

Já no item que determinava as respectivas responsabilidades dos parceiros, ficou acertado que “o LAET prepararia anualmente uma proposta de programa de pesquisa que seria apresentada ao Movimento”. Enquanto isso, “o Movimento prepararia ao mesmo tempo o seu programa de atividades técnicas, e *formularia suas propostas de demandas para a pesquisa*”. Assim, ficou estabelecido que “com base na *confrontação destas duas propostas*, seria estabelecida uma programação conjunta, a qual definiria a participação e as responsabilidades de ambos os lados em cada atividade planejada, assim como os resultados esperados” (MPST/LAET, 1993, p.2; grifos nossos).

Embora isso fosse claramente definido, isto é, estivesse acertado que haveria um momento específico para a confrontação das demandas dos agricultores e dos pesquisadores, este momento do confronto das demandas também seria um momento propício para o enfrentamento das forças e das posições dos parceiros. Por outro lado, ficava indefinida a questão sobre quais critérios seriam utilizados para definir as demandas a serem efetivadas. Seria de esperar que os técnicos e pesquisadores do LAET colocassem seu peso acadêmico e mobilizassem seu conhecimento, sua capacidade de argumentação, para fazer passar as demandas que mais lhe interessassem, inclusive, é evidente, aquelas

que teriam a ver com a continuidade de sua formação; porque vários deles estavam em processo de formação, tanto na UFPa, quanto em outras instituições de ensino e pesquisa.

Definiu-se ainda que para facilitar a integração e a comunicação entre os parceiros, “dois representantes do Movimento participariam regularmente nas reuniões de coordenação do LAET, e dois representantes do LAET seriam também convidados com a mesma regularidade em reuniões do Movimento para acompanhar as atividades comuns, objeto do referido convênio”, e, no fim de cada ano, “uma avaliação conjunta das atividades seria realizada antes da programação de novas atividades para o ano seguinte” (Idem).

Ficou ainda acertado entre as partes que “*todos os encontros e comunicações entre o Movimento e o LAET seriam registrados por escrito, com uma cópia para cada instituição*”. Segundo os parceiros, “essa documentação teria o objetivo de servir de base para a avaliação futura das atividades e da colaboração entre as instituições”. Definiu-se também que “o LAET não participaria diretamente da busca de recursos para o Movimento”, mas que “poderia assessorar na redação de projetos e na identificação de possíveis fontes de financiamentos”. Essas questões relativas à redação de projetos e identificação de possíveis fontes de financiamento das atividades do MPST, por certo, soaram como promessas aos ouvidos do MPST (Ibidem; grifo nosso).

Essa *promessa* feita pelo LAET ao MPST poderia se constituir em um elemento complicador da relação entre os parceiros. Segundo Weber (1989, p.48), “os participantes da relação fazem promessas concernentes a sua conduta futura - um em relação ao outro, ou de maneira relacional a ambos”. Nestes casos, afirma que “cada participante espera então que, normalmente e até onde se comporte relacionalmente, o outro participante oriente a ação *dele* de acordo com o sentido que estabeleceu consigo; o primeiro participante assim entende em relação ao segundo e vice-versa” (grifo do autor).

Assim sendo, “a própria ação de cada um é parcialmente orientada a fins e ele espera corresponder com lealdade, tanto quanto possível, mas é também parcialmente orientada por valores, ou seja, ele tem o *dever* de corresponder ao acordo no sentido em que o entende”. Neste caso, o LAET havia criado uma expectativa e, mais que isso, o MPST esperava que esta expectativa fosse correspondida, isto é, que a promessa fosse cumprida. Uma situação semelhante se apresentou em relação a *promessa* do Corpo Técnico, mas, retornaremos a ela mais adiante (Ibidem; grifo do autor).

Por outro lado, a solicitação de que todos os encontros e comunicações fossem registrados por escrito poderia estar relacionada à percepção de que os parceiros, possivelmente, encontrariam algumas dificuldades no diálogo, ou, por outro lado, poderia resultar de acordos feitos que, por algum motivo, faziam parte da história de um dos parceiros e que não teriam sido cumpridos. De qualquer forma, a solicitação de que todas as comunicações fossem feitas por escrito, evidenciava o fato de que os parceiros preferiam se resguardar na relação dentro do programa de pesquisa. Neste caso, a desconfiança dos parceiros indica o não estabelecimento de condições para a efetivação de relações de diálogo.

Isso, que poderia passar despercebido para um observador externo à parceria, foi, de certa forma, uma das questões centrais da avaliação feita pela FETAGRI em 1999. A análise feita sobre a distribuição das atividades entre os parceiros foi definida, segundo a FETAGRI, de forma a favorecer o LAET. Esta avaliação do Programa PAET, pela FETAGRI, acreditamos, tem um peso significativo porque esta entidade federativa que reúne STR, associações, cooperativas, além de outras organizações de trabalhadores rurais, inclusive o próprio MPST, de onde são oriundos alguns de seus dirigentes.

Na avaliação da FETAGRI, (MPST/FETAGRI, 1999, p.3), destaca-se que “o documento da 3ª fase do Programa PAET ainda explicita alguns objetivos comuns para os parceiros do Programa, potencialmente muito favoráveis para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, mas, no entanto, existem algumas restrições que impedem a obtenção destes resultados”. Destaca-se ainda que “o convênio firmado em agosto de 1993 é bem ilustrativo de uma concepção que considera as organizações de pequenos produtores como objeto da pesquisa, pouco capazes de teorizar suas práticas, de gerar conhecimento ou de serem ativos enquanto clientes da pesquisa”.

Na avaliação da FETAGRI, “as organizações de agricultores familiares, presentes na parceria, não eram parceiros, e sim, simples colaboradores dos pesquisadores da equipe do LAET”. Por conseguinte, eles acreditavam que “na relação de parceria entre MPST e LAET, diminuiu-se a possibilidade de barganha do Movimento enquanto cliente dos serviços”, porque, de certa forma, os agricultores “deveriam submeter a sua pauta de demandas por investigações e geração de tecnologias à agenda de pesquisa estabelecida por outros compromissos institucionais do LAET” (Ibidem).

Esses outros *compromissos institucionais* diziam respeito às relações do LAET com o NEAF, o CA, a UFPA, a EMBRAPA, o GRET, que, de certa forma, requisitavam com

freqüência pesquisadores do Programa PAET e os colocavam em atividades de coordenação de programas de mestrado ou mesmo de outras atividades, o que acabava por comprometer o planejamento feito em conjunto com o Movimento.

Essa situação fica clara na afirmação feita por Mauro (LAET, 1999, p.2), durante um seminário em que os parceiros discutiam a realização de novas atividades de pesquisa ligadas ao gado, no município de Pacajá/Pa, quando este diz que “um membro da equipe de pesquisadores do LAET tem interesse em fazer um diagnóstico para propor atividade de pesquisa...”, mas, continua ainda ele, “receio da expectativa criada se formos fazer um diagnóstico e depois não haver um certo acompanhamento”, como aliás, continua ele, “já aconteceu com outras pessoas da equipe do LAET, que iniciaram suas pesquisas e sumiram do mapa”.

Isso, mais que uma simples constatação ou cobrança por parte do Movimento, evidencia que este *denuncia publicamente* o fato de, na sua avaliação, o LAET estar descumprindo os acordos celebrados entre ambos; muito embora, a saída de pessoas da coordenação do MPST também fosse freqüente, por diversas vezes, isso forçou os parceiros a refazerem o planejamento e re-definirem as atividades em curso.

Porém, este posicionamento de uma das lideranças do MPST, não contestado pelos pesquisadores do LAET, evidencia o reconhecimento por parte deste do fato de que uma ou mais atividades que foram programadas em conjunto com os agricultores não haviam, por algum motivo, sido realizadas e, mais que isso, ficava evidente que isto criava uma situação embaraçosa para o MPST, pois os agricultores ligados a este, nestas situações, lhes retiravam parte do crédito concedido. Neste caso, se tornou evidente que as lideranças do Movimento não mais estavam dispostas a perder a credibilidade adquirida durante suas trajetórias, credibilidade essa que, aliás, os havia recomendado enquanto interlocutores legítimos junto ao parceiro, às instituições da sociedade civil e ao Estado.

Na avaliação da FETAGRI estas não eram, porém, as situações mais complicadas, porque “o exemplo mais gritante desse equívoco e inabilidade na gestão das divergências entre o LAET e as organizações foi o método de elaboração da agenda de visitas dos consultores da CEE”. Esses consultores iriam avaliar um projeto financiado para o PAET mas foi o LAET que agendou as visitas; “as visitas dos consultores foram marcadas diretamente com os agricultores, ignorando-se as organizações tanto no nível local como no regional”. Tornam-se, portanto, visíveis, as dificuldades de relacionamento com o parceiro, em função da escolha inicial feita pelo LAET de constituir uma parceria com as lideranças

das organizações de agricultores familiares do MPST, e não diretamente com os próprios agricultores (MPST/FETAGRI, 1999, p.4).

O documento elaborado pela FETAGRI defende a posição de que “todos concordam que os agricultores envolvidos nas ações devem ser visitados e envolvidos nas discussões do Projeto”, embora acentue o fato de que “é inegável, neste caso, que o desprezo pelas organizações foi uma tentativa de deslegitimá-las nas relações com os financiadores e evitar críticas sobre situações não resolvidas entre o LAET e o Movimento”, e conclui dizendo que “a falta de habilidade política na gestão do Projeto pode vir a ser uma séria restrição a sua continuidade” (MPST/FETAGRI, 1999, p.4).

Desta forma, questiona-se a continuidade da parceria ou, no mínimo, a continuidade nas bases em que a mesma se encontra, porque segundo MPST/FETAGRI (1999, p.4), “a continuidade da parceria está dependendo da capacidade de negociação entre o LAET e o Movimento”. Ainda não estava claro como seria possível garantir a continuidade da parceria em um contexto onde a conjuntura mudava continuamente, o que indicava a necessidade de re-definição das relações entre os parceiros.

Porque, de certa forma, a parceria fora constituída em uma situação em que “cada instituição buscava sua afirmação na execução de um projeto comum”, portanto, em um contexto de busca de afirmação dos dois atores sociais parceiros. Na avaliação da FETAGRI, “o LAET quer se afirmar como instituição de pesquisa e o Movimento passa por um processo de re-adequação de sua forma de representação institucional”. Ambos, portanto, buscavam novos espaços, novas formas de relação com outras instituições; estão, por assim dizer, em processo de transição, nos quais, a indefinição, de certa forma, pode ser até mesmo necessária, se constituindo em estratégia.

De qualquer forma, o impasse estava caracterizado, porque “não há dúvidas de que as organizações de trabalhadores rurais ligadas ao Movimento trabalharão também seu fortalecimento institucional, por meio da criação da FETAGRI regional e da formação de um corpo de assessoria técnica que estivesse a serviço das demandas de apoio que o LAET não pode executar por ser um laboratório de pesquisa”. Ao que tudo indica, o Movimento deveria sair em busca de *um corpo de assessoria técnica*, que garantisse a realização das demandas de pesquisa, que deveria ter sido encaminhada dentro do PAET (MPST/FETAGRI, 1999, p.5).

3.3 - A primeira fase do PAET: a percepção de algumas limitações da parceria

Conforme sinaliza MPST/LAET (1994, p.1), o II Seminário Estratégico, realizado em outubro de 1994, tinha como finalidade verificar as funções e as estratégias do PAET, a partir do cruzamento dos objetivos do I Seminário. Durante as discussões, os parceiros chegaram à conclusão de que estavam propensos ao ativismo e que a estratégia do PAET ainda não estaria muito clara para o MPST. De que estratégia do PAET os pesquisadores do LAET estariam falando? Por acaso, estas estratégias do PAET não deveriam ser definidas em conjunto entre MPST e LAET? Então, como seria possível que o MPST desconhecesse as estratégias que, em conjunto com o LAET, havia formulado?

Algumas destas limitações na efetivação das estratégias poderiam estar associadas, segundo Lauro, ao fato de que o princípio dos encontros bimestrais entre as coordenações do LAET e do MPST “estaria um pouco abandonado e por isso existia uma certa falta de discussão entre os parceiros sobre as pesquisas em andamento” (LAET/MPST, 1994, p.1). Neste caso, a falta de discussão sobre as pesquisas em andamento podia sugerir, já naquele momento, que os parceiros estavam encontrando dificuldades no relacionamento ou que os termos do acordo não foram encarados como prioridade por uma ou por ambas as equipes.

O II Seminário Estratégico do PAET, realizado em 1994, foi um momento de extrema importância na evolução do Programa. Algumas questões levantadas enquanto elementos para a reflexão entre os parceiros merecem ser analisadas com certa cautela. Nos debates do segundo dia, surgiram elementos que sinalizam as dificuldades de entendimento dos parceiros acerca de questões fundamentais porque dizem respeito a quatro elementos da relação entre os parceiros: o primeiro está relacionado com a *condução da parceria*; o segundo diz respeito à *posição dos parceiros diante do poder público*; o terceiro refere-se à *definição de prioridades de pesquisa*; enquanto que o quarto está ligado à *relação com outras instituições*.

A questão fundamental tratada durante os debates deste seminário, dizia respeito ao atendimento dos objetivos do PAET e à maneira como as equipes encaixaram as atividades do Programa ou da parceria no conjunto de suas atividades. Neste sentido, Leandro chamou a atenção para o fato de que “ao analisar as atividades desenvolvidas neste período do I Seminário do PAET até agora, nota-se que as atividades do LAET se encaixam bem entre os objetivos do PAET”, enquanto “não é tão fácil dizer isso sobre as atividades do MPST” (MPST/LAET, 1994, p.6). Conclui analisando, com certa pertinência, que “isso pode estar

acontecendo por dois motivos: porque o MPST tem uma história muito anterior ao PAET e tem dificuldades em reorientar as suas ações dentro do Programa, ou, então, porque o Programa ainda não está servindo de referência para o planejamento de suas atividades de trabalho”.

A alusão à história e à experiência de trabalho anterior do MPST, em contraste com a história e a experiência do CAT, já havia sido anteriormente citada. Ela, a história do MPST, foi destacada por Marcelo quando se referia à situação anterior à elaboração do programa de parceria e à importância de que isso fosse considerado. “O projeto político do MPST já estava definido em 1991 e está centrado na fixação do homem no campo, através da agricultura familiar na Transamazônica” Porém, na medida em que “o LAET chegou na região e que trabalha principalmente nesta área, e participa das discussões do MPST, como foi o caso da última Assembléia Geral do Movimento do ano passado, ele também poderá contribuir no aprofundamento desse nosso projeto político” (MPST/LAET, 1994, p.6).

Essa posição, porém, justifica plenamente a sugestão de Marcelo, a de que “o LAET poderia também participar de outras atividades do Movimento, de outras articulações no nível regional” (MPST/LAET, 1994, p.7). Conclui dizendo que isto são articulações entre os parceiros que passam para além da pesquisa e exemplifica: “o LAET poderia trabalhar junto na luta pela recuperação das estradas, pelo asfaltamento da Transamazônica, pela energia elétrica de Tucuruí através do linhão, ou poderia assessorar nestas áreas”. Ele se refere ainda a um tipo muito vago de articulação sobre as hidrelétricas que poderia também vir a ser trabalhada no LAET.

Aparece, porém, neste momento do discurso um apelo à assessoria, em que se esclarece uma das contribuições esperadas; uma contribuição que Marcelo, muito provavelmente, não considera alheia à pesquisa integrante do modelo trazido “de fora” pelo LAET. Marcelo insiste ainda no fato de que, “seria muito difícil separar a assessoria técnica da assessoria política” (MPST/LAET, 1994, p.7). Essa confusão entre assessoria técnica/política e pesquisa pode resultar da falta de clareza sobre os termos da parceria ou, por outro lado, pode demonstrar uma tentativa do MPST de sugerir responsabilidades para o LAET através de questões que não estariam contempladas no convênio celebrado entre ambos.

3.4 - O II Seminário Estratégico do PAET: duas questões de fundo

Durante a realização do II Seminário Estratégico, duas grandes questões foram discutidas: uma dizia respeito à continuidade dos trabalhos de pesquisa e à sustentação financeira da parceria; a outra dizia respeito à questão da necessidade de técnicos. Quanto à primeira, admitia-se que “até aquele momento, a maioria das pesquisas dependiam de recursos externos e isso comprometia o desenvolvimento das atividades, seja porque retirava das equipes parceiras uma parte da autonomia necessária” ou porque “com os sucessivos atrasos nas remessas dos recursos, as pesquisas ficavam comprometidas” (MPST/LAET, 1994, p.9).

Neste caso, a busca de alternativas se fazia necessária porque, de certa forma, existe uma estreita ligação entre a autonomia financeira e a autonomia política dos parceiros. Talvez tenha sido em função desta preocupação que Lauro levantou a questão de como se poderia pensar no financiamento do PAET no futuro, porque, na sua avaliação, “seria muito difícil a obtenção de recursos para a pesquisa participativa e também para projetos que dariam resultados a longo prazo”, em função de que “os financiadores geralmente querem resultados mais imediatos e principalmente na área ambiental” (MPST/LAET, 1994, p.9).

Essa exigência dos financiadores das atividades de pesquisa do Programa PAET, quanto à obtenção de resultados imediatos, principalmente, na área ambiental, provocou, uma situação bastante constrangedora para os pesquisadores do LAET, pois, na avaliação de Marcelo, que, demonstrava sua insatisfação com o rumo dos acontecimentos, precisariam antes ser discutidas algumas questões levantadas por ele e ainda não discutidas até aquele momento, questões estas que diziam respeito ao fato de que “os financiadores que financiam as nossas pesquisas, por acaso não são os mesmos que financiaram o Pólo Carajás, o Pólo Noroeste, a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD?”, e, por acaso, “não é a mesma CEE?”; “é esse o reflorestamento que eles estão querendo?”, “são estes os resultados imediatos que eles exigem?” (MPST/LAET, 1994, p.8). Esta reflexão fazia parte da postura política do MPST, pouco partilhada pelos articuladores do LAET junto àquela instituição. Na avaliação de Marcelo, eles (os membros da CEE) precisariam saber onde os parceiros estavam, qual era a situação da Amazônia!

Passado, porém, este momento de constrangimento, Lúcio argumenta que “essa questão dos resultados imediatos pode ser contornada”. Mas, a questão do debate acerca desta metodologia de pesquisa não é o elemento principal do debate, nem se restringe à

Europa porque, na sua opinião, “nós não somos considerados pesquisadores no Brasil, só dão valor para a pesquisa acadêmica; existem pesquisas de qualidade sendo feitas”. Argumenta ainda em tom de cobrança que “o Movimento também deveria exigir das instituições do Estado as pesquisas que imaginava fossem necessárias” (MPST/LAET, 1994, p.9).

Os pesquisadores do LAET pareciam se ressentir do fato de não terem ainda adquirido maior visibilidade social, de terem que conviver com o descrédito atribuído às suas atividades de pesquisa por parte dos “outros” pesquisadores brasileiros, notadamente, daqueles que não utilizavam a metodologia da P-F-D como orientadora de suas atividades. A postura filosófico-política da metodologia da P-F-D encontrava sérias resistências no espaço da pesquisa acadêmico-científica.

Em se tratando desta questão, do compromisso filosófico-político do pesquisador, segundo Lúcio, pode-se considerar que “existem, na prática, dois níveis de compromisso do pesquisador, o primeiro é na orientação de sua pesquisa em função das demandas de médio e longo prazo, e o segundo, é o de responder às demandas de informações técnicas mais imediatas de curto prazo”. Consciente da contradição envolvida nesta questão, ele pondera que isso, de certa forma, “para uma equipe de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento não é nada fácil, mas tem que ser pensado também” (MPST/LAET, 1994, p.10).

Segundo ele, isso “seria um pouco o que acontece com a coordenação do MPST em relação à contradição econômica/política”. Na sua avaliação, “o Movimento sabe claramente que o não atendimento de todos os projetos assistencialistas pode significar a redução de sua representatividade nas bases deste Movimento”. Neste caso, pode acontecer que, “para *não serem mal vistos*, eles tenham que tomar uma posição junto aos pesquisadores do LAET e outra junto aos associados dos STR, associações e cooperativas que desejam financiamentos” (Ibidem; grifo nosso).

Lúcio, de certa forma, não teve nenhuma dificuldade em verificar com precisão quais eram as contradições internas ao Movimento. Mas, seria interessante que além de identificar com precisão essas contradições internas a cada uma das equipes parceiras, pudesse também discutir abertamente as condições comuns aos parceiros, com a finalidade de juntos, tentar solucioná-las, porque disto dependeria a continuidade das relações entre eles e, por assim dizer, a continuidade da própria parceria.

Por outro lado, estava nítida a percepção dos pesquisadores do LAET quanto ao fato de que as demandas que lhes foram apresentadas pelas lideranças do Movimento, de certa forma, só refletiam parcialmente as necessidades dos agricultores familiares das bases. Mas, por outro lado, como definir com clareza as necessidades dos agricultores, se essas necessidades chegavam através de demandas de pesquisa formuladas por suas lideranças? Como perceber se essas demandas eram ou não reais, de inspiração política ou mesmo definidas artificialmente? Que mecanismos poderiam ser utilizados para comprovar se as atividades a serem realizadas eram realmente demandas de pesquisa, ou se eram definidas enquanto demanda porque somente assim poderiam ser contempladas com financiamento externo? Este era um dilema que os pesquisadores do LAET teriam que enfrentar, e, teriam que enfrentá-lo na interrogação ao parceiro.

Considerando-se o processo de negociação das demandas de pesquisa, isto é, da definição das atividades de intervenções a serem feitas na realidade técnica e social do agricultor, podemos considerar que os riscos de fracasso da intervenção aumentam consideravelmente quando se faz a opção por negociá-las com as lideranças dos agricultores ao invés de negociá-las diretamente com estes. Friedrich (1988, p.45), defende que esta negociação deve ser feita entre os agentes de desenvolvimento, técnicos e pesquisadores e os agricultores interessados na proposta de intervenção. Considera ele que “como informação é poder, dificilmente as lideranças que estiverem de posse destas informações irão socializá-las com outras pessoas porque seria o mesmo que socializar o poder, que abrir mão do poder”.

Essa dificuldade na socialização das informações diz respeito, segundo ele, ao fato de que, “como as lideranças percebem claramente que seu poder resulta do acúmulo de informações e, que, portanto, distribuir informações seria o mesmo que distribuir este poder”, colocando em risco sua reprodução social enquanto liderança, enquanto porta-voz autorizado do grupo ao qual representa, que poderia enfraquecer ou mesmo desautorizar sua função de intermediário entre estes agricultores e as *autoridades* técnicas e políticas. Neste caso, deveriam os parceiros ter definido que as demandas de pesquisa seriam negociadas diretamente com os maiores interessados nas atividades de pesquisa, sem intermediários. Mas, se os parceiros tinham clareza desta situação, por que assim não o fizeram? Por que não definiram isso no início de sua relação enquanto parceiros?

Essas questões eram discutidas entre os pesquisadores, conforme Lúcio (LAET, 1996, p.20): “no projeto, as demandas locais podem surgir ou não”, como por exemplo, “as florestas municipais foi uma discussão um pouco artificial, levantada pela pesquisa”. Mas,

segundo ele, “quem somos nós para dizer o que se deve fazer? Porque, se a comunidade não quer, a coisa não anda”. Isso se daria porque “na dinâmica participativa não se pode prever o que vai acontecer no período de três anos”. A afirmação de Lúcio de que a demanda sobre as florestas municipais foi uma discussão artificial significa, por outro lado, que o LAET admite uma situação que, de certa forma, não quer admitir em se tratando do parceiro, qual seja: a da fabricação das demandas.

De qualquer forma, o mesmo pesquisador encontra uma forma de justificar sua falha na observação das regras negociadas com o parceiro porque, segundo ele, “existe essa contradição da Comunidade Econômica Européia que, de um lado, achava bom a pesquisa participativa e, por outro, exigia resultados concretos, queria indicadores”. Acreditava ainda que “a CCE era, contudo, flexível no nível dos objetivos específicos”; porém, após três anos de atividades, teriam que provar para eles que avançaram. Importante, na relação com o Movimento, seria saber que “não somos prisioneiros de um quadro de atividades, mas que deveremos cumprir objetivos específicos”. E acentua que “o ponto que mais preocupa é dentro da floresta e da madeira, porque a questão dos recursos naturais é a parte mais fraca do nosso programa e, ao mesmo tempo, a mais interessante para eles”.

Essas limitações em relação ao andamento das atividades programadas na área dos recursos naturais, segundo sua avaliação, estariam ligadas “à própria composição da equipe de pesquisadores que tem mais pesquisadores afinados com a agricultura familiar”, e porque “a demanda social da agricultura familiar é mais forte que a da floresta”; mas, acreditava ele, poderiam desenvolver outras ações desde que estivessem dentro de seus objetivos; poderiam até mesmo pensar “de onde surgiriam essas demandas por estes tipos de ações”. Parece que, em certo sentido, a equipe de pesquisadores do LAET estava mais preocupada em encontrar demandas que se encaixassem nos objetivos das agências de financiamento, do que em verificar, a partir das necessidades dos agricultores familiares, quais destas, efetivamente, se constituiriam em demandas de pesquisa.

3.5 - A mudança de identidade dos parceiros e os impasses no diálogo

Deve-se considerar também que, na trajetória da parceria, os parceiros mudaram sua identidade, seu perfil. O MPST adquiriu uma nova identidade, perfil, em 1997, com a constituição da FETAGRI regional; passou de um perfil *reivindicativo* para um perfil *propositivo*, assumindo, então, o papel de articulador do FNO especial no contexto regional, além de tarefas ligadas ao cadastramento para a aposentadoria de seus associados, auxílio

maternidade das trabalhadoras rurais, etc. Em decorrência disso, o MPST possibilitou que o Estado utilizasse parte da infra-estrutura e do pessoal do Movimento na execução de tarefas que antes eram da responsabilidade do próprio Estado. O MPST se mostrou um parceiro ideal para o Estado, pois, se as atividades fracassassem, o MPST seria o responsável e, se obtivessem êxito, esse êxito seria creditado ao Estado.

O LAET relutou em assumir parte destas novas incumbências, notadamente, em relação ao FNO especial, já que as outras não lhes diziam respeito. Os pesquisadores do LAET, caso assumissem esta nova responsabilidade, deixariam de ser os *parceiros* do MPST para as pesquisas e se transformariam em *fiscais* do banco. Como o LAET recusou-se a aceitar esta tarefa reservada às instituições financeiras e à assistência técnica oficial, assumiu junto a isso o risco de tornar ainda mais frágil uma relação que, naquele momento, já dava sinais de instabilidade. De 1997 em diante, a FETAGRI passou a fazer parte da estrutura do MPST, definindo conjuntamente com este suas ações. A avaliação da FETAGRI sobre a parceria, isto é, sobre o PAET, foi extremamente significativa para redefinir a posição do MPST e a sua relação com o parceiro, porque tocava no ponto nevrálgico da relação entre os parceiros, ou seja, na luta pelo poder.

Do lado do LAET, a mudança de identidade está associada, efetivamente, com as decisões tomadas no momento da renovação do convênio PAET, notadamente, em sua terceira fase (1998), e, sobretudo, em função das exigências da CCE. Houve, neste caso, uma *solicitação* para que fossem redefinidas as linhas de pesquisa em andamento na parceria, porque, segundo avaliação das agências financiadoras do programa, as orientações gerais não estavam sendo consideradas. Essas orientações gerais diziam respeito aos recursos naturais. Se esta solicitação não fosse atendida, o financiamento da terceira fase do programa ficaria comprometido. Desta forma, agora era o LAET que tinha em suas mãos um poderoso trunfo para *induzir* o MPST a aceitar modificações no programa de pesquisa.

Essas pesquisas sobre os recursos naturais, previstas para as fases anteriores, não deixaram de ser efetivadas em função de uma possível falta de atenção ou mesmo de má fé, por parte dos parceiros. Aconteceu que, até aquele momento, devido à qualificação profissional, ao perfil, ao projeto pessoal, ou, ao receio de que o MPST rompesse com a parceria, caso esta assumisse um perfil que não lhes interessasse, o LAET não havia encontrado uma forma de garantir a realização daquelas atividades de pesquisa ligadas à questão do meio ambiente.

A discussão destas atividades de pesquisa ligadas aos recursos naturais, por vezes, criava indefinição e mesmo bloqueio na relação entre os parceiros porque, segundo LAET (1998, p.9), “já era hora do Movimento definir-se entre o gado do FNO especial que, politicamente, era bom para suas lideranças, e os recursos financeiros do programa de pesquisa, que definia agora a necessidade de pesquisa na área dos recursos naturais”. Este era um dilema, um momento delicado em que afloravam as contradições presentes na parceria, que precisariam ser equacionadas para possibilitar a continuidade da relação entre os parceiros. De certa forma, diziam elas respeito às contradições entre as necessidades de curto e médio prazo dos agricultores e as aspirações políticas dos representantes destes; além de conflitarem com o projeto de longo prazo defendido pelas lideranças do MPST no momento da constituição da parceria.

Por fim, a tentativa do LAET de aprofundar o debate sobre estes aspectos do programa e, efetivamente, colocar em prática ações ligadas aos recursos naturais apareceu muito mais como uma forma de garantir a continuidade da parceria; inclusive, com a inclusão de novos *parceiros*, redefinindo os rumos da mesma. Sobre este aspecto, aliás, Castellanet (1998, p.1) define com lucidez a situação, ao avaliar que “finalmente, quando ficou claro para a equipe que ela teria que montar uma proposta nesta área também, ela começou a se perguntar sobre a questão das parcerias; se os madeireiros, os ribeirinhos, o resto da sociedade civil não deveriam participar?” Então, afirma ele, “parece que neste momento, fazer isso seria como tentar refazer a pintura do barco que já está afundando”.

Cabe destacar que a mudança de perfil, de identidade, tanto do MPST quanto do LAET afetou de forma decisiva a relação entre os parceiros. Mas, não deveriam eles, enquanto parceiros que juntos pretendiam colocar em prática um projeto de desenvolvimento regional, ter clareza do fato de que as identidades são coisas que se constroem, com as quais se joga, e, acima de tudo, são coisas que se fazem e re-fazem em função das necessidades e dos contextos sociais nos quais se disputam as vantagens sociais, as posições sociais? Portanto, deveria se esperar que a parceria, em função das demandas dos vários agentes de desenvolvimento dela participantes, contemplasse momentos de avaliação, cuja finalidade seria a análise crítica da relação entre os parceiros, abrindo-se assim, a possibilidade de re-situar os termos da relação em função da conjuntura, isto é, de um novo conjunto de necessidades.

Outra questão que não havia recebido a devida atenção dentro do programa, segundo avaliação do MPST, dizia respeito à constituição de um *Corpo técnico* que na opinião de suas lideranças, ficaria à disposição do Movimento. Esse Corpo Técnico deveria

servir para acompanhar as atividades e as necessidades do MPST, atividades estas que não poderiam, com base no convênio firmado, na avaliação do LAET, ser contempladas dentro do programa de parceria.

Essa discussão sobre o Corpo Técnico é retomada continuamente e existem indícios que levam a supor que mereceu atenção da parte dos pesquisadores do LAET no início da parceria, quando estes ainda precisavam encontrar espaço para a sua afirmação enquanto equipe de P-F-D, mas, aparentemente, deixou de ser considerada como idéia passível de efetivação.

No entanto, existem evidências que, de certa forma, sinalizam a confirmação dessa “promessa”. Isso fora objeto de discussão durante o Iº Seminário de Planificação Estratégica do LAET, realizado em Altamira no mês de setembro de 1994, onde se acentuou o fato de que se definiu pela “elaboração de um projeto de constituição de um Corpo Técnico para o setor de agricultura do MPST”. No entanto, como até aquele momento, essa proposta “não havia ainda sido colocada em prática, ela poderia agora ser pensada de uma forma mais ambiciosa” (LAET, 1994, p.3).

Os pesquisadores haviam acenado para as lideranças do MPST com a possibilidade de atender uma de suas maiores expectativas, resultante esta da percepção de quanto seria interessante poder coordenar as atividades dos técnicos e pesquisadores e de ter estes a serviço de *seu* Projeto de Desenvolvimento (PGDT) que, de certa forma, era também seu projeto político regional.

A questão relativa ao Corpo Técnico do Movimento estava também presente na discussão quando Lúcio destaca que, “atualmente, muitas coisas estão sendo assumidas pelo setor da agricultura do MPST, que tem muito mais uma função política e que não tem, necessariamente, *tempo ou competência* para uma atuação mais técnica”. Porque, pela “sua história de organização de lutas, de mobilizações, de articulações, o MPST tem muito mais uma capacidade de gestão política e apresenta uma série de dificuldades na hora de abordar as coisas pelo lado técnico, e o espaço técnico é tratado muitas vezes com critérios políticos, em termos de ganhos políticos imediatos”, destacando ainda que, “neste caso específico, o LAET poderia oferecer algum tipo de ajuda” .(LAET, 1994, p.4; grifo do autor).

Neste caso, seria interessante, na avaliação de Lúcio, que “o Movimento tivesse um Corpo Técnico à sua disposição”. Isso se justificaria em função das demandas de FNO especial, articuladas pelo MPST e pelo fato de o mesmo ter assumido parte da

responsabilidade pela realização das vistorias nos lotes dos agricultores, além da colaboração na elaboração dos projetos. De certa forma, essa questão do Corpo Técnico retornará ao debate, algum tempo depois, em função das mudanças no perfil ou na identidade do Movimento, quando este passaria de um perfil *reivindicativo* para um *propositivo*, conforme definição deste.

Para tentar superar essa deficiência, o MPST apresenta uma proposta ao parceiro para viabilizar a constituição de uma equipe de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, que estariam à disposição do Movimento em tempo integral. Neste sentido, segundo Marcelo, a proposta apresentada tinha como objetivo principal: “iniciar um programa de formação profissional e de capacitação dos agricultores visando à ampliação de sua capacidade produtiva, apoiar os projetos econômicos e agrícolas já em andamento e que estavam completamente sem assistência - projetos de FNO especial, PD/A, etc”, - falhas que, corretamente, Marcelo estimava, de um ponto de vista prático e político, “comprometiam a imagem do Movimento” (MPST, 1994, p.1).

Acreditava, porém, que “a constituição deste Corpo Técnico poderia reforçar as ligações do MPST com as organizações de extensão, formação, pesquisa e desenvolvimento agrícola na região e no estado”, porque, segundo ele, os técnicos do Corpo Técnico facilitariam os contatos entre seus órgãos de origem e as organizações de produtores, contatos estes entendidos como sendo de fundamental importância no momento de negociação da parceria (Ibidem).

Propõe ele que a médio prazo, essa experiência de caráter piloto poderia ser avaliada e servir de base para o aperfeiçoamento do sistema de pesquisa, extensão e formação no setor de agricultura do estado como um todo. O Movimento não queria apenas uma equipe de pesquisadores que discutisse as prioridades de pesquisa na região com suas lideranças; ele deseja mais, deseja ter seu próprio Corpo Técnico, quer dizer, técnicos a sua disposição. Aqui, de forma bastante nítida, existe uma contraposição ou confronto nas posições dos parceiros em relação à demanda por um Corpo Técnico (ibidem).

Para os pesquisadores do LAET, o que estava em jogo era a viabilidade técnica e econômica, da efetivação da demanda, enquanto que para o Movimento, esta questão era predominantemente política. Com a constituição de um Corpo Técnico, o MPST ganharia uma autonomia considerável em relação ao parceiro, romperia ele com uma dependência histórica, além de se aproximar dos agricultores familiares franceses que, através de suas organizações, contratam seu próprio “Corpo Técnico”. As constantes visitas das lideranças

presentes no MPST a alguns países da Europa, cuja finalidade principal era a discussão de seu PGDT, possivelmente, acabaram por reforçar a proposta do Corpo Técnico do Movimento.

Esses técnicos, na avaliação de Lauro, que defende tal idéia, “seriam responsáveis por acompanhar e executar as atividades do MPST em nível local e colaborar na elaboração do referencial técnico regional, interagindo com as diversas parcerias institucionais existentes”. Propunha ainda ele que “em 1995, se iniciaria a experiência com o Corpo Técnico que deveria, nesta primeira fase, passar a metade do tempo nos municípios e definir com as organizações de agricultores, o MPST e os demais parceiros, os programas de trabalho nos níveis regional e municipal” (MPST/LAET, 1994, p.2).

Portanto, havia sido criada uma enorme expectativa em relação à constituição de um Corpo Técnico, uma equipe que ficaria sob a coordenação das organizações presentes no Movimento, aliás, um sonho discutido por estas organizações muito antes de constituírem o MPST para encaminhar suas reivindicações junto ao Estado. Seria uma equipe que atenderia suas demandas, as suas necessidades, que possibilitaria romper com a dependência das instituições de pesquisa presentes na região e que, durante tantos anos, pouca atenção deram às demandas de pesquisas destes agricultores familiares.

Mas, juntava-se a esta questão o financiamento de liberação de lideranças do MPST pelos recursos da parceria, para que pudessem trabalhar à disposição do Movimento. Lúcio, de certa forma, contribuíra para reforçar esta expectativa ao afirmar que: “existe um problema da representação do MPST nos municípios, porque muitos militantes têm dupla representatividade”, e acentua que “o LAET poderia contribuir, senão para resolver, ao menos para equacionar esse problema”. (LAET/MPST, 1994, p.3).

Essa colaboração na liberação destas lideranças, segundo Lúcio, seria indispensável porque estas lideranças estariam sobrecarregadas porque, em sua maioria, eram representantes dos STR, de associações, e ao mesmo tempo, representariam o MPST no município; desta forma, “assumem muitos trabalhos e não dão conta disso, ou, por falta de tempo ou de dinheiro para as despesas com tantas reuniões e encontros”. Assim sendo, acredita que “seria importante ter representantes de forma integral” (Ibidem).

Mas, como conseguir dinheiro e formação para que essas pessoas pudessem ter a sua dedicação exclusiva? Neste sentido, propunha ele que “o LAET poderia colaborar nisso, poderia colaborar no reforço do setor de agricultura do MPST, porque, para o LAET esse

reforço é essencial”. Poder-se-ia até mesmo “pensar em apoio para ampliar a equipe de produtores na coordenação do Movimento e reforçar o setor técnico - técnicos assalariados com recursos da parceria que ficariam à disposição do MPST” (LAET/MPST, 1994, p.3).

Mais tarde, já em 1997, esta questão volta para a discussão, o que demonstra que o debate não havia avançado, ou que os pesquisadores continuavam alimentando a expectativa de que tal demanda pudesse ser atendida, ou ainda que o MPST estava disposto a abandonar a parceria e, em função disso, colocava demandas que tinham poucas chances de serem aceitas pelo parceiro, criando assim uma justificativa convincente junto às suas bases, caso resolvesse romper a parceria com o LAET, já que esta não mais correspondia às suas necessidades ou interesses.

Essa indefinição e o confronto entre os parceiros para definirem a questão que envolvia estas duas demandas do Movimento - o Corpo Técnico e a liberação de lideranças do movimento com recursos da parceira - se faziam presentes agora em quase todos os momentos da relação. Voltou ela a ser um complicador da relação durante o segundo semestre de 1997, quando os parceiros resolveram juntos formular uma proposta, cuja finalidade era a prestação de serviços para os assentamentos de reforma agrária do governo federal, através do Projeto LUMIAR, notadamente os assentamentos do INCRA, correspondentes à área de atuação do Programa PAET. (SCHMITZ, 2001, p.2). Essa proposta, evidentemente, não foi efetivada em função de complicadores tanto internos quanto externos à parceria.

Como se vê, o LAET concordava, no início da parceria, com a necessidade de técnicos a serviço do MPST, ele propõe uma ajuda que, aparentemente, não lhe é solicitada, mas que ele estima ser de sua esfera; mas não propõe a ajuda esperada pelo Movimento. Ora, se os pesquisadores do LAET não estavam em condições de cumprir tal promessa, porque continuavam alimentando tal expectativa?

As dificuldades de relacionamento entre as lideranças do MPST e os pesquisadores do LAET cada vez mais se acentuam. As expectativas criadas pelos pesquisadores no primeiro momento da parceria de que seria possível a constituição de um Corpo Técnico à disposição do MPST e a proposta inicial de garantir a liberação de lideranças do Movimento através da parceria, começaram a aparecer com maior freqüência nos pronunciamentos dos membros do MPST, quando estes desejavam jogar a responsabilidade para os pesquisadores. Notadamente agora, quando o LAET desejava efetivar *suas* demandas de pesquisa sobre as florestas municipais, sobre os recursos naturais, o manejo florestal,

principalmente no município de Porto de Moz, esse debate surge e cria uma série de limitações ao diálogo entre os parceiros.

No encontro entre as equipes parceiras, quando mais uma vez sentavam para tentar resolver o impasse em relação ao Corpo Técnico, já no ano de 1997, Lúcio destaca o fato de que “como preparação para a última reunião entre o MPST e LAET, os membros da equipe do LAET fizeram uma discussão de como pensavam que deveria ser o relacionamento dentro da parceria daí em diante, uma vez que o convênio já estava vencido”. Destaca que “foi elaborado então um documento e enviado para o MPST, mas o Movimento não fez documento algum de suas discussões, conforme havia sido combinado entre os representantes das equipes” (MPST/LAET, 1998, p.6).

No entanto, prossegue ele, “no dia da reunião, o Movimento fez uma proposta que ninguém esperava e que chocou a todos os presentes na reunião” e, ainda assim, “esperava que os pesquisadores do LAET respondessem à proposta imediatamente”. A proposta, segundo ele, era para fortalecer o MPST com a assistência técnica, isto é: “o LAET deveria, além da pesquisa, prestar assistência técnica ao MPST através de um Corpo Técnico”, mas, diz ele, como não se tinha condições de decidir isso na mesma reunião, foi sugerido que se marcasse uma próxima reunião onde cada parceiro faria sua análise das propostas e discussões para se trabalhar uma proposta de consenso (Ibidem).

Em certo sentido, a proposta do MPST era mais ambiciosa; não desejava apenas que os técnicos e pesquisadores do LAET prestassem serviço ao MPST, mais do que isso, dizia respeito à possibilidade de o LAET vir a se transferir para a estrutura do Movimento, sendo assim, incorporado pelo MPST. Essa proposta, evidentemente, foi recusada pelo LAET porque, enquanto técnicos e pesquisadores pertencentes a uma ou várias instituições, mesmo se quisessem não poderiam concordar com tal proposição. Mas, seria o caso de perguntar: não tinha clareza o MPST em relação à dimensão de sua proposta? Ou, qual era a finalidade real da apresentação da referida proposta? Não estaria este tentando encontrar um pretexto para abandonar a parceria? Sendo esse o desejo do MPST, porque isso não aconteceu?

Apareceu anteriormente a questão do reforço da formalidade. A formalidade solicitada em relação ao parceiro poderia ser um indício de que a parceria estava enfrentando problemas na sua condução, dificuldades no relacionamento entre as equipes parceiras e, mais do que isso, sugeria a necessidade da presença de mediadores na relação, se de fato os parceiros desejavam re-definir os rumos da mesma. A presença de

mediadores indicava o fato de que a relação entre os parceiros se encontrava indefinida, que aconteciam impasses na condução da parceira; mas, os mediadores só seriam de alguma utilidade se, de fato, os interlocutores os *autorizassem* a interferir na relação e se estes se mostrassem dispostos a re-definir, re-situar os termos e mesmo as regras definidoras de sua relação.

Um destes impasses dizia respeito à demanda de pesquisa do FNO especial; por mais que tentassem, os parceiros não conseguiam formular uma proposta que contemplasse as várias posições assumidas diante da referida demanda. O LAET desejava, acima de tudo, fazer um levantamento sobre a *capacidade real* de pagamentos das dívidas por parte dos agricultores em geral e a *correta* aplicação do dinheiro do crédito; enquanto o MPST solicitava uma pesquisa somente com os agricultores ligados à sua estrutura organizacional, porque acreditava poder provar, com isto, que os agricultores organizados em suas bases agiam com maior responsabilidade que os demais, em se tratando da administração dos recursos advindos do financiamento. Para o MPST, além disso, estava o fato de que as questões relativas à capacidade de pagamento das dívidas e a utilização dos recursos não eram questões para serem discutidas com os parceiros e sim, com as agências financeiras, com o Estado.

No primeiro seminário sobre o crédito que aconteceu em dezembro de 1996, reunindo várias lideranças das organizações pertencentes ao MPST, técnicos e pesquisadores do LAET, além de técnicos e representantes de entidades regionais ligadas ao crédito, na tentativa de, juntos, equacionar alguns problemas identificados pelos diagnósticos/rápidos/participativos realizados pelos parceiros, em vários municípios da região. Neste seminário, a maioria dos técnicos das outras entidades presentes e os agentes financeiros, definiram uma proposta de pesquisa que tinha por finalidade primeira identificar elementos que sinalizassem para a necessidade de controle na liberação das parcelas do crédito, notadamente do FNO especial, aumentando assim, segundo as lideranças do MPST, a fiscalização dos lotes dos agricultores, com a finalidade de confirmar a hipótese de que aquela modalidade de crédito, nas condições dadas, era ineficaz.

As lideranças das organizações ligadas ao MPST estavam preocupadas em discutir as limitações das equipes de assistência técnica que, em função do aumento considerável da demanda por crédito, passaram a fazer as vistorias em sistemas de amostragens, e, com raras exceções, prestavam elas algum tipo de assistência no caso das limitações técnicas dos agricultores. Em função disso, as lideranças do MPST, na avaliação dos técnicos presentes na reunião, definiram uma pesquisa mais política que, de certa forma, pudesse

apontar as lacunas deixadas tanto pela assistência técnica quanto pelas agências financeiras em relação à liberação das parcelas do crédito, porque, na avaliação do MPST, estas eram liberadas com atraso, causando prejuízos aos agricultores que, invariavelmente, perdiam parte dos serviços feitos e dos recursos ali investidos.

Os pesquisadores do LAET, por sua vez, definiram-se por uma pesquisa que, prioritariamente, apontasse as limitações técnicas dos agricultores e suas reais condições de pagamento das parcelas do financiamento. Eram, portanto, três propostas distintas e, por isso mesmo, apresentavam elementos conflitantes; em função mesmo dos motivadores de sua própria constituição enquanto proposta de pesquisa, cuja finalidade seria contemplar os vários interesses ali apresentados.

Os impasses entre os técnicos das outras entidades, os agentes financeiros e os pesquisadores do LAET, foram, aos poucos, sendo equacionados; e estes, juntos, passaram a pressionar o MPST, para que ele deixasse de considerar os resultados *políticos* de uma pesquisa feita por este, em conjunto com outro ator social de sua confiança, mas não presente no PAET. Propuseram então ao MPST (MPST, 1997, p.8), realizarem juntos uma pesquisa *mais profunda* sobre a situação do FNO especial. Mas, como o MPST vira frustrada sua iniciativa e, como o parceiro LAET, *desqualificou* a sua pesquisa anterior sobre o crédito e, além disso, não apoiou sua posição diante da demanda de pesquisa em discussão, este passou a boicotar a pesquisa *técnica* que seria elaborada pelo LAET em conjunto com o MPST; não repassando as informações às suas bases, sobre as datas da realização das entrevistas dos pesquisadores do LAET. A pesquisa sobre o crédito nasceu desacreditada.

Aparentemente, porém, as divergências quanto ao teor da pesquisa não deveria criar tantos embaraços, a ponto de comprometer sua realização. Os interesses em jogo não conseguiram ser equacionados e os resultados da pesquisa sobre o crédito não mereceram a devida atenção por parte dos parceiros. Em função de que isso pode ter acontecido? Seriam somente as posições técnicas (LAET) e políticas (MPST) que estavam em jogo?

Em se tratando de relações sociais e, a parceria é uma destas situações, ARON (1995, p.487) fala das posições dos atores sociais em relação e de suas posições diante de situações em que se mobilizam elementos ligados às convicções destes atores. Segundo ele, “a ética da responsabilidade é aquela que o homem de ação não pode deixar de adotar”, por isso, “ela ordena a se situar numa situação, a prever as conseqüências de suas possíveis decisões e a procurar introduzir na trama dos acontecimentos um ato que atingirá

certos resultados ou determinará certas conseqüências que desejamos”. Dessa forma, afirma ele, “a ética da responsabilidade interpreta a ação em termos de meios e fins”.

Por sua vez, “a ética da convicção incita a agir de acordo com nossos sentimentos, sem referencia implícita ou explícita, às conseqüências”. Tínhamos, portanto, acredito, naquela situação dada, posições que não devem ser interpretadas unicamente enquanto disputa entre a posição técnica do LAET e a posição política do MPST; estavam em jogo, naquela situação, questões relativas às convicções dos atores sociais parceiros que, notadamente, estavam para além destas posições técnica/política. Os pesquisadores perceberam que sua responsabilidade social os limitava no atendimento às solicitações do parceiro, enquanto este, na defesa dos interesses dos seus representados, não poderia se recusar em *jogar o jogo social* na defesa dos interesses daqueles que o definiam enquanto seu representante (ARON, 1995, p.489).

3.6 - A transição da II para a III fase do PAET: as dificuldades de diálogo entre os parceiros

O período correspondente aos anos 1996-98 marca uma fase de transição do Programa PAET. Passado o momento de expectativas iniciais, pode-se, neste momento, avaliar os primeiros resultados da parceria e rever as expectativas iniciais. Talvez seja em função disso que as avaliações, neste período, definem com maior clareza as posições assumidas pelos parceiros dentro da respectiva parceria. Os parceiros parecem estar mais à vontade para *colocar o dedo na ferida*, para avaliar as limitações dos planejamentos feitos em conjunto, para questionar o volume das atividades programadas, mas, aparentemente, desejam retirar parte do crédito depositado no parceiro em função das expectativas iniciais, agora frustradas.

Embora, desde o início da parceria, algumas limitações dos parceiros pudessem ser claramente identificadas, somente agora elas parecem receber a devida atenção. Em relação ao conjunto de atividades planejadas e não efetivadas, a cobrança surge agora de forma bastante nítida. Percebe-se a existência de limitações que não foram devidamente avaliadas no momento de planejamento, pois a falta de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento de atividades não deveria ser percebida somente no momento da avaliação das atividades.

Essas limitações, no entanto, podem estar relacionadas à expectativa criada em relação à participação dos parceiros externos no programa, ou seja, à perspectiva de que estas lacunas seriam superadas com a colaboração de pesquisadores de outras instituições, notadamente, pesquisadores ligados à área de recursos naturais, que continuava a ser a questão que continuava a ser a questão mais interessante para os financiadores do programa, e, ao mesmo tempo, a que menos recurso financeiro e pessoal havia recebido.

Em documento do LAET (1996, p.14), Lúcio acentua o fato de que: “de uma maneira geral, a conclusão a que se chega é a de que planejou-se muito mais atividades do que aquilo que se poderia efetivamente realizar, com os recursos humanos e financeiros disponíveis”. No mesmo seminário (LAET, 1996, p.16), uma das lideranças do Movimento, avaliando as atividades desenvolvidas dentro do PAET, destaca que “devemos fazer uma diferença no que se tem como atividade de pesquisa, porque boa parte das atividades desenvolvidas como sendo de pesquisa são mais ligadas com a extensão do que com a pesquisa, porque pressupõe respostas imediatas”.

Continuando a avaliação, destaca ele que “não se trata de justificar as falhas, mas estamos repetindo o mesmo erro do planejamento passado, continuamos a absorver demandas como se nossos quadros fossem aumentar e não diminuir”. Agindo desta forma, destaca ele, “nem parece que acabamos de fazer uma avaliação com a finalidade de não mais repetir os erros do planejamento anterior”. E acrescenta que “desse jeito vamos continuar quebrando a dinâmica se surgirem novas demandas e o planejamento irá novamente por água abaixo”. Fica evidente, portanto, que não foram devidamente consideradas as limitações das equipes parceiras no momento do planejamento, criando-se assim, expectativas que logo a seguir seriam novamente frustradas (Ibidem).

Neste mesmo seminário de avaliação foram levantadas questões que, do ponto de vista tanto dos pesquisadores quanto dos agricultores, estariam atrapalhando o desenvolvimento das atividades e, mais do que isso, dificultando o relacionamento entre os parceiros e com as outras instituições de pesquisa presentes na região, além da relação dos parceiros com as bases do MPST, isto é, com os agricultores interessados nas atividades de pesquisa.

Uma destas questões estaria ligada ao fato de que, nos momentos eleitorais, as lideranças do Movimento estariam abandonando as atividades de pesquisa e investindo seu esforço nas campanhas políticas, na tentativa de eleger o maior número possível de representantes dos agricultores para os cargos públicos. Conforme Mauro, “do lado dos

STR, das associações e cooperativas pertencentes ao Movimento, havia a pressão para que as lideranças do MPST estivessem presentes em cada comício”. A essa situação, por si só já bastante delicada, juntava-se o fato de que, na avaliação de algumas das lideranças do Movimento, os técnicos e pesquisadores do LAET poderiam se tornar seus adversários na disputa por cargos ou funções públicas (MPST, 1997, p.17-18).

Era, de certa forma, previsível, que as lideranças do MPST tomassem os técnicos e pesquisadores do LAET, como potenciais adversários seus na disputa por cargos e funções públicas. A trajetória das entidades e dos agentes de desenvolvimento local indicava que isso era uma *ameaça concreta*, pois vários técnicos, engenheiros agrônomos, zootecnistas, etc., a serviço das entidades de assistência técnica e das secretarias de agricultura dos vários municípios pertencentes a área de atuação do MPST, lançavam-se como candidatos a cargos públicos nas eleições municipais e estaduais.

Juntava-se a esta percepção das lideranças do MPST, a constatação de uma situação real, qual seja, o fato de que uma das pesquisadoras do LAET assumira a coordenação do Campus da UFPA em Altamira. Esta pesquisadora havia assumido tal coordenação em substituição ao coordenador anterior, agora prefeito de Altamira. Portanto, considerando-se tanto a trajetória das entidades de assistência técnica no contexto regional, quanto a vontade manifesta de vários técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, etc., de concorrer a cargos públicos, essa possibilidade de vir a existir uma disputa entre os técnicos e pesquisadores do LAET de um lado e as lideranças das organizações presentes no MPST, de outro, não deveria ser descartada em absoluto.

Pode-se levar ainda em consideração o fato de que vários técnicos e pesquisadores do LAET acabaram, devido a constante presença em atividades programadas em conjunto com o parceiro, tornando-se mais conhecidos que várias das lideranças do MPST no contexto regional. O que acontecia também, pelo fato de que (e isso era motivo de preocupação das lideranças do MPST) o Movimento estava, em função do acúmulo de atividades, abandonando parte do trabalho junto as suas bases de sustentação e vendo definhando, aos poucos, sua representatividade, sua legitimidade social junto aos agricultores. Portanto, com a não *re-alimentação* de sua representatividade, algumas lideranças do MPST perdiam visivelmente sua legitimidade; ao mesmo tempo em que pesquisadores do LAET adquiriam maior visibilidade social. Neste caso, se estes técnicos e pesquisadores resolvessem se lançar candidatos a cargos públicos, certamente, seriam concorrentes diretos com as lideranças do MPST nestas disputas.

Essas disputas por representação política, de qualquer modo, criavam uma série de transtornos à coordenação do MPST. Discutia-se que um dos principais problemas estava ligado à rotatividade das lideranças na coordenação do Movimento, porque, na avaliação de Mauro, “quando muda a coordenação temos que re-discutir os acordos feitos anteriormente; os problemas políticos, sociais e econômicos da região absorvem as lideranças do Movimento e estas não encontram tempo para discutir o PAET”, e acontece que muitas vezes “quem vai às reuniões das equipes não acompanhou as reuniões anteriores, mas não aceita ficar de fora da tomada das decisões” (MPST/LAET, 1996, p.4).

Neste momento, é o LAET que reprova o Movimento em função da rotatividade de suas lideranças na coordenação e das dificuldades de haver continuidade nas atividades de pesquisa, por causa disto. Acrescente-se a isso, o fato de que na maioria das vezes essas lideranças acabam por imprimir um certo personalismo às relações com o parceiro e, nestes casos, a mudança de interlocutor força uma re-definição nas relações de diálogo.

Essa questão era, na avaliação de Mauro, extremamente delicada porque, “estas lideranças municipais que criticavam por estar abandonando parte das atividades da pesquisa eram as primeiras a exigirem dia e noite que o coordenador daquele setor estivesse dentro do processo eleitoral, dando seu apoio aos seus candidatos”. Destaca ele ainda que “a estrutura do Movimento tem que funcionar para tudo”. Admite, porém, a necessidade de repensar esta questão, porque, na sua opinião, “deveremos discutir melhor essa questão no próximo calendário eleitoral, porque se fizermos isso novamente vamos nos arrebrantar”. Mauro faz uma análise coerente da situação em que o Movimento se encontra, precisando, em certas situações, escolher se prioriza uma ou outra questão, que evidencia as contradições que também ele, o Movimento, precisava resolver internamente para não complicar ainda mais uma relação que já se encontrava bastante enfraquecida (Ibidem).

Mas não era a simples participação no processo eleitoral que era percebida por ele enquanto elemento complicador na realização das atividades de pesquisas; além desta situação, existiam outras que evidenciavam, na avaliação das próprias lideranças do Movimento e dos pesquisadores do LAET, que tais situações mereciam ser tratadas com mais cuidado.

Além disso, existia uma forte concorrência entre os técnicos do Movimento e os pesquisadores do LAET, pois estes continuam a serem vistos pelas lideranças e técnicos do MPST como um grupo de pesquisadores estrangeiros e como financiadores de atividades

de pesquisa, pela coordenação do MPST. Se essa avaliação do parceiro fosse fruto do momento inicial da parceria, ela poderia ser considerada como uma falta de clareza em relação ao parceiro; mas, feita depois de três anos de relações, ela pode indicar que as limitações iniciais ainda não haviam sido superadas pelos parceiros (MPST, 1996, p.4-5).

A maioria das atividades previstas no programa de pesquisa dependia de recursos externos para serem efetivadas. Com isso, ficava evidenciada a fragilidade do Programa PAET e a dificuldade de garantir um espaço de autonomia para o funcionamento da parceria. Na avaliação desta, Leandro destaca o fato de que “muitas vezes as organizações têm um projeto político ideológico bem definido, mas os seus projetos econômicos e técnicos são frágeis e dependentes de propostas e projetos externos, dos parceiros e até mesmo do próprio Estado”. Dependência essa que, segundo ele, retiraria dos mesmos parte da autonomia necessária para dar aos seus projetos econômicos e políticos a direção que desejavam (LAET, 1996, p.3).

Mas essa questão da autonomia, da concepção de parceria que cada um dos parceiros tinha, da percepção da necessidade de planejamento de atividades que tinham condições efetivas de serem realizadas, já havia sido discutida em situações anteriores, conforme MPST/LAET (1995, p.7), quando cada equipe apresentou sua concepção de planejamento, sua visão sobre a parceria e sobre a pesquisa.

Na avaliação de Augusto, um assessor externo requisitado diversas vezes para colaborar na avaliação daquele Programa de pesquisa e que participara daquele debate, “se as duas concepções de planejamento são coisas bem diferentes, é artificial querer misturá-las só para não desagradar ninguém”. Porque, segundo ele, “se não for melhor discutida a concepção que cada um dos parceiros tem de planejamento, ficará evidente o problema que esta parceria poderá enfrentar deste momento em diante” (Ibidem).

Portanto, na avaliação deste, “o debate deveria se dar ao redor da questão de saber se os grupos estavam realmente querendo um planejamento operacional de atividades com divisão de responsabilidades ou, ao contrário, um planejamento para conseguirem financiamento junto a CEE”. Apesar do peso das palavras utilizadas por Augusto ao fazer a referida interrogação aos parceiros, estes não responderam imediatamente o que demonstra, de certa forma, que ele se encontrava autorizado a colocar questões mais sugestivas e interrogadoras da relação entre os atores presentes no PAET (Ibidem).

Mas essa falta de autonomia política não existia somente na relação MPST com as instituições do Estado ou frente aos financiadores do programa. Estavam presentes internamente, conforme MPST/LAET (1995, p.3), onde Marcelo observa que “falta respeito à autonomia política entre os parceiros”; porque os parceiros tinham dificuldade em “saber assumir as divergências e colocá-las claramente”. Na sua avaliação, “o LAET solicita mais ao MPST que este ao LAET”. Chama ele atenção para o fato de que “se as pesquisas do LAET não despertam mais a atenção dos agricultores, o MPST não irá forçá-los a acompanhar os projetos de pesquisa”.

Segundo ele, isso estaria acontecendo, em grande parte, porque “as políticas do Movimento são simples e as políticas das entidades como o GRET, o CPATU/ EMBRAPA, o CIRAD, etc., são muito mais complexas e difíceis de entender e as pesquisas não poderiam atender aos interesses destas instituições, mas, deveriam atender aos interesses e necessidades dos agricultores”. Uma avaliação que chama a atenção para o fato de que as demandas dos agricultores estão sendo preteridas, em função das demandas dos outros atores parceiros, notadamente, os ligados ao LAET (Ibidem).

3.7 - As modificações estruturais do MPST e do LAET: a redefinição das relações entre os parceiros

As modificações na estrutura do Movimento foram, em parte, forçadas pela sua reestruturação, pois este passava agora a incorporar as *demandas* da cidade. Por seu lado, o LAET também havia se reestruturado, na tentativa de garantir a continuidade do PAET. Essa reestruturação do LAET se deu pela reorganização da equipe, porque vários pesquisadores que coordenaram a equipe e que, por isso mesmo, eram os interlocutores mais próximos do MPST, foram substituídos por outros com novas capacidades, formação e projetos. Em MPST (1997, p.1), ao comentar a re-definição das equipes, Marlene chama a atenção para “o impasse na definição da questão da *identidade do Movimento*”, afirmando que este estaria associado à diversidade de demandas presentes no MPST” (grifo do autor).

Acreditava Marlene (MPST, 1997, p.2) que com essa reestruturação do Movimento “não mais existiria a diferença de fundo, porque a maior lacuna é a falta da capacitação e formação de uma nova base, com poder de ação, de intervenção e de interlocução, para o embate mais amplo”. Segundo ela, “em relação à política global, ou o Movimento consegue pensar ações globais, ou se tornará um Movimento de agricultura familiar, voltado somente para o universo dos rurais”. E, possivelmente *estar voltado somente para o universo dos*

rurais era algo que, de certa forma, não mais parecia corresponder aos anseios do Movimento.

O fato de estar o Movimento voltado somente para o *universo dos rurais* não havia impedido que o mesmo adquirisse visibilidade e expressão regional e mesmo nacional. O que estava em jogo, neste momento, era a mudança de perspectiva do MPST, porque, na relação com o parceiro, surgiam questões que não poderiam ser homologadas²⁰, ou dito de outra forma, objetivamente colocadas. Essas questões que *não poderiam* ser objetivamente colocadas pelo MPST diziam respeito, sobretudo, ao seu posicionamento político, porque em função de sua própria constituição, das organizações e das demandas por ele representadas, assumira uma nítida definição política partidária; mas, na relação com o parceiro de pesquisa, isso, não deveria se transformar em uma coação, caso os parceiros defendessem outras convicções.

Por outro lado, os frustrantes resultados das últimas eleições, notadamente as de 1994/96, no nível estadual e municipal, fragilizaram, em grande medida, o Movimento, e este pretendia recuperar o terreno perdido para outros agentes sociais que, na sua avaliação, eram menos representativos das demandas sociais da região e, portanto, menos qualificados para representar o *povo*²¹ da Transamazônica. Essas disputas, contudo, acabam por definir e re-definir os grupos, tendências, que assumem a coordenação do Movimento, além das dificuldades encontradas pelo MPST na tentativa de garantir a fidelidade de suas bases de sustentação social e política, notadamente, política partidária.

Mesmo que os técnicos e pesquisadores do LAET pretendessem guardar uma certa distância desses enfrentamentos políticos internos e externos ao Movimento, eles acabavam influenciando a relação entre os parceiros, em função mesmo, da necessidade de manutenção dos contatos, das relações do LAET com outros atores sociais regionais, com os quais o MPST poderia ter dificuldade de dialogar. Devemos considerar ainda o fato de que a trajetória do Movimento estava mudando, ganhando novos contornos, a partir da deliberação pela mudança do caráter, da identidade do mesmo, como já anteriormente

²⁰ Homologar, etimologicamente, significa assegurar que se diz a mesma coisa quando se dizem as mesmas palavras; objetivamente, significa, produzir às claras, tornar visível, público, conhecido de todos, oficial, que, por outro lado, se contrapõe ao que é oficioso ou secreto. (BOURDIEU, 1990, p.103).

²¹ É, sobretudo, no campo político, que o uso do “povo” e do “popular” é mais diretamente rentável, e a história das lutas no interior dos partidos progressistas e dos sindicatos operários testemunham a eficácia simbólica do obreirismo: esta estratégia permite que aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados, apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de exclusividade sobre o “povo”, e, desse modo, de uma missão exclusiva. Permitindo assim, simultaneamente, assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar - em primeiro lugar para si mesmos - o corte com o “povo”, que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz. (BOURDIEU, 1990, p.184).

discutido. Com estas mudanças, o Movimento ganhara um perfil mais urbano e, desta forma, menos representativo do campesinato regional.

Na verdade, o problema do diálogo é muito mais profundo nesta altura dos acontecimentos: o MPST assumira-se, notavelmente, enquanto um movimento político, com forte conotação partidária, mas não podia dizer isto claramente, porque sua legitimidade junto aos agricultores cairia por terra; daí que o diálogo se tornara *um diálogo de surdos*, porque se fala de outras coisas, que só podem se expressar por meias palavras, por dissimulações, por entrelinhas.

Em relação a esta situação, Marlene percebe claramente que o impasse estava criado porque, na sua opinião, “se avançarmos mais no espaço urbano, possivelmente juntaremos mais pessoas de apoio e corremos o risco de perder nossa referência inicial e, se ficarmos trabalhando com a base que temos, poderemos garantir o apoio dos parceiros e não somar a força que precisamos nos outros enfrentamentos”. Talvez seja em função dessas mudanças estruturais ocorridas no Movimento, que este, depois desta reestruturação, passou a solicitar com maior insistência uma assessoria para o “seu” PGDT. Esperava o MPST, possivelmente, conseguir essa *assessoria qualificada* dentro ou com a ajuda do parceiro LAET (Ibidem).

Em função destas e, possivelmente, de outras questões, é que a negociação da terceira fase do projeto se tornou extremamente complicada. O Movimento havia mudado o seu perfil, os pesquisadores do LAET já não mais pareciam estar em condições de apresentarem novidades em relação às pesquisas em andamento. Uma avaliação feita por lideranças do Movimento parece reproduzir, com bastante clareza, a situação da parceria naquele momento, porque além de avaliar o momento delicado da relação entre os parceiros, faz um resgate dos momentos anteriores e tenta visualizar os próximos passos do Programa PAET.

O referido documento resgata as condições anteriores à efetivação da parceria e define três fases distintas da mesma. Segundo MPST (1998, p.1), “em 1990, o movimento social fez um grande levantamento para tirar as linhas de ação e formular o primeiro PGDT”. Surgiu, neste momento, “a necessidade de se trabalhar uma equipe de pesquisa para dar suporte às demandas de pesquisa dos movimentos sociais nessa área”. Desta forma, “foi criado o LAET; ficou definida uma série de ações com os trabalhadores rurais, depois especificamente com a agricultura familiar”.

Na *primeira fase da parceria*, continua a avaliação, “realizaram-se pesquisas e diagnósticos localizados, visando ter um quadro mais ou menos claro da problemática que envolvia os agricultores”, situando com isso os pesquisadores envolvidos na pesquisa. Já na *segunda fase*, “deu-se continuidade às ações anteriores com uma maior participação das organizações e a ampliação da área de atuação”. Neste momento, “também se investiu mais tempo na sistematização dos dados coletados” (Ibidem).

A *terceira fase da parceria*, porém, “deveria fortalecer as ações e os projetos em andamento e a difusão dos resultados obtidos até ali”. Nesse momento, “deveria se priorizar as ações práticas que buscassem efetivar o objetivo inicial”. Esse seria também o momento “em que as organizações deveriam ser priorizadas na condução do projeto como um todo”, já que, na sua avaliação, “seriam elas que viabilizariam concretamente, neste estágio, as ações de desenvolvimento”, executando-as, “segundo os estudos, levantamentos e diagnósticos feitos pelas diversas instituições de pesquisa e que apontassem algumas saídas para a resolução dos problemas dos agricultores familiares da região” (Ibidem).

Considerando-se (MPST, 1998, p.2) então que esta fase - a *terceira fase da parceria* - “teria as organizações como atores principais na implementação das ações de desenvolvimento”, fazia-se necessário “ter dentro do MPST um Corpo Técnico que desse suporte a estes projetos e ações já relacionadas e que entrariam agora em um novo momento de afirmação”; seus resultados, se positivos, “seriam marcos no crescimento da região e conseqüentemente, afirmariam o movimento social como um importante agente de desenvolvimento”. Nesta fase, define o documento “o papel dos pesquisadores não é o principal, porque eles deverão atuar numa parceria com o Corpo Técnico a ser constituído dentro do MPST e junto às organizações dos municípios” (Ibidem).

No entanto, o Corpo Técnico não se efetivou e as relações entre os parceiros complicaram-se ainda mais. Por outro lado, era difícil que os pesquisadores do LAET passassem a admitir, como desejava o Movimento, que da terceira fase em diante seu papel não fosse o principal, até mesmo porque eles ainda precisavam afirmar-se dentro do campo da pesquisa e, por conseguinte, não deixariam passar em branco a possibilidade que a parceria e o próprio PAET ofereciam para alcançarem este objetivo.

De qualquer forma, o que o Movimento social estava propondo não guardava uma relação estreita com os rumos da parceria, negociado com o LAET, segundo os quais, as relações se dariam de forma equilibrada, com base em relações de diálogo. Agora, eram as organizações de agricultores familiares, através de suas lideranças, que solicitavam aos

técnicos e pesquisadores do LAET para serem seus coadjuvantes, seus colaboradores, desejando, desta forma, apenas inverter os pólos da dominação, sujeição e da subordinação. O programa, outrora saudado e celebrado com tanto entusiasmo pelos parceiros, já não encontrava mais, entre estes mesmos atores parceiros, quem se mostrasse “disposto a abrir mão da *cadeira vazia do chefe*” (D`INCAO & ROY, 1995, p.264; grifo nosso).

CONSIDERAÇÃO FINAIS

“Porque, ninguém diz ou escreve sem se preocupar com as conseqüências de suas palavras e de seus atos, unicamente preocupado em obedecer à consciência.

Por isso, nenhuma ciência poderá dizer aos homens como devem viver, ou ensinar a sociedade como deve se comportar.

E, nenhuma ciência poderá indicar à humanidade qual é seu futuro”.

Raymond Aron (1995, p. 473-490); em *As etapas do pensamento sociológico*; referindo-se ao pensamento de Max Weber.

A relação entre MPST e LAET, na constituição do programa de parceria, onde buscaram a efetivação de um espaço de relações dialógicas, só se tornou possível porque estes atores acreditaram na possibilidade de constituir sua relação em novas bases sociais. Na trajetória da parceria, quando se fizeram sentir as limitações para efetivarem a construção deste espaço para o diálogo, foi solicitada (LAET) a presença de *mediadores autorizados* pelos parceiros para auxiliá-los a re-situarem a relação e as próprias regras da parceria. Essa tentativa visava assegurar a continuidade da relação, mas isso, evidentemente, só se tornaria possível na medida em que, e somente na medida em que, os parceiros se dispusessem a superar certas limitações, a fazer concessões.

Uma parceria supõe a conciliação provisória e sempre renovada de interesses distintos e até mesmo conflitantes; interesses, cuja defesa será permanentemente buscada pelos parceiros, e onde faz-se necessário: a) o reconhecimento da diferença de interesses; b) a compreensão de que a relação de parceria envolve vários níveis de relações pessoais e interpessoais, com interesses e estratégias distintas (BERNARD, 1994, p.11). Estas estratégias são marcadas por situações e posições sociais, econômicas, políticas e culturais, de cada um dos atores, grupos ou instituições presentes e envolvidos na parceria.

Entre estas estratégias distintas estaria, por certo, da parte dos pesquisadores do LAET, a conquista do reconhecimento acadêmico/científico que contemplasse os interesses

dos agricultores e de suas lideranças, que, por sua vez, esperam, em geral, respostas ou soluções rápidas para seus problemas concretos. Pela sua formação, porém, a tendência dos pesquisadores é de priorizar o saber acadêmico/científico resultante das atividades de pesquisa de médio e longo prazo que, acreditam, teriam maiores chances de contribuir na *preparação* do agricultor para a condução de seu “estabelecimento familiar”, seu trabalho cotidiano.

Nestes casos e em se tratando das definições das demandas de pesquisa, isso pode provocar uma disputa que envolve, além dos fatores técnicos, outros fatores relativos à *ética da responsabilidade* e à *ética das convicções*, o que evidencia o conflito de interesses dos parceiros na relação, porque estas estratégias definem as posições dos parceiros, não somente em função das questões mais imediatas, ligadas aos meios e aos fins das demandas de pesquisa em si mesmas, mas como estratégias que mobilizam elementos de médio e longo prazo, ligados estes às convicções e as responsabilidades éticas dos atores parceiros.

Os parceiros poderiam também utilizar, como estratégia, a demarcação ou a denegação da distância social que existia entre eles, solicitando um ao outro o reconhecimento desta distância, quando isto se mostrasse necessário ou conveniente. Quando o MPST, por algum motivo, desejou afastar o LAET da discussão, utilizou-se do fato de este não *pertencer* ao contexto regional, não ter *vivido* as mesmas lutas, *participado* da mesma história, e, de certa forma, não conhecer aquela *realidade*; mas, quando pretendia credenciar os técnicos do LAET junto ao BASA, para apresentar seus projetos com o aval científico dos pesquisadores e da pesquisa, o MPST defendeu a idéia de que os técnicos e pesquisadores estavam do seu lado; portanto, em função da parceria, os *seus* projetos de desenvolvimento eram distinguidos, merecedores de crédito; o crédito adquirido em função do poder²² da cientificidade neles contida, e, portanto, da *distância social* que separa os *especialistas* dos *leigos*.

Mas uma parceria num projeto de P-F-D é algo que vai se constituindo ao longo da trajetória, do caminho, e que não deve, portanto, ser considerado como um objeto linear, precedido, invariavelmente, de uma análise metódica, na forma de um diagnóstico, onde a análise, muitas vezes, define metas coerentes exclusivamente do ponto de vista da técnica,

²² Num estado de campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos a dentro, não é inútil lembrar que é necessário descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, este poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p.8).

da racionalidade econômica, de objetivos ligados ao mercado; sem considerar que as estratégias, as posições das organizações, por vezes *flexíveis, indefinidas*, muitas vezes são parte de sua estratégia de negociação.

A análise necessária para a elaboração de um programa de P-F-D envolve um conjunto de relações extremamente complexas de tomadas de decisões que muitas vezes são feitas em circunstâncias difíceis e na base de um conhecimento insuficiente ou impreciso sobre a realidade que sofrerá a intervenção; porque a realidade na qual o projeto será colocado em prática é, antes de tudo, “uma realidade múltipla e composta por diferentes percepções culturais, por diversos interesses sociais em jogo” e, de certa forma, às vezes, constitui-se de lutas sociais e políticas que evidenciam, nas relações, quer de cooperação ou de confronto, as posições dos atores presentes nesta realidade. (D`INCAO, 2000, p.105-145).

Em se tratando de planejamento de atividades para serem executadas em conjunto com organizações de trabalhadores rurais, deve-se ter o cuidado para não se imaginar que as abstrações teóricas são a própria realidade observada ou captada. Existe, por certo, todo um trabalho anterior que fundamenta a definição em abstrato da realidade observada; mas, em se tratando da realidade social do agricultor familiar com o qual se pretende dialogar, faz-se necessário ser repensadas as próprias metodologias de trabalho.

A realidade humana ou social é constituída a partir de uma dinâmica permanente de relações sociais, relações estas que definem e re-definem, de certo modo, as ações sociais dos grupos presentes e atuantes em um determinado espaço ou contexto social; sejam estas ações políticas, econômicas, religiosas, ou, no limite, uma combinação destas. Então, se o objetivo dos parceiros é aumentar as chances de efetivar relações de diálogo, em se tratando da realidade social/humana, essa deve ser tomada enquanto um conjunto de realizações, isto é, do fazer humano individual ou socialmente tomado; ações, portanto, historicamente constituídas.

Não se deveria, portanto, negligenciar o fato de que a realidade humana é, necessariamente, a construção de estruturas, de processos, de relações sociais, que definem e re-definem as ações dos indivíduos, sejam estes tomados individual ou coletivamente. E, de certa forma, na trajetória da parceria entre o MPST e o LAET, foi possível observar o quanto estas estruturas condicionam as relações sociais entre os atores ou agentes parceiros, notadamente, as estruturas institucionais, políticas e econômicas.

De qualquer forma, “o processo participativo que os parceiros se propunham a construir, exige uma definição clara do papel de cada um, das regras de funcionamento do programa e, notadamente, da gestão do poder”; onde, “a participação de cada um dos atores sociais envolvidos na parceria, deveria ser, antes de tudo, uma adaptação a uma situação já existente que estes atores envolvidos se propõem modificar conjuntamente”. Portanto, se faz necessário que essa *situação já existente* seja objetivamente considerada pelos atores agora parceiros. (MUCHAGATA, 1994, p.1-9).

Nestes casos, “a participação não deve ser uma imposição, porque, não existe uma única forma de participar”, e, além disso, é sobretudo “a forma de conduzir o processo participativo que define as chances de avanço ou de bloqueio do diálogo”, portanto, na parceria, assim como nas relações sociais em geral, as regras do jogo social não podem ser definidas por *decretos-leis*, como, aliás, acontece na relação entre os compradores e vendedores da força de trabalho, ou mesmo em diversas situações de assessoria estatal; porque, na relação entre os parceiros, elas só se constituem enquanto regras observadas se forem negociadas entre os vários atores sociais presentes e em relação. (D`INCAO, 2000, p.105-145).

Deve-se considerar ainda que na trajetória da parceria, os parceiros mudaram suas *identidades*, seus *perfis*, e isso influenciou de forma decisiva a relação; notadamente, em função da dificuldade de percepção do fato de que as identidades sociais se constroem, se adaptam ao jogo social, às novas posições assumidas, ou por assumir e, acima de tudo, se fazem e refazem continuamente. Portanto, deveria se esperar que os parceiros, em função das demandas dos vários atores e agentes de desenvolvimento dela participantes, definissem momentos cuja finalidade seria a análise crítica da relação, abrindo-se, assim, a possibilidade de re-situar, re-definir ou re-orientar essa relação.

Contudo, não eram somente estas questões relativas à mudança de identidade dos parceiros que limitavam a construção de um espaço social onde as relações de diálogo pudessem, efetivamente, se constituir, porque a simples mudança de sigla, de perfil, de identidade, não deveria ser suficiente para limitar ou mesmo bloquear as relações entre os parceiros. No entanto, estas mudanças sinalizam, entre outras coisas, que está em curso uma mudança na trajetória, no posicionamento dos atores sociais diante das coisas e diante do mundo, e, portanto, também diante do parceiro, o que aponta para a necessidade de repensar a relação.

Essa mudança de identidade, de perfil, leva, na maioria das vezes, à modificação nas estratégias adotadas pelos parceiros, re-definindo, assim, sua relação dentro e fora da parceria; sua relação com os outros atores presentes no contexto local, regional e/ou nacional. Mas, esse processo de indefinição que causa tanto transtorno aos parceiros quando estes desejam *fechar definitivamente* as demandas de pesquisas é, de certa forma, necessário em processos de negociação; e a parceria deveria, por certo, se constituir em um processo permanente de negociação de demandas, das atividades, das ações, etc.

Essa indefinição por parte dos parceiros é compreensível e até mesmo justificável, porque “a indefinição, freqüentemente, é indispensável e, em particular, quando está em jogo um processo de negociação, de tomada de decisão que, por certo, define as chances de sucesso ou de fracasso dos atores sociais em relação de cooperação ou confronto”. Mas, os momentos de indefinições do MPST, em certo sentido, limitavam as ações do LAET porque este, enquanto entidade *institucionalizada*, estava sujeito a uma rigidez maior no planejamento de suas ações, na prestação de conta das suas atividades de pesquisa, na elaboração de relatórios, etc (BOURDIEU, 2001, p.29).

Ao analisarmos questões relacionadas à parceria, estamos analisando relações de enfrentamentos, conflitos, interesses, poder e, portanto, devemos estar atentos para o fato de que não se detém o poder, porque, “quer queiramos ou não, ele se exerce em toda a espessura social e sobre toda a superfície do campo social, abarcando, por assim dizer, todos os tipos de relações sociais, conforme um sistema de redes, de conexões, transmissões, distribuições, etc” (FOUCAULT, 1999, p.53-78).

Neste caso, faz-se necessário que os atores parceiros, possam observar atentamente as regras do jogo social estabelecidas entre eles por convenção, porque somente assim podem deixar de utilizar um volume maior de capital econômico, político, cultural, etc., que lhes possibilitaria, durante o processo de negociação das demandas de pesquisa, *convencer* o parceiro a aceitar condições que lhe sejam favoráveis.

As disputas entre parceiros, em maior ou menor grau, são disputas onde o enfrentamento consiste sempre em uma determinada forma de embates instantâneos, mas, continuamente renovados, entre determinado número de indivíduos, grupos e/ou classes sociais; por isso, podemos supor que “não se detém o poder, mas, que se joga com o poder, que se arrisca o poder”. A cada novo enfrentamento, ganha-se ou perde-se espaço, prestígio, poder. Faz-se necessário, portanto, que as regras do jogo social e as estratégias

utilizadas para conquistar maior espaço, prestígio, poder, etc., possam ser percebidas mesmo nas relações mais sutis, onde são menos visíveis (Ibidem).

Na parceria, o MPST podia tirar algum tipo de vantagem, porque estava ele *presente* na realidade que se propunha modificar, percebendo com mais clareza o jogo social²³ que estava jogando; adaptando-se a ele, antecipando-se mais facilmente às novas jogadas que se deixavam visualizar no horizonte da parceria.

Neste caso, em relação ao poder dos atores parceiros, poderemos, sem dúvida alguma, admitir que “o poder jamais se encontrará em apenas um dos lados em confronto, em luta”, porque se esta fosse a situação, não existiriam nem mesmo os confrontos e as lutas entre os grupos sociais. Sendo assim, seria pertinente que ao invés de falarmos de *espaço de poder*, como algo que se encontra localizado física e geograficamente em algum lugar, falássemos em *espaços de relações de poder*, como algo que resulta das relações sociais entre os indivíduos, grupos e/ou classes sociais em confronto e, mais que isso, precisaríamos observar que ao mudarem os interlocutores em relação, muda também a correlação de força entre eles e, portanto, o poder de cada um dos atores sociais em confronto (Ibidem).

Essa questão do poder remete à percepção das posições dos atores sociais parceiros e da correlação de força entre eles, dos momentos de enfrentamento, de conflito, e, de certa forma, das posições de consenso. Mas, neste caso, ao invés de falarmos em posição de consenso, seria preferível falarmos em posição predominante, porque a predominância de uma posição é definida, muitas vezes, em função da posição pessoal do *porta-voz* que se encontra *autorizado* para a interlocução, para representar, defender, negociar a proposta do grupo que representa e junto ao qual afirma sua posição.

De certa forma, quem coordena, quem representa, quem age como delegado, não tem a necessidade de *impor* sua característica pessoal, sua visão de mundo, seu ponto de vista sobre as coisas, ele pode *negociá-lo*, pode até mesmo imprimir sua marca personalista de forma sutilmente dissimulada, sem criar, assim, uma situação explícita de enfrentamento ou mesmo de confronto de posições.

²³ Nada é, portanto, mais coagido e mais livre que a ação de um bom jogador, que fica naturalmente no lugar em que a bola vai cair, como se a bola o comandasse, mas, desse modo, ele é quem comanda a bola. O hábito como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir a infinidade de atos do jogo que estão inscritos no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas, as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõe-se àqueles e somente àqueles, que, por terem o sentido prático do jogo, isto é, o senso de necessidade imanente do jogo, estando, portanto, preparados para percebê-las e realizá-las. (BOURDIEU, 1990, p.82).

Neste sentido, tanto as lideranças do LAET quanto as do MPST, de certa forma, imprimiram às suas relações, características pessoais. As lideranças do MPST associaram a sua característica pessoal, a *legitimidade* advinda de sua *representatividade* junto às bases (STR, Cooperativas, Associações, Movimentos Sociais, etc.), e, quando isso acontecia, era demasiadamente arriscado para os técnicos e pesquisadores do LAET deixarem de reconhecer esta *autorização social* que as lideranças do Movimento possuíam para falar *em nome* dos grupos que representavam (BOURDIEU, 1989, p.157); porque eles faziam sair do estado de indivíduos separados, os que eles pretendiam representar, permitindo-lhes agir e falar através deles, como um só homem; mas, em contrapartida, eles recebiam o direito de se assumirem pelo grupo, de agirem e de falarem como se fosse o grupo feito homem: *o MPST pensa que; o MPST acharia melhor que, o LAET definiu que...*

Neste caso particular, questionar as demandas que as lideranças do MPST apresentavam para a pesquisa era o mesmo que colocar em xeque a sua representatividade. Por outro lado, como deixar de interrogar estas demandas apresentadas pelas lideranças, quando era possível ver claramente que as mesmas estavam descoladas da realidade social dos agricultores familiares que constituíam a base social e política do Movimento, ou, quando era perceptível que certas demandas eram *fabricadas* em função de necessidades políticas das lideranças do MPST e, não das necessidades técnicas dos agricultores?

Mas, de qualquer forma, essas interrogações terão maiores chances de serem feitas no momento em que os atores sociais que se propõem constituir um espaço para o diálogo sentirem-se seguros para expor abertamente seus pontos de vistas sobre as coisas, suas capacidades e limitações, sem reservas, sem coerções. Acima de tudo, o diálogo pressupõe uma espécie de aliança, de cumplicidade, que se faz necessária no momento em que os parceiros, em conjunto, resolvem, no limite, até mesmo *burlar* as regras do jogo social, ao julgarem que isso se faz necessário para a continuidade da sua relação enquanto parceiros.

REFERÊNCIAS

- ABRANCZUK, André. **O mito da ciência moderna**. São Paulo: Cortez, 1973.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BEBBINGTON A. J., FARRINGTON, J., MERRILL - SANDS, D. **Farmer and Community Organisations**. In *Agricultural Research and Extension: Functions, Impacts and Questions*. London. ODI,1994.
- BERNARD, David. **Situação e perspectivas do projeto do LAET**. Altamira, maio de 1994. 7 p. Mimeografado.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.
- _____. **A Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CASTELLANET, Christian. **Alguns aspectos da estratégia institucional do LAET: história de uma “deviação”**. Altamira, outubro de 1994. 3 p. Mimeografado.
- _____. **Algumas observações sobre o projeto de pesquisa PROMETER**. Altamira, abril de 1996. 4 p. Mimeografado.
- CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes das populações tradicionais**. In: Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP:UFPA/NAEA,1997.
- CNBB. **A fraternidade e os desempregados**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1999.
- D`INCAO, Maria C. **A construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar na Amazônia: O Projeto Agro-florestal no Centro Agro-Ambiental do Tocantins**. In: Hébette, J. & Navegantes, R. (orgs.) *CAT - Ano décimo: etnografia de uma utopia* - Belém - UFPA/CAT. 2000, p 105-145.
- D`INCAO, Maria C. & ROY, Gérard. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
- DUARTE, Joaquim C. (org). **Polis: Enciclopédia Verbo de Sociedade e do Estado**. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. 2v.

EMBRAPA. **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região da Transamazônica.** Altamira, julho de 1998. 20 p. Mimeografado.

FARRINGTON, J. & MARTIN, A. **Farmer Participation in Agricultural Research: a review of concepts and practices.** London, ODI, 1988, Ocasional Paper 9 p.

FIGUEIREDO, R. P. **Extensão rural no Brasil. Brasília.** In: Revista brasileira de tecnologia. Vol. 5, jul/ago, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU, 1999.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRIEDRICH, Odilo A. **Comunicação rural: proposição crítica de uma nova concepção.** 2ª ed. Brasília: EMBRATER, 1988.

GRET/LAET. **Desenvolvimento durável da agricultura familiar e preservação da floresta amazônica.** Altamira, junho de 1995. 23 p. Mimeografado.

HAMELIN, Philippe. **O fracasso anunciado.** In: LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia E de. *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.* Belém: CEJUP/MPEG, 1992.

HÉBETTE, Jean. (org.). **O cerco está se fechando.** Rio de Janeiro: VOZES / FASE / NAEA / UFPa. 1991.

_____. **A história não se repete: contribuição ao debate lançado pela palestra de Paulo Medeiros - O Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica, passado e futuro, glórias e desafios.** Altamira, 1994. 7p. Mimeografado.

_____. **A relação pesquisadores - agricultores. Diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural.** In: *Agricultura Familiar: Pesquisa-Formação-Desenvolvimento.* V1, nº1, 1996. Belém: UFPA/CAP/NEAF. p 39-57.

KLAPPER, J. **Efectos de la comunicacion de massas.** Madrid: AGUILAR. 1974.

LAET. **Programa Agro-Ecológico da Transamazônica.** Altamira, setembro de 1993 a. 8 p. Mimeografado.

_____. **Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento na agricultura familiar amazônica e cooperação internacional: reunião geral dos parceiros.** Belém, novembro de 1993 b. 47 p. Mimeografado.

_____. **1º Seminário de planificação estratégica do LAET - 12 a 14 de agosto de 1994.** Altamira, setembro de 1994 a. 12 p. Mimeografado.

_____. **O que é a pesquisa participativa para o LAET ? : contribuição para um debate MPST/LAET.** Altamira, junho de 1994 b. 6 p. Mimeografado.

_____. **Reunião geral dos parceiros: Programa de pesquisa-formação-desenvolvimento na agricultura familiar amazônica em cooperação internacional.** Belém, fevereiro de 1994 c. 47 p. Mimeografado.

_____. **V Encontro de planejamento estratégico do PAET.** Altamira, dezembro de 1996a. 32p. Mimeografado.

_____. **Missão Mercoiret / CIRAD.** Altamira, julho de 1996 b. 7 p. Mimeografado.

_____. **Relatório anual de atividades do PAET / 1996: versão preliminar.** Altamira, abril de 1997. 13 p. Mimeografado.

_____. **Encontro municipal em Pacajá.** Altamira, junho de 1999. 4 p. Mimeografado.

LAET/MPST. **Relatório da reunião entre MPST e LAET.** Altamira, maio de 1994. 4 p. Mimeografado.

LEROY, Jean P. **Uma chama na Amazônia.** Rio de Janeiro: Vozes/FASE, 1991.

MARTINS, José de S. **Caminhando no chão da noite: emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais do campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Expropriação e violência.** São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Os Camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MPST. **Relatório do Encontro dos Trabalhadores da Transamazônica e Santarém-Cuiabá.** Linha Gaúcha / Rurópolis, 1989. 8 p. Mimeografado.

_____. **Documento para o Encontro da Transamazônica.** Altamira, novembro de 1990. 18 p. Mimeografado.

_____. **Encontro de avaliação e encaminhamentos: avaliação do Grande Acampamento de Altamira.** Altamira, julho de 1991 a. 9 p. Mimeografado.

_____. **Relatório da Reunião da Coordenação Executiva e Ampliada do MPST.** Altamira, janeiro de 1991 b. 9 p. Mimeografado.

_____. **Relatório da reunião do MPST para discussão e elaboração de propostas para a reunião dos dias 2 e 3 de agosto de 1991.** Altamira, julho de 1991 c. 6 p. Mimeografado.

_____. **Relatório do Encontro da Comissão Executiva e Ampliada do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica.** Altamira, maio de 1991 d. 12 p. Mimeografado.

_____. **Breve apresentação do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica.** Altamira, 1994 a. 7 p. Mimeografado.

_____. **Projeto de criação de um Corpo Técnico de apoio ao desenvolvimento agrícola da Transamazônica.** Altamira, 1994 b. 4 p. Mimeografado.

_____. **Resumo da avaliação do desempenho das estratégias do MPST, deliberadas na assembléia de janeiro de 1994.** Altamira, janeiro de 1995. 5 p. Mimeografado.

_____. **Sugestões, balanço das proposições - periodização 1989/1996.** Altamira, maio de 1996. 2 p. Mimeografado.

_____. **Uma análise da situação atual do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica.** Altamira, fevereiro de 1997 a. 3 p. Mimeografado.

_____. **Os movimentos sociais e as perspectivas de desenvolvimento da Transamazônica.** Altamira, março de 1997 b. Mimeografado.

_____. **Relatório do encontro de planejamento do MPST.** Altamira, junho de 1997 c. 15 p. Mimeografado.

_____. **3ª Fase do projeto da CEE: linha floresta tropical.** Altamira, 1998 a. 3 p. Mimeografado.

_____. **Recursos do projeto da CEE ao MPST.** Altamira, fevereiro de 1998 b. 1 p. Mimeografado.

MPST/FETAGRI. **Reflexões sobre a experiência de Pesquisa e Desenvolvimento na Transamazônica: proposta para a parceria: gestão do PAET.** Altamira, 1999. 5 p. Mimeografado.

MPST/LAET. **Convenio entre o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica e o Laboratório Agro-ecológico da Transamazônica.** Altamira, agosto de 1993. 3 p. Mimeografado.

_____. **II Seminário estratégico do PAET- 04 a 06 de outubro de 1994.** Altamira, novembro de 1994. 14 p. Mimeografado.

_____. **3º Seminário de planejamento estratégico do PAET: relatório final – 29,30 e 31 de agosto de 1995.** Altamira, setembro de 1995. 10 p. Mimeografado.

_____. **Relatório da reunião entre MPST e LAET: discussão sobre os recursos do PAET.** Altamira, outubro de 1997. 8 p. Mimeografado.

MUCHAGATA, Márcia G, REYNAL, V. de, VEIGA, Jr. Iran. **A construção do diálogo entre pesquisadores e agricultores através da experiência do CAT em Marabá – PA.** In: *Recherches-système en agriculture et développement rural.* Sympósium Internacional. Montpellier, France - 21-25 novembro 1994. Comunicação, p 1-9.

OLIVEIRA, Ariosvaldo U. de. **Integrar para não entregar.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Mauro M & CAVALCANTI, Carlos P. B. 1984. **O “sistema de convivência” como processo de trabalho extensionista.** In: *Cadernos de difusão de tecnologia.* v 1. nº 2, Brasília: EMBRAPA, 1984. p 265-284.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, Cyro M. 1985. **Difusão de tecnologia: uma abordagem além do circuito tecnológico.** In: *Cadernos de difusão de tecnologia.* v 2. Nº 2 Brasília: EMBRAPA, 1985, p 305-311.

ROSEMBERG, N. **Inside the Black Box.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SCHAFF, Adam. **Introducion a la Semantica.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

SCHMITZ, Heribert. **Calendário de acontecimentos: MPST/LAET.** Belém, 2001. Comunicação pessoal.

SIMÕES, Aquiles. **Agricultores e pesquisadores no processo de construção social da demanda de Pesquisa-ação.** Belém: UFPA, 1999. Dissertação.

SOUSA, Ivan S. F. de. **Difusão de tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira.** In: *Cadernos de difusão de tecnologia*. v 4. nº 2 Brasília: EMBRAPA, 1987. p. 187-196.

TAMER, Alberto. **Transamazônica: Solução para o ano 2001.** São Paulo: APEC, 1970.

THÉRY, Hervé. **Conquista, controle e exploração da Amazônia.** México: IPGH, 1981.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia.** São Paulo: Editora Moraes, 1989.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: VOZES, 1984.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história da literatura.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.